

Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

SARA REGINA CONCEIÇÃO SANTOS

**CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL OU A APORIA DO CAPITAL?
UMA ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES DO SINDICATO DA
CONSTRUÇÃO CIVIL NA BAHIA**

Salvador

2015

SARA REGINA CONCEIÇÃO SANTOS

**CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL OU A APORIA DO CAPITAL?
UMA ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES DO SINDICATO DA
CONSTRUÇÃO CIVIL NA BAHIA**

Salvador

2015

SARA REGINA CONCEIÇÃO SANTOS

**CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL OU A APORIA DO CAPITAL?
UMA ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES DO SINDICATO DA
CONSTRUÇÃO CIVIL NA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Antonio Carlos da Silva

Salvador

2015

UCSal. Sistema de Bibliotecas.

S237 Santos, Sara Regina Conceição.

Crise no movimento sindical ou a aporia do capital? Uma análise das reivindicações do Sindicato da Construção Civil na Bahia/ Sara Regina Conceição Santos. – Salvador, 2015.

110 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva.

TERMO DE APROVAÇÃO


SARA REGINA CONCEIÇÃO SANTOS

**“CRISE NO MOVIMENTO SINDICAL OU A APORIA DO CAPITAL? UMA
ANÁLISE DAS REIVINDICAÇÕES DO SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA
BAHIA”.**

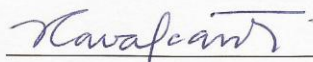
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 03 de dezembro de 2015.

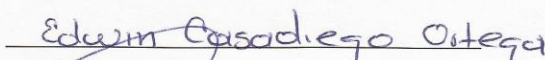
Banca Examinadora:



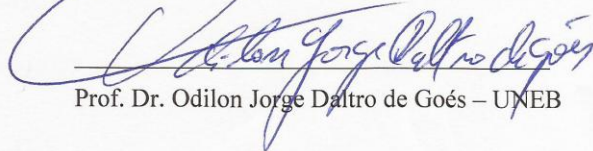
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Orientador/ UCSal



Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – UCSal



Prof. Dr. Edwin Casadiego Ortega – UCSal



Prof. Dr. Odilon Jorge Daltro de Goés – UMEB

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Carlos Silva, pela sua sabedoria, generosidade, apoio, tempo dedicado e por me possibilitar sair da caverna e a explorar o mundo com um olhar mais perspicaz e confiante.

Aos meus pais, Geraldo Pereira dos Santos (*in memoriam*) e Maria Evangelista Conceição Santos, por terem me ensinado valores fundamentais como respeito, integridade, solidariedade e de que somente através da educação podemos contribuir paara um mundo melhor.

A minha irmã e melhor amiga, Raquel Uilma Conceição Santos (*in memoriam*) que me possibilitou conhecer o significado das palavras amor, felicidade e paz nos anos em que pude conviver ao seu lado.

As minhas irmãs Ana Cristina Conceição Santos, Márcia Maria Conceição Santos e Marta Maria Conceição Santos pelo apoio.

A Matheus Ganshor pelo amor, companheirismo e apoio em todas as etapas da realização deste trabalho.

Ao meu tio, Sérgio Luiz, por ser fonte de inspiração e ter despertado em mim a sede pelo conhecimento.

Aos professores do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania que contribuíram de forma significativa durante todo o meu percurso e foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos colegas do Mestrado em Políticas Sociais e cidadania pela convivência e a troca de experiências neste caminho trilhado

"Quem controla o passado controla o futuro".
George Orwell, 1984.

"Hoje sabemos que matar está longe de ser o pior
que o homem pode infligir ao homem."
Hannah Arendt, Homens em tempos sombrios.

Resumo

A presente dissertação é uma proposição crítica que visa analisar a atual crise do movimento sindical e o processo de afirmação do capital, utilizando como alegoria as reivindicações do Sindicato da Construção Civil na Bahia – Sintracom. Isto porque, o embate entre o capital e o trabalho sofre com o rompimento dos alicerces ideológicos da sua existência histórica marcada pela busca da classe trabalhadora por mudanças e adaptação ao sistema socioeconômico estabelecido com o objetivo metabólico de alcançar melhores condições de vida. O antigo ambiente em que o espírito revolucionário propiciou uma atmosfera voltada para a necessidade de organização do proletariado com o enfrentamento das questões relacionadas à exploração do trabalho e a concentração do lucro sofre com o atual esvaziamento do debate. Deste modo, a legitimação do movimento sindical brasileiro será avaliada a partir da Era Vargas até a Constituição de 1988, momento em que foi promulgada a garantia de direitos básicos e a sua influência na dinâmica atual do capital. As bandeiras de luta em nome de mais empregos, melhores salários, redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, serão desfraldadas sob orientação da Teoria Crítica. Não obstante, considerando a proeminência orgânica das Reivindicações e Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), tendo como alegoria o pleito do Sindicato do setor da construção civil na Bahia - Sintracom, assim foi analisado, a partir do estudo de caso, o discurso simbólico sobre a ampliação dos direitos, principalmente nas questões voltadas para as cláusulas econômicas, aspecto unilateral na pauta das principais reivindicações dos sindicatos em detrimento do objetivo histórico de emancipação social.

Palavras-chave: Movimento Sindical – Capitalismo – Bandeiras de Luta - Convenções Coletivas de Trabalho – Direitos.

Abstract

This dissertation is a critical proposition that aims to analyze the current crisis of the labor movement and the capital's claim process, using SINTRACOM - the Construction Union located in Bahia - as allegory. This is because the struggle between capital and labor suffers from the disruption of the ideological foundations of its historical existence marked by the pursuit of the working class for change and adaptation to the socio-economic system established with the metabolic goal of achieving better living conditions. The former environment in which the revolutionary spirit led to an atmosphere focused on the need for proletarian organization to tackling issues related to labor exploitation and the profit concentration suffers from the current drain of the debate. Thus, the legitimacy of the Brazilian trade union movement will be evaluated from Vargas to the Constitution of 1988. However, the flags of struggle on behalf of more jobs, better wages, reduced working hours without wage cuts, will be unfurled under the guidance of Critical Theory on the agenda of the main demands of the unions at the expense of the historical goal of social emancipation.

Keywords: Union Movement's – Capitalism - Fight Flags - Collective labor conventions - Rights.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação da Bahia no valor adicionado da construção civil no Brasil (2002 – 2009)	52
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro comparativo dos reajustes salariais dos trabalhadores da construção civil leve	57
Tabela 2 – Quadro comparativo das horas extras obtidas pelos trabalhadores da construção civil leve.....	58
Tabela 3 – Quadro comparativo da jornada de trabalho dos trabalhadores da construção civil leve	59
Tabela 4 – Quadro comparativo da cesta básica dos trabalhadores da construção civil leve.....	59

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Jornais do Sintracom.....	97
-------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCT	-	Convenção Coletiva de Trabalho
CF/88	-	Constituição Federal de 1988
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
CTB	-	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
NCST	-	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
UGT	-	União Geral dos Trabalhadores
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
SINTRACOM	-	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia
SINDUSCON	-	Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

Lista de Gráficos	09
Lista de Tabelas.....	10
Lista de Anexos.....	11
Lista de Siglas e Abrevaturas.....	12
Considerações Iniciais	13
CAPÍTULO I – O movimento sindical como elemento-chave para o processo civilizador ou a aporia do capital	22
1.1 A legitimação do movimento sindical brasileiro: a era Vargas e a influência da constituição de 1988 na dinâmica atual do capital.....	25
1.2 Sindicatos e/ou trabalhismo: tudo o que é sólido desmancha no ar?	32
1.3 Crise do sistema mundial produtor de mercadorias e o movimento sindical: para uma compreensão do paradoxo da modernidade	39
CAPÍTULO II – As bandeiras de luta do movimento sindical: indignai-vos, pois o capital e o trabalho são dois pólos do mesmo campo histórico	48
2.1 Convenções coletivas de trabalho ou programas em favor da abolição da escravatura invisível: a inserção do Sintracom no de(em)bate sobre a ampliação dos direitos.....	50
CAPÍTULO III – Sindicatos da Construção Civil na Bahia e a necessidade do surgimento de uma nova crítica social.....	64
3.1 Representação ou alteridade entre dirigentes e associados: o processo civilizatório na barbárie da construção civil.....	64
3.2 Reajustes Salariais, Cesta Básica e Horas-extras: a dialéctica do crescimento econômico na construção civil.....	80
Referências	87
Apêndices	92
Apêndice A – Termo de Consentimento (entrevistas)	92
Apêndice B – Requerimento de Carta de Anuência (entrevistas)	94
Apêndice C – Roteiro (entrevistas)	96
Anexos	97
Anexo 1 – Jornais do Sintracom.....	97

Considerações Iniciais

O Movimento Sindical não pode olvidar da paradoxal relação existente entre o capital e o trabalho, a tese de esgotamento dos mecanismos de compensação suplantados pela racionalidade econômica (LUTZ, 1994), é compreendida por parte dos dirigentes sindicais como antagônicos. No entanto, a partir dos anos 1970, com a derrocada do sistema de câmbio fixo com base no ouro, que resultou em uma volatilidade sem precedentes para o sistema de negócios internacional, os sindicatos voltaram-se para a supervalorização do trabalho, olvidando que a sua relação com o capital assume um caráter que passa a ocupar pólos do mesmo campo histórico, na medida em que a atuação dos sindicatos é voltada diretamente para os que estão inseridos no mercado de trabalho, sendo inexistentes ações sólidas direcionadas para os que foram suprimidos do sistema para além do desemprego.

Neste contexto, a presente dissertação aborda criticamente os mecanismos pelos quais a crise no movimento sindical é potencializada pela falta de uma consciência crítica na formação atual da classe trabalhadora. O Movimento Sindical, um dos elementos-chave para o processo civilizador da modernidade, a partir das relações estabelecidas historicamente na organização social e na posterior forma dinheiro, está contido no atual estágio da crise estrutural do sistema mundial produtor de mercadorias e representa consoante à perspectiva marxiana, sob orientação da Teoria do Valor, a separação entre o sujeito e o resultado de sua ação, ou seja, alienação e fetiche do capital.

É proeminente destacar que realizei a presente pesquisa como partícipe do processo, por trabalhar há sete anos com o movimento sindical, assim as condições de acesso as informações necessárias para o desenvolvimento da dissertação foram mais produtivas, além da existência em todo o percurso, do compromisso na análise interna dos conteúdos, a partir da vigilância epistemológica que possibilitou um olhar mais amplo sobre os aspectos analisados.

Temas que perpassam pelos movimentos sociais, costumam suscitar a defesa em relação a estes, dos militantes que possuem uma visão desenvolvida a partir do engajamento com estes movimentos. Este fato constitui um ponto importante na realização deste trabalho que visa estabelecer um diferencial, contribuindo para a ampliação do debate, ao analisar a partir da teoria crítica os campos teóricos e práticos. Com uma trajetória profissional dentro do movimento

sindical e oriunda de outros movimentos sociais, a exemplo do movimento negro em Salvador, a realização desta pesquisa configurou-se num desafio, na medida em que tive que romper com uma visão muitas vezes romantizada e manter um certo distanciamento do objeto de pesquisa, com o objetivo de garantir uma análise livres de “amarras” e de ideias pré-concebidas, advindas também do senso comum para perceber as contradições existentes no movimento sindical.

Deste modo, a escolha do tema da presente pesquisa é resultado de um processo de reflexão e uma necessidade de compreender melhor o objeto de estudo, na medida em que a atividade junto ao movimento sindical levou-me a perceber a existência de um discurso dos dirigentes sindicais voltados para uma suposta dicotomia entre o capital e o trabalho, como se possuíssem interesses distintos/paradoxais com relação aos pleitos almejados nas Campanhas Salariais, uma alteridade presente na composição do valor trabalho (abstrato) e do valor do capital (não necessariamente com substância). No entanto, a praxis demonstrou-me que o discurso e as ações estavam voltadas para acessar este mesmo capital, outrora criticado através dos lucros dos “patrões” e reivindicados pelos sindicalistas como a repartição da “fatia do bolo”, ou seja, uma luta voltada para uma maior distribuição do dinheiro.

Além disso, com a realização das campanhas anuais em favor de reajustes salariais, tornava-se causa de inquietação o fato das cláusulas consideradas vitoriosas para os trabalhadores serem em sua maioria de ordem econômica e não estavam garantidas em sua totalidade, já que o processo de negociação é constante, podendo inclusive ter retrocessos em determinados momentos históricos.

Neste contexto, mesmo com a Convenção Coletiva de Trabalho e/ou acordos específicos assinados entre os representantes dos trabalhadores e das empresas do setor, os sindicatos passam a fiscalizar seu cumprimento ao longo do ano para garantir que as cláusulas sejam aplicadas na categoria que os representam, limitando o seu trabalho ao atendimento dos aspectos judiciais.

Assim, a tese que impulsiona o processo de investigação desta dissertação é o estabelecimento do atual estágio do movimento sindical, a partir do seu papel histórico de “auxiliar” no processo civilizatório da modernidade, apresentando-se como instrumento que beneficia o capital em detrimento dos trabalhadores, ao estabelecer pseudovitórias para as categorias que representa, através dos

considerados avanços nos direitos, traçados com as cláusulas econômicas das Convenções Coletivas de Trabalho, já que estes já deveriam ser praticados a partir das premissas da Constituição de 1988 e da CLT. As Convenções Coletivas de Trabalho – CCT também são constituídas a partir das expectativas de retomada do crescimento econômico e não do desenvolvimento real¹, o que precisaria ser o seu principal foco de atuação, caso fossem considerados processos de reais transformações sociais (reconstituição do sujeito histórico como sujeito ético moral).

Apesar da atual ênfase em questões de segurança e saúde no trabalho, gênero e etnia serem defendidas pelas Centrais Sindicais e comporem a pauta de reivindicações de diversos sindicatos - conforme aludido nas CCTs recentes e corroborado com a retórica sindical - é perceptível que o foco e a maior valorização dos resultados obtidos nas negociações das Campanhas Salariais advêm dos aspectos econômicos. Dessa forma, as cláusulas econômicas foram o foco de análise da pesquisa.

Entre os argumentos do Movimento Sindical em defender cláusulas econômicas já estabelecidas em lei, está o fato de que muitas destas não são cumpridas em sua totalidade pelas empresas, existindo inclusive casos em que trabalhadores exercem suas atividades sem carteira assinada e com extensas jornadas de trabalho. No entanto, a existência de ações para garantir através de tratativas diretas ou mesmo ações judiciais a execução da lei, passa a ser fator limitador das ações dos sindicatos que passam a não superar a constante tarefa de somente se fazer cumprir os aspectos legais e acabam por serem apenas instituições pautadas nas leis.

Neste percurso, a dissertação tem como objetivo geral compreender a atual crise do movimento sindical, potencializada pela falta de debate sobre o trabalho, associado ao não desenvolvimento de políticas voltadas para os trabalhadores desempregados, a crescente falta de identidade dos trabalhadores com os seus representantes e as reivindicações com foco no debate econômico, tendo como alegoria a análise do Sindicato da Construção Civil na Bahia – Sintracom. Nos

¹ Consoante a perspectiva platônica entendemos o desenvolvimento real como o processo de transformação do sujeito histórico, passível de interagir sobre a sociedade e si mesmo, não obstante, propiciar um ambiente favorável para o ampliar de suas capacidades e habilidade. O que o distingue do conceito de crescimento econômico entendido como a evolução do produto interno bruto (PIB), não necessariamente de forma sustentável. Para ampliar o debate, vale consultar: FURTADO, Celso. *Metamorfoses do Capitalismo*. Disponível em <http://www.redcelsofurtado.edu.mx>.

objetivos específicos, serão considerados de que forma foi construída a legitimação do Movimento Sindical brasileiro, através de uma análise histórica da Era Vargas a Constituição de 1988 (CF/88), e a sua influência na dinâmica atual do paradoxo da modernidade, entendida como “a velocidade da racionalização eliminadora de trabalho, pela primeira vez na história, supera a expansão dos mercados” (LUTZ apud KURZ, 1997: 113). A relação entre os Sindicatos e/ou trabalhismo serão debatidos com base na construção histórica da importância do trabalho.

As bandeiras de luta históricas do movimento – ampliação do mercado de trabalho, melhores salários, redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, são abordadas considerando a ação pública, as estratégias de “desobediência civil” e o suplantar legal. Neste contexto, as CCTs, tendo o Sintracom como alegoria, foram analisadas a partir da ênfase reivindicatória nas questões sócio-econômicas; um revisitar histórico e dialético da cidadania jurídica (em alusão ao tripé marshalliano de cidadania do direito, cidadania política e a cidadania social)².

O discurso panfletário do sindicato, com ênfase nas Campanhas Salariais do período de 2008 a 2010, serão analisados a partir dos Jornais oficiais do Sintracom, um de seus principais meios de comunicação com os trabalhadores, pois demonstra a posição adotada pela instituição referente às reivindicações.

Inseridos nos objetivos específicos, pretende-se verificar de que forma a crise do sistema mundial produtor de mercadorias influenciou o movimento sindical brasileiro e a mobilização dos trabalhadores como classe revolucionária, abordar como as “bandeiras”, compreendidas como as reivindicações históricas do Movimento Sindical – estão relacionadas com o atual estágio da crise estrutural do sistema capitalista -, e, por meio de um estudo de caso, analisar as CCTs do Sintracom no período de 2008 a 2010 por este momento estar inserido na primeira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado no ano de 2007, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PAC tinha o objetivo de promover a realização de grandes obras de infraestrutura no Brasil.

Neste ponto vale destacar que os investimentos em infraestrutura foram fontes para a continuidade do capital. Os demais setores econômicos tiveram quedas, o que não atingiu mais fortemente o ramo da atividade voltada para a

² Ver em MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

construção civil, devido a sua associação com o PAC, que estava voltado para o crescimento. A crise estrutural do sistema é a incapacidade deste continuar se autoalimentando, pois abarca o processo de metabolismo do capital que não necessita da orientação do sujeito para existir, mas assume “vida própria”, ou seja, um fim em si mesmo.

À luz da tese de esgotamento do mecanismo de compensação, o movimento sindical volta-se para os sufrágios da concepção baseada no coletivismo, apoiando-se na ideia de unidade política, responsável pelo estabelecimento de uma homogeneização dos trabalhadores. No entanto, “como os dois pólos de um cabo magnético ou de uma bateria elétrica não se excluem apenas, mas também se condicionam reciprocamente e são, por conseguinte, complementares, assim também ocorrem as posições antípodas da modernização”, (KURZ, 1997, p.93)

A presente dissertação visa compreender as características de atuação do movimento sindical responsáveis pelo não estabelecimento da emancipação³ da classe trabalhadora, mas o auxiliar no processo de “aburguesamento” desta mesma classe (incipiente na modernidade) que foi assimilada pelo processo civilizatório entendido na universalidade abstrata da forma mercadoria:

O cerne do problema reside no facto de, graças ao aumento de produtividade, se produzir cada vez menos "valor" por produto e por capital empregue, já que "valor" é um conceito relativo, medido pelo respectivo nível de produtividade historicamente sempre crescente do sistema capitalista a que se refere. Essa tendência imanente para a crise só pode ser compensada com a ampliação absoluta do modo de produção como tal, a fim de possibilitar uma ulterior acumulação. Na medida em que o aumento de produtividade devido ao uso da ciência supera em termos absolutos a ampliação do modo de produção, esse mecanismo de compensação começa a falhar. Tal estágio foi hoje atingido pela sociedade mundial capitalista produtora de mercadorias. O que na linguagem da sociologia é chamado de "crise da sociedade do trabalho", é, em última instância, o limite histórico absoluto da própria acumulação do capital. Todo o processo social, de vida e de reprodução é prolongado de forma cada vez mais penosa através substância-"trabalho" passada e em vias de perda de validade (KURZ, 1997).

³ “A emancipação do sujeito histórico dos grilhões da economia de mercado, adornadas pelo Estado regulamentador da atividade econômica, depende da libertação do domínio monetário. Ou seja, não há regresso para a história da emancipação por meio dos movimentos operários, uma ilusão de ótica para a reorganização do Estado despótico neoliberal que aparenta libertar a sociedade consumidora da mão-invisível smithiana”. (CAVALCANTI & SILVA, 2015, p. 75).

A realização deste trabalho seguiu como parâmetro a teoria crítica conforme estabelece as concepções de Adorno (1995, p.12):

A função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isto se dá, revelando as raízes deste movimento — que não são acidentais — e descobrindo as condições para interferir em seu rumo. O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu dever. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão. Esta, porém, seria uma tarefa que diz respeito a características do objeto, da formação social em seu movimento, que são travadas pelo seu encantamento, pelo seu feitiço.

Neste sentido, a partir da definição das bases estruturantes de análise e concepção da presente pesquisa, para dar início ao processo de investigação, foi realizada a revisão bibliográfica a fim de recolher informações histórico-conceituais sobre o tema a ser trabalhado.

O ponto de partida de qualquer pesquisa é a meta ou o objetivo. Em um segundo momento, desenvolve-se um modelo do processo que será estudado ou do fenômeno que será manipulado. Posteriormente, vem a coleta de informações (ou utilização de dados já coletados). Comparam-se os dados e o modelo em um processo de avaliação, que consiste simplesmente em estabelecer se os dados e o modelo têm sentido. Se o modelo não dá conta dos dados, procede-se a sua revisão – modificação ou substituição. Assim, o método científico é um processo dinâmico de avaliação e revisão (RICHARDSON, 2009, p. 23).

Não obstante, a compreensão do problema exige uma constante análise documental (fontes primárias e secundárias) acrescidas de entrevistas com os “sujeitos” (históricos ou mercantis) envolvidos diretamente no objeto de análise. Deste modo, cabe ao investigador manter, consoante Bourdieu, a vigilância epistemológica:

Da mesma forma que não existe gravação perfeitamente neutra, assim também não há perguntas neutras. O sociólogo que não submete suas próprias interrogações a interrogação sociológica não estaria em condições de fazer uma análise sociológica verdadeiramente neutra das respostas que elas suscitam. (2005, p. 55-56)

É necessária uma preocupação com o método adequado que possibilite a compreensão das idiosincrasias do sistema de reprodução social do capital, em especial a geração de valor sem substância intrinsecamente relacionado com a

problemática de absorção do excedente de capital, que estão no bojo da relação capital/trabalho.

O ponto de partida necessário nesse aspecto, para a reorientação do método herdado do passado, é submeter a uma crítica radical a modalidade estabelecida de mediação de reprodução social sob o domínio do capital. Esse ponto pode ser resumido a partir da diferença fundamental entre mediações de primeira e de segunda ordem. Estas, como as conhecemos, são mediações irremediavelmente antagônicas, constituindo um sistema de controle sociometabólico que precisa ser superado em sua totalidade, como um “sistema perversamente orgânico”, e substituído por sua alternativa hegemônica, constituída e consolidada, novamente, como um sistema orgânico historicamente viável e totalmente cooperativo. A teoria da alienação de Marx, na qualidade de arcabouço explanatório das mediações de segunda ordem antagônicas do capital, está profundamente concentrada em tais problemas. Seus primeiros diagnósticos e soluções estão articulados em seu sistema *in statu nascendi*, por ele escritos em Paris e publicados postumamente sob o título *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. (MESZÁROS, 2010, p. 7).

É proeminente destacar que a ênfase nas CCTs do Sintracom, abarcando o período histórico de 2008 a 2010, justifica para o presente estudo uma composição quantitativa e qualitativa dos pontos analisados. O processo da análise, em consonância com a Pauta de Reivindicações, estará a confrontar o discurso sindical e a ação propriamente dita, o que torna viável uma contextualização das informações obtidas para além do quadro teórico exposto ou o corroborar com a temática-chave desta pesquisa.

Para composição e coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e estruturadas com os sujeitos-chave na constituição das pautas reivindicatórias, em especial no tópico reajustes salariais. Para tanto, o roteiro abordou questões relativas às representações de poder e identificação dos interesses coletivos da classe operária como possível aporia para formação consciente de classe.

A ideia de emancipação associa-se ao processo de conscientização, conforme estabelece Adorno:

Em primeiro lugar, a própria organização do mundo em que vivemos e a ideologia dominante — hoje muito pouco parecida com uma determinada visão de mundo ou teoria —, ou seja, a organização do mundo converteu-se a si mesma imediatamente em sua própria ideologia. Ela exerce uma pressão tão imensa sobre as pessoas, que supera toda a educação. Seria efetivamente idealista no sentido ideológico se quiséssemos combater o conceito de emancipação sem levar em conta o peso imensurável do obscurecimento da

consciência pelo existente. No referente ao segundo problema, deverá haver entre nós diferenças muito sutis em relação ao problema da adaptação. De um certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação. A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém ela seria igualmente questionável se ficasse nisto, produzindo nada além de *well adjusteã people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se impõe precisamente no que tem de pior. Nestes termos, desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para a racionalidade uma ambigüidade. Talvez não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela (ADORNO, 1995, p. 143-144).

Dessa forma, foram considerados os diversos estados que constroem a determinação social do método. Tais composições influenciam diretamente os métodos científicos na pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades, o que precisa ser analisado pelo pesquisador, para que diante de tais informações, trabalhe a partir de novas possibilidades no desenvolvimento do conhecimento científico. A partir da Teoria Crítica, pretende-se compreender o objeto de análise e suas idiosincrasias, o processo de negação da negação para reestabelcer a perspectiva original voltada aos aspectos presentes em uma análise *ex parte populis*, o distanciamento de técnicas e metodologias ortodoxas, como pontua Hobsbawm: “a historiografia tradicional dos movimentos operários era técnica e metodologicamente bastante ortodoxa e história institucional; apenas seu objetivo era pouco usual”. (2000, p.19-20).

Deste modo, é proeminente estabelecer, consoante o historiador inglês, uma atenção especial para três considerações elencadas, que corroboram diretamente com os objetivos principais desta investigação:

- 1) A história operária é parte da sociedade, ou melhor, da história de certas sociedades que possuem características específicas em comum. Relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de suas divisões ou estratificações internas. Isto implica um modelo do que são as sociedades e de como funcionam; 2) A história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis socioeconômico, político, cultural, ideológico e “histórico” – tanto no sentido de operarem num contexto dado pelo passado, quanto no sentido de que mudam ao longo do tempo em determinadas maneiras específicas. Não podemos abstrair um ou mais níveis dos demais (exceto com o

propósito de conveniência temporária), nem praticar excessivo reducionismo (...); 3) Alguns aspectos do nosso tema são quantificáveis, outros não, pelo menos em termos comparativos. O problema da história operária (como o de qualquer outra história social) está em como combinar diferentes tipos de quantificação com enunciados qualitativos. (HOBBSAWM, 2000, p. 26-27)

Tendo em vista a delimitação do objeto em estudo, o Sintracom, a investigação em apreço configura-se como, em alusão a Minayo, como de caráter exploratório e qualitativo:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21).

CAPÍTULO I – O movimento sindical como elemento-chave para o processo civilizador ou a aporia do capital.

A origem do Movimento Sindical é marcada por um processo intenso de mudanças na sociedade, relacionadas às condições de trabalho, transformações no sistema econômico e a Revolução Industrial. Com a realização da Revolução Gloriosa de 1688, descrita por Hannah Arendt (1987,p. 43) como “(...) evento pelo qual o termo (revolução), paradoxalmente, encontrou seu lugar definitivo na linguagem política e histórica, não foi vista como uma revolução, mas como uma restauração do poder monárquico aos seus direitos pretéritos e à sua glória apresenta-se a intensificação deste processo”.

A acumulação do capital pela burguesia iniciou-se no século XVIII, dando início a Revolução Industrial, responsável pela ampliação do sistema capitalista, a partir da instalação das fábricas e a intensificação da exploração dos trabalhadores.

Para extrair a mais-valia, fonte dos lucros, a burguesia inglesa imporá jornada de trabalho que atingiam até 16 horas diárias. Os salários serão os mais reduzidos e as condições de trabalho, as mais precárias. Com o objetivo de atrair mão-de-obra livre, ela promoverá os famosos “cercamentos” no campo, nos séculos 17 e 18, expulsando os servos das glebas rurais para torná-los “homens livres”, aptos ao trabalho assalariado. Nesse período, são constituídos enormes contingentes de desempregados nos centros urbanos, que Marx chamará de exército industrial de reserva, como forma de baratear o custo do trabalho através da concorrência (BORGES, 2006, p. 3).

Assim, a junção entre capital e trabalho intensificada pela Revolução Industrial, propiciou um ambiente em que a necessidade de organização do proletariado se fez imprescindível para o enfrentamento das questões relacionadas à exploração do trabalho e a concentração do lucro. Isto porque, não podemos negligenciar, para o processo de análise crítica, a relevância da lógica do valor na concepção e emprego do movimento sindical. O problema de absorção do excedente do capital, que em busca de movimento constante, determina uma compreensão aparente do problema, pois, com ênfase na racionalidade econômica e na concorrência, não atenta para o propósito histórico de emancipação social.

O que historicamente deflagrou em inúmeras sulevações do trabalho contra o capital, não afetando diretamente os “donos do poder”. O movimento ludita, de 1811-1812, é a principal referência deste embate recorrente, sem olvidar das revoluções, em especial, de 1830, 1848 e 1871; que denotam uma relevância estratégica do

movimento operário com base na necessária “reinvenção da política” para além do Estado e do Mercado⁴. O que, vale a ressalva, possibilitou a criação de formas de associações sindicais, após a conquista do direito à livre associação em 1824, e manteve premente o processo de repressão do Estado às primeiras organizações sindicais, compreendendo-se, a violência como meio de/para garantir a estabilidade do Poder:

É o período de proliferação das trade-unions (associações sindicais), que passaram a fixar e a negociar os salários e as horas de trabalho em todos os ramos industriais da Inglaterra, contribuindo para minimizar a concorrência e a luta isolada dos operários. As trade-unions sempre deflagravam greves quando o capitalista rejeitava suas reivindicações econômicas e auxiliavam financeiramente, por meio das “Caixas de Resistência”, os operários em greve ou desempregados. (MONTAÑO & DORIGUETTO, 2011, p. 228).

Os trabalhadores também usaram outros mecanismos de resistência frente a exploração, a exemplo do boicote, sabotagem e o recurso mais conhecido em escala mundial – a greve:

Outra forma de luta que será utilizada na infância da classe operária será o boicote - palavra que deriva do nome de um oficial inglês encarregado de administrar os negócios do conde Erne, da Irlanda, Sir Boycott era conhecido por seus métodos truculentos no tratamento com os empregados. Ele se recusava a negociar e os trabalhadores passaram a fazer o mesmo, propondo que os moradores do povoado não consumissem os produtos do Conde Erne. Este teve um grande prejuízo e afastou o oficial inglês do cargo. A sabotagem também será usada nesse período como mecanismo de pressão dos trabalhadores por seus direitos. O termo tem origem francesa e significa "tamanco". Os operários franceses usavam esse tipo de calçado para danificar as máquinas, emperrando a produção. O salto na ação desse jovem proletariado vai se dar com o recurso da greve - uma forma de luta mais avançada para pressionar o patronato. Segundo José Cândido, “A origem do termo, liga-se à Praça da Greve (place de grève), atualmente Praça do Hotel de Ville, em Paris. Quando desempregados ou para tratarem de assuntos relativos ao trabalho, os operários costumavam reunir-se ali. Faire grève (fazer greve) significava, portanto, reunir-se na praça da greve. (2006 , p. 5).

Na perspectiva internacional, o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, aponta para uma organização internacional dos trabalhadores, expressa no chamado: “Proletários de todos os países uni-vos”. Dentro da experiência internacional, destaca-se A Primeira Internacional – Associação Internacional dos

⁴ Para ampliar o debate é proeminente consultar: HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; e MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

Trabalhadores (1864-1876), que englobava os partidos socialistas com discussões sobre “a transição ao socialismo e a socialização ou não da propriedade privada dos meios de produção” (MONTAÑO; DORIGUETTO, 2011, p.230). A Segunda Internacional (1889-1914), estruturada por Engels, após o falecimento de Marx em 1883, reunia partidos e sindicatos de todos os continentes com foco na emancipação dos operários, através da luta internacional constituída nos partidos de classe. A Terceira Internacional – Internacional Comunista (1919-1943) proporcionou uma ação voltada para a revolução socialista dentro do movimento sindical.

A internacionalização da luta dos trabalhadores permitiu o debate dos problemas que afligiam os operários em escala mundial, potencializando assim a luta, a partir do dado de que a classe trabalhadora estava estabelecida a partir da concepção de uma mesma identidade.

A conquista do que se poderia chamar de direitos político sindicais por parte dos trabalhadores – liberdade sindical, direito de greve, sufrágio universal e o consequente fortalecimento dos sindicatos e partidos representativos da classe operária – reforçou de tal modo o seu poder de barganha, que mesmo uma expansão acentuada do exército de reserva não poderia reduzir o nível de reprodução da força de trabalho. (SINGER, 1979, p. 144).

Dentre as perspectivas de Marx anunciadas em 1847, como apresenta Mézáros, estava a associação sindical, mecanismo pelo qual acreditava-se levaria ao desenvolvimento da classe trabalhadora:

o grau de desenvolvimento desta associação em qualquer país indica a posição ocupada por esse país na hierarquia do mercado mundial. A Inglaterra, que atingiu o desenvolvimento industrial máximo, tem as maiores associações e as mais bem organizadas. Os operários na Inglaterra não se satisfizeram com associações parciais (...) continuaram simultaneamente suas lutas políticas, e agora constituem um partido político importante, sob o nome de Chartists. E Marx esperava que este processo continuasse de forma que no seu processo de desenvolvimento, a classe operária deverá substituir a velha sociedade civil por uma associação que há de excluir as classes e seus antagonismos, e o poder político propriamente dito deixará de existir, pois o poder político é exatamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil. (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, vol. 6, pp. 21-22.)

1.1 A legitimação do movimento sindical brasileiro: a Era Vargas e a influência da constituição de 1988 na dinâmica atual do capital

No Brasil, a composição do movimento operário pode ser considerada a partir da República Velha com influência dos operários imigrantes europeus que já tinham experiência com as lutas sindicais. O Estado brasileiro passa a interferir no estabelecimento de normas ao Movimento Sindical a partir dos anos 30, período também marcado pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (Boito Jr., 2005, p. 47).

A primeira Lei de Sindicalização é expedida durante o Governo Provisório de 1931, o que passou a estabelecer a necessidade dos sindicatos realizarem o registro junto ao Ministério do Trabalho e a cumprir exigências referentes à sua atuação, o que somente possibilitaria o seu reconhecimento jurídico perante o Estado. O período de 1945 a 1964, como descreve Martins (1979), é marcado pelo recrutamento, por parte do Estado, das entidades sindicais com o objetivo de inseri-las nas campanhas políticas que possuíam como tema questões voltadas para o desenvolvimento. No entanto, o que é perceptível desde os primórdios da estruturação do movimento sindical brasileiro é a preocupação deste com as questões voltadas para o crescimento econômico em desavença com o desenvolvimento.

Entre 1945-1964, há uma inserção de novas temáticas na pauta de trabalhos do movimento sindical no Brasil, questões não mais de ordem orgânica, mas de caráter conjuntural como o crescimento das taxas de inflação, o desemprego recrudescente, o aumento do custo de vida e até mesmo abastecimento (energético e de alimentos); o que tornou fundamental, em 1945, a consolidação dos sindicatos como instituições oficiais, considerando o apelo hegeliano de “virar o processo de ponta cabeça” sem promover o desenvolvimento circunstancial de outro devir histórico deste movimento social único.

Foi, portanto, após 1945, que o sindicato se consolidou de maneira efetiva, como instituição oficial, se bem que, legalmente, sua estrutura e função tivessem sido determinadas em 1939. Assumiu, então, as características que permitiram denominar o sindicalismo dessa fase de “populista”: subordinação à ideologia nacionalista, dando ênfase ao desenvolvimento na solidariedade e paz social; a existência das organizações paralelas que, de certa forma, dinamizaram o sindicalismo oficial; e, a participação política

dos sindicatos que passou a ser consentida pelo Estado, buscando, assim, apoio dos operários e entidades sindicais controladas, em sua maior parte, pela esquerda. Foi justamente esta aliança da esquerda com o governo populista de Vargas (e na década de 60, com o governo João Goulart) que marcou toda a atividade sindical no período (MARTINS, 1979, p. 78).

Entre os processos históricos envolvendo o sindicalismo brasileiro, ênfase na dialética da negação, insistimos nada hegeliana, pois confirma a separação do sujeito do resultado de suas ações, em alegoria ao papel e propósito dos sindicatos em manifesta alusão ao desvelar da superestrutura político-jurídica em Marx⁵, está a Consolidação das leis do Trabalho (CLT, 1943), editada por Getúlio Vargas e que possibilitou a estruturação sindical de forma corporativa no Brasil.

Devido a repressão, através de prisões e torturas aos líderes sindicais mais aguerridos no período de 1964 a 1979, governos dos generais Geisel e Figueiredo, os sindicatos que se consolidaram não foram resultados de uma conquista dos trabalhadores, mas sistemas criados a partir de regulamentação estatal, justamente para impedir que a organização dos trabalhadores se transformasse em contestação revolucionária que proporciona-se um “novo” devir histórico de fato e passasse a existir uma reformulação legal que desestabilizasse o sistema. No entanto, o que ocorreu foi o oposto, pois quando o governo criou as regulamentações e os mecanismos de funcionamento do movimento sindical, passou a promover - por meio de leis - a alteridade entre emancipação e libertação por meio de aparente enriquecimento das classes “trabalhadoras” aqui analisadas.

Ao tratar sobre liberdade, Arendt (2006) apresenta que o seu terreno sempre esteve no campo da política:

O terreno onde a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, certamente, mas como um facto da vida de todos os dias, foi o espaço político. E mesmo hoje, saibamo-lo ou não, a questão política e o facto de o homem ser dotado com a capacidade de agir deve estar sempre presente no nosso espírito quando abordamos o problema da liberdade; pois a ação e a política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não conseguimos sequer conceber sem pelo menos assumir que a liberdade existe, e dificilmente podemos tocar em qualquer questão política sem, implícita ou explicitamente, abordarmos a questão da liberdade humana. Além disso, a liberdade não é apenas um entre

³ Consultar, entre outros, os contributos de MÉSZÁROS e HARVEY sobre essa contribuição-chave da “teoria marxiana” para compreensão do processo de alienação do capital e fetiche da mercadoria. Disponível em HARVEY, David. A Teoria marxista de Estado. In: **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 75-94; e MESZÁROS, István. Como poderia o Estado fenecer? In: **Para além do capital: Rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 561-602.

muitos outros fenômenos e problemas da esfera política propriamente dita, como a injustiça, ou o poder, ou a igualdade; a liberdade, que só raramente – em tempos de crise ou de revolução – se torna o alvo directo da ação política, constitui na verdade o motivo pelo qual os homens vivem juntos no seio de organizações políticas. Sem ela, a vida enquanto tal nem sequer faria sentido. A *raison d'être* da política é a liberdade, e o seu campo de experiências é a ação. (ARENDR, 2006, p. 157-158).

Neste contexto, vale acentuar que, sob orientação passiva, os “direitos” e concepções são:

A consolidação da nova fase de modernização capitalista dependente, sob a hegemonia do grande capital, exigiu uma classe operária passiva, desmobilizada, mas ao mesmo tempo disposta a garantir os altos índices de produtividade para o capital. Para atender às exigências desse modelo de desenvolvimento foram postas em prática um conjunto de mudanças políticas e institucionais. De acordo com Singer (1989), a política salarial e a substituição do sistema de estabilidade FGTS se constituíram nas medidas mais importantes para a transformação das relações de trabalho no pós 64. A partir destas são abolidas, na prática, o direito de greve. Para o autor a política salarial foi utilizada para combater os surtos inflacionários por meio da contenção dos salários. Essas medidas, combinadas com outras de caráter autoritário, provocaram maior subordinação do trabalhador à disciplina da empresa, maior dependência patronal, sindical, previdenciária e, conseqüentemente, menos direito para os trabalhadores. Foi neste contexto que se instaurou uma brutal repressão às organizações dos trabalhadores, contrárias a esta política. Do ponto de vista do trabalho, era permitida apenas a existência dos sindicatos oficiais que se mantivessem ajustados às regras impostas pelo regime. Assim, foi possível a conformação de uma classe operária disciplinada, que proporcionou um espetacular desenvolvimento das forças produtivas no país. (BARBOSA, 2001, p.3)

Destarte, Boito Jr. adverte que, desde os marcos regulatórios até o século XX, o movimento sindical brasileiro não passou por muitas transformações (2005, p. 47, 48).

De 1943 até os dias de hoje, o sindicalismo no Brasil tem existido sob um regime legal fundamentalmente inalterado. Trata-se de uma longevidade e estabilidade que impressionam, principalmente se se considera as grandes transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o Brasil passou ao longo das últimas décadas. Nesse regime legal, o sindicato deve obter um registro junto ao Estado para poder funcionar como tal; a lei obriga o regime de sindicato único, organizado por ramos econômicos ou por categorias profissionais; o sindicato único oficial tem o poder de impor taxas e tributos a todos os trabalhadores de sua base legal, sindicalizados ou não; e, finalmente, o sindicato único oficial serve como representante dos trabalhadores para questões sindicais junto à Justiça do Trabalho, ramo do Poder Judiciário

que tutela – fazendo uso do seu poder normativo para dirimir conflitos trabalhistas – a negociação sindical entre os sindicatos oficiais de trabalhadores e os sindicatos oficiais de empregadores (2005, p. 47-48).

A década de 1980, não obstante, é vista (quase) de forma consensual como o período de estruturais no sindicalismo brasileiro, a destacar a ampliação das lutas dos assalariados médios e a consolidação de associações sindicais e profissionais. Ainda sob orientação de Boito Jr (2005), apesar das “transformações”, não há uma mudança na relação de dependência dos sindicatos frente ao aparelho estatal de controle, em especial a preservação da unicidade sindical a partir da Constituição de 1988:

O sindicato continua sendo um sindicato único por força da lei – a Constituição de 1988 preservou a unicidade sindical – e deve registrar-se e obter reconhecimento oficial, não mais do Ministério do Trabalho, mas do Poder Judiciário. Este Poder tem condições, dessa maneira, de aglutinar ou desmembrar as bases dos sindicatos oficiais, cassar mandatos e destituir direções sindicais, como tem de fato acontecido de modo corrente em todo país (BOITO JR, 2005, p. 51)

A Constituição de 1988 estabelece no artigo 8º do capítulo II que trata dos direitos sociais a liberdade da associação profissional ou sindical, observando que “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical”. Tal medida tem como prevenção a antiga influência que o Estado possuía sobre as ações dos sindicatos.

Ao estabelecer que “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”, poderia ser um aspecto de fortalecimento das entidades sindicais, aos trabalhadores, na medida em que são representados por uma entidade e não de forma individual. Aqui cabe o questionamento sobre a utilização de tal direito, pois ao estabelecer ao movimento sindical a responsabilidade de ser o representante legal de todos os trabalhadores pertencentes à mesma classe profissional, os pleitos coletivos podem ficar a mercê das vontades individuais das direções sindicais, inclusive que dispõe sobre as reivindicações que deverão ser defendidas. Neste contexto, vale a composição hobbesiana do contrato social vertical, no qual o cidadão abdica de seus direitos e poderes em câmbio de um aparente estado de

segurança; o que no “mundo do trabalho” pode ser compreendido como a segurança para e no trabalho (cidadania jurídica, não social).

Referente aos recursos financeiros, a CF de 1988 dispõe que a assembleia geral é responsável pela definição da taxa da contribuição e nos casos da categoria profissional, o valor de contribuição é descontado na folha de pagamento com o objetivo de custear o sistema confederativo da representação sindical. Bernardo & Pereira (2008, p. 9) -, dispõem sobre a relação desse mecanismo:

Para acumular fundos que permitissem sustentar greves e proceder a outras ações de resistência, os sindicatos começaram a cobrar contribuições aos seus filiados e, posteriormente, em muitos casos nem sequer deram a este incômodo e o aparelho de Estado passou a proceder à cobrança e a entregar às direções sindicais as quantias recolhidas.

Relacionando esta questão com a problemática de parte dos dirigentes sindicais assumirem posturas individuais, perpetuando-se no poder, a partir do momento que assumem vários mandatos de forma consecutiva e não oportunizam um processo de oxigenação dos sindicatos, com novos dirigentes que possibilitem mudanças, a administração de recursos financeiros pode retirar tais verbas do seus objetivos centrais:

Se os trabalhadores de base forem afastados da organização cotidiana da atividade do sindicato, se se limitarem a votar em assembleias gerais cada vez mais espaçadas e cada vez menos frequentadas, se não existir rotatividade no preenchimento dos cargos diretivos, se não for possível revogar a qualquer momento o mandato dos dirigentes eleitos e, assim, começar a desenvolver-se uma burocracia sindical estável e remunerada, então isto significa que os fundos resultantes das contribuições de todos os filiados passam a ser geridos por um pequeno grupo de pessoas que na prática deixaram de ser trabalhadores e se transformaram em burocratas sindicais. Pelo mero fato de controlar as verbas investidas e administrar os rendimentos delas resultantes, a burocracia sindical converte-se numa camada social capitalista. (BERNARDO & PEREIRA, 2008, p. 10)

Quando a contribuição sindical não é convertido no trabalho coletivo que visa o avanço nos considerados direitos sociais, pelos sindicalistas, esta contribuição “torna-se capital não mãos de quem administra esta soma de dinheiro, ou seja, dos dirigentes sindicais”. (BERNARDO & PEREIRA, 2008, p. 20)

Tal elemento contribui para a perda de credibilidade dos dirigentes sindicais perante aos trabalhadores que representam, pois estes enxergam em seus líderes

os mesmos problemas encontrados na representação política liberal democrática: uma relação utilitarista, um dos pilares da modernidade, ao invés de representação dos interesses da sociedade.

É notória a contradição presente no texto constitucional de 1988. Há uma separação entre a teoria legal e a práxis, pois ao invés de ser a orientação jurídica para defesa da luta dos trabalhadores, passa a ser um caminho que privilegia somente o capital. Ao estabelecer que “ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato”, a CF 1988 possibilita o seguinte questionamento: Com a não filiação dos trabalhadores aos sindicatos e assim a falta de existência de recursos financeiros, como seria as ações dos sindicatos e a sua representação junto às categorias profissionais?

O movimento sindical é parte intrínseca do moderno sistema de reprodução do capital e não pode resolver os problemas causados por essa lógica, parafraseando KURZ (1997), mas apenas os problemas funcionais presentes no interior da lógica do capital. O movimento sindical é parte integrante do processo de juridificação do Estado moderno e, por conseguinte, necessita da valorização do valor como suporte institucional, uma dependência do metabolismo contínuo do capital, pois, tal como o Estado, não produz nenhuma atividade econômica para o Mercado, mas os seus “membros” sim.

A partir da década de 90 o movimento sindical, não apenas o brasileiro, passa a enfrentar uma crise oriunda das grandes transformações no mundo do trabalho e dos limites da sua atuação, como poderemos avaliar na sequência desta nossa incursão crítica à luz da história.

No mesmo sentido vão as considerações sobre os sindicatos: estes constituem um momento fundamental de organização da classe operária contra as usurpações do capital. Mas a luta sindical é limitada na medida em que é uma luta constante pela melhoria salarial e não diretamente contra o sistema capitalista que gera o sistema de salários. A luta sindical é um efeito contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas. (ANTUNES, 2003, p. 33)

A história do movimento sindical no Brasil demonstra que este não passou por processos de mudanças significativas. Os sindicatos ainda são as instituições legais que representam os trabalhadores, a partir das categorias profissionais associadas à base territorial e os responsáveis pela administração dos recursos financeiros resultantes das contribuições sindicais e do imposto sindical, o que gera inclusive

disputas de grupos pelo controle dos sindicatos que possuem arrecadações elevadas. A dialéctica do esclarecimento, consoante Adorno, no actual estágio de reprodução social do capital, é uma alteridade olvidada do processo de reforma do sistema de representação trabalhista que, no momento histórico de perigo (leia-se fragilidade) ameaça tanto a sua própria existência como a temporalidade do valor como sujeito automático da sociedade.

1.2 Sindicatos e/ou trabalhismo: tudo o que é sólido desmancha no ar?

Ao tratar do movimento sindical no Brasil, é necessário abordar a história e o papel das Centrais Sindicais, pois a partir das diferenças ideológicas e de atuação, exercem grande influencia sobre a ação dos sindicatos e categorias que representam. No Brasil existem cinco Centrais Sindicais legalizadas, são elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Ao analisar as Centrais Sindicais, verifica-se que apesar de um discurso voltado somente para a defesa dos interesses dos trabalhadores, há uma forte relação com a criação de Partidos Políticos, em especial para nossa abordagem, a relação entre a CUT e o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem sua origem no período da disseminação das greves do ABC paulista no final da década de 1970 e também na relação de sustentação, como pode-se constatar entre a CTB e o Partido Comunista Brasileiro (PCdoB).

Traçando um panorama histórico da criação das Centrais Sindicais no Brasil com foco principal nas concepções políticas ideológicas, a CUT nasce como uma entidade de massas, com preceitos voltados para um discurso de carácter classista, democrático e de interesses advindos da luta histórica da classe trabalhadora. Como nos apresenta Soares colocar o ano.

A CUT surgia com a tarefa de romper com a velha estrutura sindical varguista e com o modelo econômico, social e político implantado no país desde o golpe militar de 1964. Em linhas gerais, esses eram os princípios programáticos defendidos pela CUT. Hoje, seguramente, a CUT é a mais governista de todas! (SOARES, 2013, p.544).

A segunda maior Central Sindical no Brasil em número de filiados, a Força Sindical, nasceu em 1991 como alternativa à CUT e com discurso voltado ao sindicalismo de resultados:

Para alguns estudiosos do movimento sindical (Giannotti, 2002; Trópia, 2009; Antunes, 1991, 2005, 2006; Boito Jr., 1999) a FS aderiu com todas as letras ao neoliberalismo. É o que afirma Patrícia Trópia (2009, p. 15), a partir de pesquisa realizada sobre o tema. De acordo com Trópia a Força Sindical aderiu ao neoliberalismo ao apoiar ativamente a implantação de algumas políticas neoliberais, bem como difundir aspectos desta ideologia para suas bases. Mas, diferentemente do que a maior parte da bibliografia afirma e ao contrário do que a maioria dos ativistas do movimento sindical prega, a penetração da ideologia neoliberal não se limita às suas lideranças, mas se propaga entre sua base principal, os metalúrgicos da cidade de São Paulo. (SOARES, 2013, p.545).

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Sindical ao qual o Sintracom, objeto de análise neste estudo é filiado, foi fundada em 14 de dezembro de 2007 em Belo Horizonte – MG como resultado do primeiro Congresso Nacional da Central dos Trabalhadores do Brasil. Em seu discurso, a CTB que é ligada ao PC do B, apresenta-se como entidade classista, autônoma e democrática. No entanto, é avaliada como uma central governista, já que um número expressivo dos seus militantes também atuam na base do governo do PT (SOARES, 2013).

A Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) nasceu em junho de 2005 e é marcada por “ser definida como uma central liberal que se diz comprometida com valores como a democracia, a ética, a justiça social e a cidadania”. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada em 19 de julho de 2007, é oriunda do processo de unificação das centrais sindicais Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT, Social Democracia Sindical – SDS, Central Autônoma de Trabalhadores - CAT e de um grande grupo de sindicatos independentes e apresenta-se, através do discurso dos seus dirigentes, como uma Central que visa “defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador” (SOARES, 2013, p.546)

De acordo com a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, que trata sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais e altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, as

Centrais Sindicais é uma “entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores”. (Para referência arquivo central sindical 1)

As Centrais Sindicais, de acordo com a mesma Lei, possuem as seguintes atribuições:

I - coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas;

II - participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores. (BRASIL. Lei nº11648 de 31 março de 2008).

As bandeiras de lutas analisadas neste trabalho compõem uma das principais buscas do movimento sindical ao longo da história e ainda se fazem presentes na atualidade, a partir das iniciativas adotadas principalmente pelas Centrais Sindicais e incorporadas pelos sindicatos que representam. Entre elas, a Redução da Jornada de Trabalho, sem Redução de Salários, apresenta-se como uma das principais reivindicações, na medida em que na relação de trabalho o tempo é o elemento-chave na venda e compra da força de trabalho. Assim, cabe às legislações dispor sobre as regras para a sua utilização, através das CCTs, estabelecidos pelos sindicatos.

Nesta trajetória, a última mudança significativa na jornada de trabalho ocorreu com a Constituição de 1988, com a redução, das extensivas 48 horas, para 44 horas semanais. A autora acredita que um dos fatores limitantes neste processo de mobilidade - da redução da jornada para o aumento no tempo de descanso da classe trabalhadora – está relacionado com o fato dos empregadores buscarem novos mecanismos de controle sobre a força de trabalho e os trabalhadores. Na construção civil, alegoria desta dissertação, as horas extras foram cambiadas de extraordinárias para ordinárias.

Postone expressa que apenas coletivamente é possível estabelecer algumas condições no estabelecimento da venda da força de trabalho:

[...] é apenas por meio de ação coletiva em torno de questões como condições de trabalho, as horas e os salários que os trabalhadores realmente ganham algum controle sobre as circunstâncias de venda de sua mercadoria. Assim, apesar da suposição generalizada de que a ação coletiva dos trabalhadores e as formas sociais burguesas se opõem, a propriedade mercadoria só pode ser plenamente realizada para os trabalhadores na forma coletiva; os trabalhadores, então, só podem ser “sujeitos burgueses” coletivamente. Em outras palavras, a natureza da força de trabalho como mercadoria garante que a ação coletiva não se oponha à posse de mercadoria, mas é necessária para a sua realização. O processo histórico da realização da força de trabalho como

mercadoria, paradoxalmente, implica o desenvolvimento de formas coletivas no âmbito do capitalismo, que não apontam para além daquela sociedade, mas, em vez disso, constituem um momento importante na transição do capitalismo liberal para o pós-liberal (POSTONE, 2014, p. 315).

Assim, apesar do aumento da produtividade, possibilitada no caso da construção civil pelo uso de novas tecnologias e a sua consecutiva ampliação na produtividade, torna-se responsável apenas em produzir a mesma quantidade de valor por uma determinada unidade de tempo, não ocorrendo mudanças em relação ao período anterior ao seu aumento. Dessa forma, uma determinada atividade é responsável em resultar no mesmo espaço de tempo continuamente a mesma grandeza de valor mesmo existindo uma variação da força produtiva empregada.

Esse exemplo indica claramente que algo muda com as mudanças na produtividade: seu aumento não só produz maior quantidade de riqueza material, como também reduz o tempo de trabalho socialmente necessário. Graças à medida abstrata e temporal do valor, a redeterminação do tempo de trabalho socialmente necessário muda a magnitude do valor das mercadorias individuais produzidas em vez do valor total produzido por unidade de tempo. O valor total mantém-se constante e simplesmente é distribuído entre uma massa maior de produtos quando a produtividade aumenta. Isso, no entanto, implica que, no contexto de um sistema caracterizado por uma forma abstrata temporal de riqueza, a redução do tempo de trabalho socialmente necessário redetermine a hora de trabalho social normativa. (POSTONE, 2014, p. 332)

Destarte, verifica-se a tese do esgotamento dos mecanismos de compensação, de Lutz (1994), ou seja, uma clara referência histórica ao processo de dependência do capital, leia-se o paradoxo da modernidade, pois em algum momento o Estado deve interferir no custo do capital por meio de legislação, mas não consegue resultados efetivos no próprio processo de valorização do valor (sem substância) como sujeito automático da sociedade, considerando que os sindicatos são instituições constituintes deste mesmo fenômeno de reprodução da universalidade abstrata na forma dinheiro (o fetiche, segundo o elucidar crítico de Kurz (1997):

Agora, essa reserva histórica está esgotada, conforme o sociólogo alemão Burkart Lutz mostrou num estudo. Mas, ao mesmo tempo, a racionalização microeletrônica pós-fordista e a globalização dos mercados de mercadorias e de trabalho e dos mercados financeiros fizeram com que quantidades tão grandes de trabalho se tornassem não rentáveis, que todo o mecanismo histórico de compensação existente até agora começa a desmoronar. Em outras palavras: pela primeira vez na História, a velocidade da “racionalização eliminadora” (Wegrationalisierung) de trabalho supera a expansão dos mercados.

A produtividade aumenta com rapidez cada vez maior, ao passo que a expansão do modo de produção, considerada na sua totalidade, chegou ao fim. Por isso, a esperança por um novo surto de acumulação é bastante ingênua. A partir de agora, fica claro que a autocontradição fundamental, segundo a qual essa sociedade se baseia na transformação incessante de quanta abstratos de trabalho em dinheiro, chegou a um ponto no qual não se pode mais mobilizar rentavelmente quanta suficientes de trabalho no patamar dos padrões de produtividade, criados pela própria sociedade. Já não é mais um fenômeno cíclico, mas um fenômeno estrutural. Porém, quanto mais fraca se tornar a acumulação real, tanto menos o crédito estatal será financiado, e, quanto menos o Estado puder ser financiado, tanto maiores se tornarão as suas tarefas em virtude da crise estrutural da acumulação. É nesse círculo vicioso que a própria modernidade produtora de mercadorias se aprisionou. (Kurz, 1997, p.113)

Na abordagem crítica do Movimento Sindical sobre as relações de trabalho, esta passa por um processo de supervalorização, pois estabeleceu-se ao longo da moderna história do sistema produtor de mercadorias a concepção de que apenas através do trabalho há valor (entendido aqui como reprodução social ou rentabilização produtiva). No entanto, não questiona-se o conceito (para além do natural) de trabalho ou as mutações históricas do trabalho e o seu real valor social dentro das sociedades capitalistas, que são capazes de excluir abruptamente aqueles “sujeitos históricos” que não corresponderem aos anseios de multiplicação rentável do sistema, ou seja, a multiplicação do valor.

Por meio da crítica radical, deste modo, questiona-se o papel do trabalho na sociedade capitalista e a sua interferência na dinâmica social. Em um manifesto, lançado na Alemanha em 1999, o problema crucial do sistema de reprodução social é reavaliado nesta fase de constante dicotomia entre a emancipação social e o processo de valorização do valor sem substância:

Exatamente na sua fase terminal, o trabalho revela, claramente, seu poder totalitário, que não tolera outro deus ao seu lado. Até nos poros do cotidiano e nos íntimos da psique, o trabalho determina o pensar e o agir. Não se poupa nenhum esforço para prorrogar artificialmente a vida do deus-trabalho. O grito paranoico por “emprego” justifica até mesmo acelerar a destruição dos fundamentos naturais, já há muito tempo reconhecida. Os últimos impedimentos para a comercialização generalizada de todas as relações sociais podem ser eliminadas sem crítica, quando é colocada em perspectiva a criação de alguns poucos e miseráveis “postos de trabalho”. E a frase, seria melhor ter “qualquer” trabalho do que nenhum, tornou-se a profissão de fé exigida de modo geral. (GRUPO KRISIS, 1999, p. 13)

Neste sentido, outro aspecto apresentado e de importância para a compreensão do tema, é o fato de que os indivíduos são os donos de uma parte da força de trabalho total da comunidade, sociedade e da espécie, sendo este o início para a compreensão da teoria do valor do trabalho. Para Braverman, o objeto de estudo não é a configuração geral do trabalho, mas a forma que ele assume dentro das relações capitalistas de produção, a partir da sua exigência na troca de relações, mercadorias, dinheiro e principalmente a compra e a venda da força de trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 54)

O capital, consoante Braverman, apresenta as três condições básicas gerais do trabalho, sendo a primeira, a separação dos trabalhadores com os meios em que são desenvolvidas as produções, só acessando-as a partir da venda da força de trabalho a outros. No segundo ponto, está o fato dos trabalhadores estarem livres das chamadas restrições legais, a exemplo da escravidão, e o terceiro item está na compreensão do emprego como unidade de capital que pertence ao empregador. Tais proposições engendram a importância da verificação histórica para o debate de tais elementos e a ascensão da tendência das economias capitalistas em transformar as diversas formas de trabalho em trabalho assalariado (BRAVERMAN, Op. Cit, p.55).

Neste contexto, em alusão ao desvelado por DEBORD (2003), a outra fase do domínio da economia sobre a Vida é caracterizada pelo reinado soberano do aparentar TER, no qual a luta entre capital e trabalho propaga o rompimento dos alicerces ideológicos da sua existência histórica marcada pela busca da classe trabalhadora por mudanças e supressão desta forma de poder.

No fundo sente-se agora (...) que um tal trabalho é a melhor polícia, que retém cada indivíduo pelo freio e que sabe impedir com firmeza o desenvolvimento da razão, do desejo e do prazer da independência. Pois faz despender enorme quantidade de energia nervosa, e subtrai essa energia à reflexão, à meditação, ao sonho, à inquietação, ao amor e ao ódio (NIETZSCHE apud GRUPO KRISIS; 2003, p. 45)

Os sindicatos, contudo, tornam-se reféns de uma de suas principais bandeiras, a geração de empregos, pois sob o estigma da concorrência e da eficiência econômica, entendida como a liberdade ditatorial do mercado temperada pelo reconhecimento dos direitos do “homem espectador”, parafraseando o tipo integrado de espectáculo em Debord (2003):

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral. (FERNANDES, 1984, p. 148)

Diante das imposições do mercado de trabalho que apresenta-se de forma excludente e prega a “seleção natural” que impõe a submissão dos indivíduos ao capital, nutre-se o *apartheid* social, o que ganha força diante das contribuições estabelecidos pelos discursos dos sindicatos, que são as organizações sociais responsáveis em promover processos de organização dos trabalhadores das diversas categorias. Tais fatores reforçam as concepções neoliberais sob o mantra do trabalho como elemento-chave da inclusão, justificado a partir de processos de exclusão:

Uma sociedade centralizada na abstrata irracionalidade do trabalho desenvolve, obrigatoriamente, a tendência ao apartheid social quando o êxito da venda da mercadoria "força de trabalho" deixa de ser a regra e passa a exceção. Todas as facções do campo de trabalho, trespassando todos os partidos, já aceitaram dissimuladamente essa lógica e ainda a reforçam. Eles não brigam mais sobre se cada vez mais pessoas são empurradas para o abismo e excluídas da participação social, mas apenas sobre como impor a seleção. (GRUPO KRISIS, 2003, p. 15)

Subordinados à submissão da vida ao ditames do mercado de trabalho concorrência, os indivíduos passam a aceitar de forma natural as imposições do mercado causadores de violência, fome e miséria, por terem medo de não estarem inseridos no mercado, mesmo que ocupando os piores postos de trabalho.

[...] cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta. (ANTUNES, 2007, p. 13-14)

No entanto, nesta troca estabelecida entre o trabalhador e o capitalista, pelo fato do primeiro reter a capacidade para o trabalho, o segundo só consegue a vantagem na barganha se conseguir manter o trabalhador no seu posto de trabalho. De forma elucidativa, Braverman (1987) explica que o trabalhador vende e o que é comprado pelo capitalista não é uma determinada quantidade contratada de

trabalho, mas sim a força para trabalhar de um determinado tempo que sofrerá variações, a partir da intensidade produtiva do trabalho.

O trabalho exterior, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho aparece para o trabalhador no fato de que // o trabalho // não é seu próprio, mas sim de um outro, que não lhe pertence, que nele não pertence a si mesmo, mas a um outro. Assim como na religião a auto-atividade da imaginação humana, do cérebro humano e do coração humano atua sobre o indivíduo independente deste, ou seja, como uma atividade alheia, divina ou diabólica, assim também a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Pertence a um outro, é a perda de si mesmo.” (BRAVERMAN, 1987, p. 153)

Entretanto, persiste a problemática, confirmado pelo atual estágio da crise estrutural do capital: como alocar o excedente de capital e, por conseguinte, realizar o retorno lucrativo se o sistema não conseguir engendrar uma nova onda de crescimento econômico sustentável?

1.3 Crise do sistema mundial produtor de mercadorias e o movimento sindical: para uma compreensão do paradoxo da modernidade

O processo de desmobilização vivido principalmente no âmbito do movimento sindical configura-se como resquício do processo de individualização na busca por maior poder aquisitivo em detrimento de uma pauta comum da classe trabalhadora para alicerçar suas bandeiras deflagradas na luta histórica de emancipação social (que, sob a forma social de universalidade abstrata, representa o suplantar do predicado consumidor em detrimento do sujeito-histórico-político).

A crise de identidade enfrentada pelo movimento sindical, consoante a sociologia do trabalho, tem relação direta com as imposições da globalização que modificaram substancialmente os padrões da organização produtiva, associada a hegemonia ideológica neoliberal que estimula a desarticulação da mobilização e ações coletivas.

No que se refere ao conteúdo da crise dos sindicatos, destaca-se, primeiramente, que no interior do processo de radicalização das tendências do capitalismo globalizado/mundializado, os sindicatos são pressionados a cumprirem seu papel enquanto instituição da ordem capitalista, reforçando a sua atuação nos limites dessa ordem. Isto porque, a cultura sindical que se modifica está inscrita num contexto político extremamente desfavorável à classe trabalhadora em escala mundial. Vive-se um final de século em que a ideologia

capitalista sai fortalecida, com vitórias importantes, expressas na efetiva implantação das políticas neoliberais. (DRUCK, 1996, p. 33)

A partir das intensas transformações que ocorrem no mundo do trabalho, em que ganha relevo as novas formas de produção e relação profissional, a exemplo dos processos de terceirização e a *pejotização*, que visa transformar trabalhadores em pessoas jurídicas, rompendo com antigas concepções e identidade de classe dentro da relação entre capital e trabalho, o movimento sindical enfrenta intenso processo de crise e desmobilização das diversas categorias. Fatores como desemprego e a valorização sem substância do capital, contribuem para a mudança de foco da organização sindical que visa se compor dentro do sistema, ao invés do estabelecimento de uma crítica as imposições estabelecidas pelo capitalismo.

Assim, a fragmentação e o desmantelamento dos coletivos de trabalhadores, que colocam em xeque a unidade fabril ou a cultura fabril, desencadeia um processo de individualização dos trabalhadores, levando a uma crescente perda de identidade coletiva e de classe. Isto se torna mais visível com a difusão da terceirização ou subcontratação para todos os tipos de trabalho, juntamente com a desregulamentação do mercado de trabalho. (DRUCK, 1996, p. 32-33)

Neste sentido, acrescenta Harvey sob as estratégias de racionalização produtiva:

No decorrer do tempo, os capitalistas tem procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. Tornam-se ferramentas por meio das quais os capitalistas administram a oferta de trabalho em conjunto com os setores privilegiados da força de trabalho que usam o racismo e o machismo para minimizar a competição. A história da acumulação primitiva implicou a produção de títulos de superioridade “natural” e, portanto, baseadas na biologia, que legitimou as formas de poder hierárquico e de classe em face das alegações religiosas ou seculares do status de igualdade perante os olhos de Deus ou do Estado (a Revolução Francesa e Estadunidense). Ao longo de sua historia, o capital não foi de maneira nenhuma relutante em explorar, se não promover, fragmentações, e os próprios trabalhadores lutam para definir meios de ação coletiva que muitas vezes se defrontam com os limites das identidades étnicas, religiosas, raciais ou de gênero. De fato, nos EUA nos anos 1950 e 1960, as organizações de trabalho procuraram reduzir a concorrência nos mercados de trabalho pela imposição de exclusões baseadas em raça e gênero (2011, p. 57-58).

Contudo, vale ressaltar, o processo de globalização adota o espetáculo como mecanismo de alienação dos indivíduos e dentro deste contexto a classe trabalhadora é ludibriada com a possibilidade de alcançar melhores condições de vida a partir do trabalho, mesmo que este esteja associado a processos degradantes, a exemplo de extensas jornadas e condições insalubres. Destarte, a atual pauta de reivindicações estabelecida pelo movimento sindical, expressa a luta por emprego e mais e melhores salários, assimilando, também, o fetiche do dinheiro como elemento principal na sociedade.

O problema parece estar na relação entre o trabalho – isto é, a atividade produtora de mercadorias - e a moeda (...). O processo econômico moderno pode ser definido como a inesgotável transformação desse trabalho em moeda: a energia humana que se manifesta em sociedade constitui a substância da moeda. Toda moeda que não espelha um trabalho precedente é moeda sem substância e, por isso, simulada. (KURZ, 1997, p. 129).

Diante das constantes ameaças de desemprego, o movimento sindical molda-se as exigências do capitalismo e com estratégias restritas somente a manutenção dos empregos, passa a permitir uma maior flexibilização do trabalho, a partir de retrocessos em avanços históricos para garantir a inserção da classe trabalhadora no sistema estabelecido.

É significativo que o Acordo Trabalhista, no propósito de substituir a redução da jornada de trabalho como perspectiva sociopolítica, tenha elegido, além da promessa de comedimento nas futuras negociações salariais, sobretudo a aceitação de "salários de ingresso" abaixo do piso para pessoas que há muito se acham desempregadas e a redução dos benefícios sociais. Isso representa sob muitos aspectos o rompimento de um dique. Para os desempregados, equivale a uma insolente impertinência: *salário parcial em contrapartida à jornada integral de trabalho*. Em vez do maior tempo disponível, que ao menos , potencialmente poderia ser utilizado para alternativas econômicas, sociais e culturais, ao trabalho assalariado e para uma crítica da economia de mercado, o "ingresso" no *apartheid* social e na escravidão econômica dos baixos salários, a fim de "obter licença" para se esfalfar até a última gota por objectivos imbecis ou que são uma ameaça à comunidade. Não admira que a imprensa econômica neoliberal tenha louvado esse "passo adiante" na ocasião em que o Acordo Trabalhista recebeu a bênção do chanceler Kohl (KURZ, 1997, p. 16).

As idiossincrasias do sistema são apontadas no momento em que o componente de geração de valor com substância, o trabalho abstrato, passa a ser reiteradamente eliminado do processo de criação de valor e o dinheiro torna-se, de um meio de circulação, um fim em si mesmo.

O “ganhar dinheiro”, essa atividade própria à burguesia, não foi questionado a sério pela maioria dos integrantes do movimento, isto é, não foi a perspectiva sócio-econômica, mas, na melhor das hipóteses, de forma metafórica e culturalista. Assim, o fato de o movimento de massas ter desaguado na instância parlamentar e no deplorável plano sindical de exigências de um “salário justo por um dia justo de trabalho” foi apenas o saldo de uma limitação imanente do próprio movimento (KURZ, 1997, p. 292).

A partir de uma crítica radical do sistema produtor de mercadorias é possível localizar as contradições existentes entre os interesses dos proprietários em contraposição a realização da emancipação social tendo o movimento sindical como alegoria. Isto porque, neste contributo à crítica da economia política e, portanto, da crítica do fetichismo moderno e, principalmente, da crítica do valor como sujeito automático da sociedade, as relações sociais são apreendidas como uma realidade aparente compensatória, espetacular.

Neste empreendimento, a teoria crítica, se faz presente e aponta o norte, para a “globalização de uma nova crítica social”, não concedendo espaços para o pensamento único, mas sobretudo buscando, à luz do desafio e da carga do tempo histórico, como sugere István Mészáros, alternativas não alienadas acerca das virtudes absolutas da gestão do moderno sistema produtor de mercadorias e, por suposto, do fetiche do capital. (CAVALCANTI & SILVA, 2011, p.140).

Por conseguinte, os processos pelos quais passa a atual crise do sistema mundial produtor de mercadorias têm ligações diretas com os estabelecimentos da valorização do capital:

Mas a tesoura da crise sistêmica abre-se também na direção do próprio processo de valorização. Não só a atividade necessária do Estado encarece excessivamente, como a valorização do capital também regride de ciclo a ciclo em todo o mundo. A reprodução da economia de mercado parece esgotar-se na sua própria base. Até agora, o caráter dessa evolução vem sendo ignorado inclusive pela teorização da esquerda. Em geral, predomina a idéia de que também a acumulação do capital, mais cedo ou mais tarde, será incentivada novamente pelo aumento da produtividade. Mas essa argumentação fundamenta-se num grande mal-entendido. O problema consiste; no fundo, no fato de que, através do aumento da produtividade e da racionalização, se produz por produto e por utilização de capital um "valor" cada vez menor, pois o "valor" é um conceito relativo, medido no respectivo nível de produtividade (historicamente sempre aumentado) do respectivo sistema referencial capitalista. Assim, o próprio processo capitalista priva-se, em última instância, das condições do seu funcionamento, na medida em que ele minimiza a sua própria substância (o trabalho abstrato). (KURZ, 1997, p. 12).

À luz das esferas de atividade propostas por Harvey (2011), sobre a trajetória de expansão dos mecanismos de reprodução do capitalismo, o movimento sindical sofre interferências neste processo, pois a mesma impacta de forma substancial nas relações sociais ao recrudescer a necessidade tecnológica, como condição competitiva, e confirmar na prática que a organização social é representada simbolicamente por um elemento externo (a mercadoria).

Na medida em que nenhuma esfera é dominante em relação as demais e apresentam-se de forma independente, elucida Harvey (2011), é significativo o fato de que em determinados períodos histórico é possível que uma esfera tenha destaque em relação as demais. Neste contexto, de mercantilização de todos os aspectos da vida como condição *sine qua non* para manter o processo de alocação do excedente de capital, a esfera representativa aos processos de produção e trabalho serve ao nosso intuito à crítica do movimento sindical. Tendo em vista que, em relação directa com as demais esferas, o metabolismo social é determinado pela ideia de consumo na modernidade em detrimento com a transformação racional da natureza.

Podemos, deste modo, ilustrar como a partir do desenvolvimento de novas tecnologias há uma degradação da natureza:

Mas, mesmo na chamada questão ecológica, o carácter não autónomo e estruturalmente dependente da "política" se torna evidente; mais de um quarto de século de debates ecológicos dão há muito a prova prática desse facto. Pela própria essência, a política só pode resolver problemas funcionais no interior da lógica do dinheiro, mas não problemas causados por essa lógica como tal. Como o Estado tem de financiar todas as suas medidas de regulação, isso vale também, é claro, para as medidas ecológicas. Os fundamentos naturais são destruídos pela lógica abstracta do dinheiro; mas a reparação dos fundamentos naturais, por sua vez, custa dinheiro, que primeiro tem de ser "ganho". Para poder reparar as destruições causadas pelo dinheiro, a sociedade, portanto, tem de "ganhar" mais dinheiro e provocar mais destruições. É fácil calcular que tal círculo se torna cada vez mais vicioso, para prejuízo da natureza e dos fundamentos da vida (KURZ, 2002).

Nesta dinâmica, o debate em defesa dos empregos estimulam trabalhadores do setor da construção a não realizarem uma critica mais profunda a cerca das dimensões que envolvem o seu trabalho. Com inúmeros empreendimentos que tem impactos directos sobre a natureza, a exemplo da destruição de matas que dão lugar a prédios, o que é reforçado é o aumento do número de empregos, mesmo que o acesso ao trabalho esteja associado a destruição dos recursos naturais do planeta.

A concepção mental, como esfera negativa e fundamentada no fetichismo do capital, é um dos elementos que conduzem a classe trabalhadora a caminhos de defesa do trabalho a qualquer custo, sendo este potencializado pelo discurso voltado para a necessidade de geração de mais postos de trabalho associado de forma paradoxal à qualidade de vida.

A crise do movimento sindical pode ser expressa, também, pela diminuição no número de trabalhadores envolvidos na organização das entidades de representação, o que entendemos como uma (re)orientação ideológica advinda “de cima”. Consoante os contributos teóricos do Grupo KRISIS, em seu “Manifesto contra o Trabalho”, trata-se de uma confirmação da hipótese-chave desta dissertação, ou seja, o movimento sindical é partícipe do processo civilizatório da modernidade, uma tautologia para a universalidade abstrata da forma mercadoria (KURZ, 1997).

Ao verificar-se o processo emancipatório proposto pelo movimento sindical, verifica-se a falta de substância em suas ações, na medida em que estas não proporcionam mudanças estruturais na relação existente entre o capital e trabalho, “patrões e trabalhadores”. A atuação dos sindicalistas voltam-se para composição de quadros de poder, expresso pelo discurso de que através do acesso a cargos no governo, é possível trazer mais avanços para a classe trabalhadora (alteridade nas relações público/privado).

A busca pela inebriante inserção dos dirigentes sindicais nos quadros do poder, em nome da emancipação social, é confirmada pela formação das pautas de negociação que servem de ponte mediadora para (re)representação de interesses em uma clara alusão à novílingua orwelliana que, além de proteger o Estado na orientação das negociações, consegue revestir os interesses do capital – situação condizente com a 1ª dimensão do fetichismo da mercadoria, na qual aos “donos do poder” são atribuídas forças sobrenaturais que todo “representante sindical” gostava de adquirir (alegoria específica de uma sociedade do consumo; a economia enlouquecida asseverada por Debord (2003) em “A sociedade do espectáculo”).

Entre os fatores responsáveis pela crise no movimento sindical é relevante destacar o atual deslocamento de parte dos dirigentes sindicais com a categoria profissional aos quais representam. No Brasil com a crescente desconfiança com as instituições públicas e o processo de associação partidária que torna os sindicatos e

sindicalistas relacionados aos partidos políticos, essa desconfiança a cerca dos reais interesses dos sindicatos aumenta e é reforçado pela ação de dirigentes sindicais que assumem mandatos consecutivos, passando anos na direção dos sindicatos sem possibilitar a sua renovação.

A estrutura sindical existente hoje no Brasil – corporativa, verticalizada e unitária – já deu sinais da sua incompatibilidade com os dias atuais, merecendo uma mudança profunda das relações do trabalho. Os sindicatos estão a cada dia mais enfraquecidos diante do avanço no setor informal, tecnológico, do desemprego e do trabalho precário. A sua própria fraqueza acaba por alimentar o questionamento do sistema tradicional. (LOBATO, 2006, p. 189)

O desgaste vivenciado pelos sindicatos também é fruto da postura adotada por seus dirigentes sindicais que ao assumirem cargos públicos adotam posições que inclusive ferem direitos trabalhistas, a exemplo da condução política do presidente licenciado da FS, o deputado federal, Paulo Pereira da Silva, conhecido como Paulinho da Força, que apoiou o Projeto de Lei – PL 4330/2004⁶ que aumenta e regulamenta a terceirização nas empresas. A terceirização é vista, inclusive por parte do movimento sindical, como elemento de precarização das relações de trabalho, pois os trabalhadores mantidos através deste modelo de produção apresentam-se de forma mais vulnerável historicamente, conforme aponta Barros & Mendes:

Alguns autores (Sousa, 1999; Singer, 1998), ao analisar o processo de trabalho na indústria da construção civil, apontam o trabalho por produção como uma modalidade de exploração do trabalho de forma intensiva, que conduz a um esgotamento físico e mental dos trabalhadores. Nessa perspectiva, Dejours (1999b) ressalta que a pressão socioeconômica de ameaça à perda do posto de trabalho ou dos direitos e garantias trabalhistas tem gerado um sentimento de medo, preponderante nos operários da construção civil, instalando-se assim o sofrimento psíquico. (2003, p. 65).

A relação dependente dos sindicatos com a lógica (valorização) do capital faz com que não exista uma real contestação ao processo de multiplicação do dinheiro, entendido em sua forma como representação do trabalho abstrato passado e gerador de riqueza real. Destarte, é necessário um debate aprofundado sobre o sentido das reivindicações do movimento sindical, entre elas, as bandeiras históricas como a redução da jornada de trabalho, pois com as transformações ocorridas a

⁶ De autoria do deputado federal Sandro Mabel – PL/GO, dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>.

partir do progresso tecnológico e no aumento da produtividade, verifica-se que a problemática sempre esteve voltada para as questões inerentes ao valor do trabalho, sendo este demarcado por sua relação com o tempo.

O setor da construção civil, nossa alegoria para o processo de análise, no entanto, passou por um intenso processo de reestruturação produtiva, caracterizadas pela incorporação de novos métodos, tecnologias e gestão da força de trabalho. “As particularidades do setor, entretanto, condicionam o uso e a difusão de novos produtos e tecnologias. Na construção civil, a reestruturação produtiva está mais ligada à utilização de novos materiais do que a introdução de novas máquinas”. (DIEESE, 2007 p.127)

O mecanismo de gerenciamento da força de trabalho passa por processos de mudanças na construção civil, a partir da terceirização, elemento que eleva o número de empresas dentro dos canteiros de obras e tornam as relações de trabalho mais heterogêneas. As condições de trabalho são variáveis de acordo com o empregador, no mesmo local de trabalho é possível encontrar trabalhadores com diferentes níveis de acesso aos direitos.

Através das subempreiteiras, ou seja, as empresas subcontratadas, a divisão do trabalho é ampliada, na medida em que a empresa principal, responsável pela realização da obra, contrata empresas menores que passam desempenhar serviços menores e diferentes dentro das obras que passam a ter uma grande quantidade de diferentes empresas atuando no mesmo espaço, desencadeando uma série de características, como aponta o Dieese.

A busca pela flexibilização dos contratos de trabalho e da jornada – entendida como redução de direitos e maior poder empresarial sobre o uso da força de trabalho – tornou-se elemento fundamental do discurso e da prática das empresas. Associadas à crescente precarização das relações de trabalho e emprego, a subcontratação e a terceirização estão presentes na grande maioria dos canteiros de obras, redefinindo as relações entre o capital e o trabalho no interior da construção civil (DIEESE, 2007, p. 128).

As empresas utilizam como argumento as exigências do mercado de trabalho como justificativa de imposição de novas exigências ao trabalhador, que passa a ter uma postura maior de subordinação em relação aos seus empregadores.

Capítulo II – As bandeiras de luta do movimento sindical: indignai-vos, pois o capital e o trabalho são dois pólos do mesmo campo histórico

A interpenetração do Mercado na Ágora do movimento sindical estabeleceu uma pauta de reivindicações da classe trabalhadora para a valorização do crescimento econômico (não necessariamente sustentável) em detrimento do real desenvolvimento e, portanto, para realização da Justiça (condição *sine qua non* para emancipação social).

A partir do modelo de produção existente, em que o fetichismo da mercadoria determina as relações sociais e, portanto, a superestrutura político-jurídica, há uma conformação da proposição debordiana de que a abstração generalizada é uma consequência da sociedade capitalista da mercadoria; o espetáculo sua forma mais desenvolvida.

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. As suas diversidades e contrastes são as aparências organizadas socialmente, que devem, elas próprias, serem reconhecidas na sua verdade geral. Considerado segundo os seus próprios termos, o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, socialmente falando, como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como a negação visível da vida; uma negação da vida que se tornou visível. (DEBORD, 2003, p. 16)

O esvaziamento dos indivíduos, a partir a lógica do capital, não está isenta no movimento sindical que, sem promover uma crítica radical ao predicado-consumidor não consegue suprimir as rédeas do poder e reestabelcer a união do sujeito e do resultado de sua produção. Ou seja, a partir da percepção do espetáculo é possível compreender que este refere-se especialmente ao modelo de produção existente moldado com base no sistema capitalista em que há uma constante mercantilização de todos os aspectos da vida.

É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna. (DEBORD, 2003, p. 15).

A relação dos movimentos sociais em pauta, através da presença dos sindicatos, deve enfrentar o fardo do nosso devir histórico e reestabelecer uma

prática educacional emancipatória para além do capital (parafrasando Mészáros) e livre dos adornos fetichistas e alienadores.

A teoria crítica orienta, no contexto de uma profunda reestruturação da vida quotidiana, o dissipar da névoa que encobre uma outra perspectiva para além do Estado e do fetiche do capital. Propõe e incita os atores sociais a assumirem o comando de seus destinos e formas de socialização sem subterfúgios externos que se voltam contra o criador e perpetuam a sociedade do espectáculo. (CAVALCANTI & SILVA, 2011, p. 151)

No entanto, se o capital e o trabalho são dois pólos do mesmo campo histórico, não há como negar a relevância desta relação para o processo de modernização civilizadora em que o Estado, portanto as suas instituições jurídicas, também, assegura a reprodução do próprio sistema. Por meio de convenções e/ou acordos trabalhistas, a sociedade do espectáculo aprofunda suas raízes no marco civilizatório e, tal como aludido anteriormente:

A economia, de meio que era, transformou-se em fim, a que os homens submetem-se totalmente, e a alienação social alcançou o seu ápice: o espectáculo é uma verdadeira religião terrena e material, em que o homem se crê governado por algo que, na realidade, ele próprio criou (JAPPÉ, 2009)

Os ditames da representação sindical estão dependentes da concepção da sociedade do espectáculo em buscar a felicidade a qualquer. O esvaziamento dos indivíduos, a partir a lógica do capital e a própria inserção do movimento sindical neste contexto, sem o estabelecimento de uma crítica ao consumismo atinge o viés ideológico da classe trabalhadora.

A partir da percepção do espectáculo é possível compreender que este refere-se especialmente ao modelo de produção existente moldado com base no sistema capitalista.

É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espectáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espectáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espectáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna (DEBORD, 2003, p. 1).

Na busca de uma nova perspectiva é necessário questionar a lógica do valor e, deste modo, engendrar uma crítica categorial do sistema de reprodução social

fundamentada no fetichismo da mercadoria. A composição histórica dos sindicatos, neste contexto, não servem para auxiliar no processo de conscientização de classe e tampouco para superar as cadeias da alienação, somente a distanciam-na das práticas atuais.

A teoria da crítica orienta, no contexto de uma profunda reestruturação da vida quotidiana, o dissipar da névoa que encobre uma outra perspectiva para além do Estado e do fetiche do capital. Propõe e incita os atores sociais a assumirem o comando de seus destinos e formas de socialização sem subterfúgios externos que se voltam contra o criador e perpetuam a sociedade do espectáculo (CAVALCANTI & SILVA, 2011, p. 151).

2.1 Convenções coletivas de trabalho ou programas em favor da abolição da escravatura invisível: a inserção do SINTRACOM no em (debate) sobre a ampliação dos direitos no período de 2008 a 2010

Ao analisar a atuação do SINTRACOM, representante dos trabalhadores da construção civil na Bahia, é importante compreender os aspectos que envolvem este setor. A Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE 2.0 (IBGE) divide o setor da construção, pela numeração 41 que trata da construção de edifícios, englobando obras de construções de edifícios e de incorporação de empreendimentos imobiliários; o item 42 estabelece a construção de obras de infraestrutura e que envolve a construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras de artes especiais, obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto, transporte por dutos e construção de outras obras de infraestrutura; e a numeração 43 relacionada às áreas especializadas para construção, composta por obras como demolição e preparo de terreno, instalações elétricas, hidráulicas, outras instalações em construções, obras de acabamento e demais serviços especializados para a construção.

Diversos sindicatos do setor da construção atuam no Brasil, existindo diferenciação entre os da construção civil e construção civil pesada:

A atividade construtiva é dividida por segmentos: residencial ou de edificações, comerciais ou de empreendimentos; da construção pesada ou de infraestrutura e outros – que representam um faturamento anual de R\$ 180 bilhões. O predomínio do setor da construção civil é de construtoras de pequeno porte. Das 195 mil empresas em atividade formal no país até 2011 (último dado disponível), 97,6% tinham menos de cem funcionários, 94,8% empregavam até 50 pessoas, 77,2% não passavam de 10 funcionários e somente 0,3% tinham mais de 500 empregados. No

segmento da construção pesada, o predomínio é de empresas incorporadoras ou multinacionais, que são competitivas em termos globais, por ter atuação internacional. (DIEESE, 2012, p. 7).

Com a data base em 1º de janeiro, o SINTRACOM, filiado a CTB, estabelece as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), através de negociação com o Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia – SINDUSCON. A CCT do sindicato foi analisada no período de 2008 a 2010, através da análise de documentos oficiais disponíveis no site da instituição e realização de entrevistas com três dirigentes sindicais, alguns dos responsáveis pela elaboração da pauta de reivindicações e negociações junto ao patronal. O número de entrevistados foi escolhido com base no tempo de pesquisa e de dados a serem analisados. Dentro de uma diretoria executiva composta por 17 membros, considera-se que o número de entrevistados foi satisfatório e atendeu ao principal objetivo de perceber os mecanismos pelos quais são elaboradas as reivindicações dos trabalhadores da construção civil.

O SINTRACOM foi escolhido como alegoria na realização desta pesquisa, por representar os trabalhadores de um segmento que funciona como termômetro da economia no país. O período em análise, 2008 a 2010, é justificado por que corresponde aos anos em que ocorreram as obras associadas ao PAC 1.

Isto porque, apesar da construção civil estar no meio da crise norteamericana, relacionada com um estágio da crise estrutural do capital que explodiu em 2008, conforme os dados do Bando Nacional de Desenvolvimento – BNDES, os países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, naquele período não sentiram de forma mais profunda os impactos da mesma.

A posição da autora está em consonância com as relações assimétricas estabelecidas entre os trabalhadores, os sindicatos, o capital e o Estado. Pois, apesar da relevância do setor para manutenção do processo de mobilidade do capital, crescimento econômico não necessariamente sustentável, a moldura emancipatória defendida pelo movimento sindical somente é possível frente ao quadro de baixa escolaridade dos trabalhadores que compõem o setor da construção civil:

A construção civil é caracterizada por uma alta demanda por trabalhadores com baixa qualificação, aqui entendida como trabalhadores de reduzida escolaridade. No Brasil, em 2010, o percentual de trabalhadores não qualificados foi de 66%, enquanto

que na Bahia foi de 60%. Contudo, é interessante observar que a proporção entre trabalhadores não qualificados e qualificados vem diminuindo ao longo dos anos tanto para o Brasil quanto para Bahia. Vale frisar que o percentual de trabalhadores qualificados da Bahia, na construção civil, em relação ao Brasil é maior para toda série analisada. Os gráficos abaixo demonstram essa relação. (SANTOS & FREITAS, 2012, p. 7)

Gráfico 1 – Participação da Bahia no valor adicionado da construção civil no Brasil – 2002 - 2009



Fonte: SANTOS, Alex & FREITAS, Urandi & NETO, Armando & Costa, Daniel. Análise do Crescimento da Construção Civil na Bahia e no Brasil: Uma Abordagem em Dados em Painel para o Período 2002 a 2009. Publicações SEI, 2012, p. 7.

O setor da construção civil, vale a ressalva, representou 4% do PIB brasileiro em 2009, acumulando sucessivas taxas de crescimento de 1995 até 2008 – média de de 9,7% ao ano” (FILHA; COSTA; FALEIROS; NUNES, 2010, p.312).

Através do Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC-1), que durou de 2007 a 2010, garantiu-se a expansão dos investimentos voltados para a infraestrutura brasileira. De acordo com o BNDES, esses investimentos estavam agrupados em três áreas:

[...] infraestrutura logística, que envolve a construção e a ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; infraestrutura energética, que corresponde à geração e à transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e infraestrutura social e urbana, que engloba saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, programa Luz para Todos e recursos hídricos (como a transposição do rio São Francisco). Todas essas áreas apresentam impactos, diretos ou indiretos, sobre o setor de construção civil. (FILHA; COSTA; FALEIROS; NUNES, 2010, p.332).

O movimento sindical ao estabelecer processos de negociação com o patronal em que são estabelecidas condições muitas vezes mínimas de trabalho

atua como conformador da classe operária. Estes são partícipes-chave no processo de metabolismo do capital/fetichismo do valor, e conduzem os trabalhadores a concordar com condições ínfimas de trabalho sem o estabelecimento de uma crítica mais profunda sobre o que poderia vir a ser o papel dos sindicatos. Os sindicatos ao participarem das condições impostas pelo capital, acabam por adequar-se a este.

Seria uma ilusão funesta acreditar, como muitos o fazem, que o movimento operário resultará por si mesmo, em virtude da sua própria natureza, em tal revolução. Bem ao contrário: todos os movimentos fundados sobre interesses materiais e imediatos...tendem fatalmente a se adaptar às circunstâncias, engendram o espírito conservador, o temor pelas mudanças naqueles que conseguem obter melhorias. (MALATESTA, 1989, p.86).

Neste capítulo pretendeu-se estabelecer uma análise prescritiva à luz dos dados e do referencial histórico do Dieese para verificar se existe uma evolução, mesmo que quantitativa por meio dos reajustes salariais das CCTs da Construção Civil na Bahia no período de 2008 e 2010, principal item das pautas de reivindicações. Também foi objeto de análise a comprovação dos dados frente aos resultados aludidos com as entrevistas realizadas com os dirigentes do Sintracon.

Destarte, nesta seção da dissertação, foram desenvolvidas duas vertentes analíticas: uma voltada para a análise dos gráficos do Dieese - com o objetivo de verificar a existência de uma preocupação focada somente nos salários - e a outra voltada para o resultado das entrevistas e dos jornais oficiais do Sintracom com o objetivo de examinar a existência de uma consciência crítica por parte dos trabalhadores que participam do processo de negociação, a sua relação com a valorização do trabalho ao qual não lhe pertence e como ocorre o processo de formação dos trabalhadores da construção civil, através dos Jornais oficiais do Sintracom.

A CCT do sindicato foi analisada no período de 2008 a 2010, através do estudo de caso, a partir da realização de entrevistas com os dirigentes sindicais, responsáveis pela elaboração da pauta de reivindicações e negociações junto ao patronal. Os dados econômicos disponibilizados pelas CCTs do sindicato e os estudos do Dieese foram analisados de forma qualitativa e quantitativa para a comparação entre os pleitos dos trabalhadores e as suas conquistas.

A Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE 2.0 (IBGE) divide o setor da construção, pela numeração 41 que trata da construção de edifícios,

englobando obras de construções de edifícios e de incorporação de empreendimentos imobiliários; o item 42 estabelece a construção de obras de infraestrutura e que envolve a construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas, obras de artes especiais, obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto, transporte por dutos e construção de outras obras de infraestrutura; e a numeração 43 relacionada às áreas especializadas para construção, composta por obras como demolição e preparo de terreno, instalações elétricas, hidráulicas, outras instalações em construções, obras de acabamento e demais serviços especializados para a construção.

As CCT de 2008 do Sintracom, conforme aponta o site institucional da entidade, são compostas por 53ª cláusulas, estabelecidas a partir os seguintes itens: Abrangência, que aponta a representação sindical voltada para os empregados na indústria da construção e da madeira, manutenção e montagem industrial, e das empresas que prestam serviços de construção as concessionárias dos serviços de telefonia e saneamento básico, além das que realizam serviços de instalações elétricas na construção. A convenção também estabelece os pisos salariais praticados em Salvador e os pisos do interior, estabelecendo assim, uma diferenciação nos salários dos trabalhadores da capital baiana e das demais cidades.

Na CCT 2009 do Sintracom, as cláusulas que vão da 1ª a 55ª, tratam dos seguintes temas: abrangência; pisos de Salvador; pisos do interior; recomposição salarial de 7,5%; pisos para os trabalhadores de manutenção industrial; adiantamento e pagamento de salário; horas extras; hora normal noturna; alimentação; transporte; auxílio funeral; assistência filho excepcional; convênio farmácia; promoção; ferramentas; décimo terceiro; aviso prévio; férias; abono de faltas; prêmio aposentadoria; seguro em grupo; auxílio creche; salário educação; atestados médicos; insalubridade e periculosidade; jornada de trabalho; anotação na carteira; deficiente físico; transferência; local de lazer; reciclagem profissional; feriados; dia do empregado; água potável; instalações sanitárias; proteção individual; acidente de trabalho; segurança do trabalho; subempregadas; cipa; estabilidade da gestante; fornecimento e uso de crachás; igualdade de oportunidade; rescisão e homologação; liberação dirigentes sindicais; contribuição assistencial das empresas; mensalidade sindical; contribuição assistencial dos empregados; multa por

descumprimento; dupla função; contrato de experiência; cesta básica; serviços externos; especificidade de serviços; vigência e o anexo referente a base territorial.

A Convenção Coletiva de Trabalho de 2010 é composta de cláusulas que vão da 1ª a 58ª, estabelecendo os seguintes pontos: abrangência; vigência; pisos de Salvador; pisos do interior; pisos para manutenção industrial; adiantamento e pagamento de salário; recomposição para demais empregados; horas extras; hora normal noturna; insalubridade e periculosidade; prêmio aposentadoria; alimentação; cesta básica; transporte; convênio salário educação; auxílio funeral; auxílio assistencial a filho excepcional; auxílio creche; seguro em grupo acidente de trabalho; convênio farmácia; aviso prévio; trabalho de deficiente físico; rescisão e homologação; aprendiz reciclagem profissional; contrato de experiência; ferramentas; transferência; igualdade de oportunidade; estabilidade da gestante; abono de faltas; jornada de trabalho; remuneração das férias; equipamento proteção individual; cipa; atestados médicos; liberação de dirigentes sindicais; contribuição assistencial das empresas; mensalidade sindical; contribuição assistencial empregados; promoção; pagamento do décimo terceiro; anotação carteira profissional; local de lazer; dias santos e feriados; dia do empregado da construção civil e manutenção; água potável; instalações sanitárias; assistência médica acidente de trabalho; medicina e segurança do trabalho; contratação de subempreiteiras; fornecimento e uso de crachás; multa por descumprimento; dupla função; serviços externos; especificidades de serviços; riscos químicos e biológicos; Participação nos lucros e resultados – PLR ; plano de saúde básico e paritário.

Através da análise das CCTs no período de 2008 a 2010, foi perceptível a repetição da maioria das cláusulas definidas após as negociações coletivas que ocorreram durante as Campanhas Salariais da categoria. Tal repetição demonstra que apesar do processo de reivindicações ser realizado através de negociação com o patronal, existindo inclusive a possibilidade de greves nas obras, todos os pleitos alcançados, não estão assegurados, sendo assim necessário em todos os anos a entrega da pauta de reivindicações da categoria para negociação com o sindicato patronal. Apesar dos trabalhadores terem a possibilidade de alcançarem mais benefícios econômicos, no ano seguinte podem deixar de ter acesso a tais recursos, a depender do processo negociação e dos percentuais firmados no processo de

negocial com o sindicato patronal que leva em consideração principalmente o crescimento do setor, através dos investimentos e a conjuntura do país.

Dessa forma, a partir da análise dos temas tratados nas Convenções Coletivas de Trabalho de 2008 a 2010, constata-se que a maioria das cláusulas é de ordem econômica e recorrente nos temas apresentados. Parte das cláusulas originadas, a partir da Pauta de Reivindicações da categoria deveria estar garantida, pois são estabelecidas na Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, responsável pela regulação das relações coletivas e individuais de trabalho. No entanto, através dos itens consolidados, através das CCTs analisadas, frutos da Pauta de Reivindicações da categoria, apresentadas ao patronal, nota-se que direitos básicos ainda não estão garantidos, já que as convenções são estabelecidas, através de um processo de negociação que ocorrem todos os anos.

A Tabela 1, ver abaixo, apresenta a análise quantitativa da CCT do Sintracom nos anos de 2008, 2009 e 2010. Alguns dos itens já estão estabelecidos pela CLT e CF 88 no que se refere às reivindicações de caráter econômico para os trabalhadores da construção civil.

Foram analisadas as principais cláusulas econômicas do Sintracom – pisos salariais, horas extras, cesta básica e jornada de trabalho - e traçado um comparativo para avaliar se ocorreram “avanços”, aqui compreendido como a consolidação dos itens reivindicados de ordem econômica ou se houve a manutenção da lei em relação aos mesmos. Vale ressaltar que o comparativo levará em consideração apenas as CCTS, já que a pauta de reivindicações⁷ é um documento interno que a investigação em apreço não teve acesso. Destarte, não foi possível estabelecer um comparativo entre o solicitado pelos trabalhadores e o alcançado, através da negociação com o Sinduscon.

Tabela 1 – Quadro comparativo dos reajustes salariais dos trabalhadores da construção civil leve

Cláusula	Cláusula 4 ^a da CCT 2008	Cláusula 4 ^a da CCT 2009	Cláusula 07 ^a da CCT 2010	CLT	CF88

⁷ Documento entregue ao sindicato patronal contendo as reivindicações dos trabalhadores e que antecede as negociações coletivas de trabalho.

Recomposição Salarial	Reajuste de 8,00 %	A partir de Janeiro reajuste de 7,5% A partir de Setembro 9,15	Reajuste de 8,00 %	Estabelece salário mínimo	Art. 7º. IV – salário mínimo fixado em lei, trabalho;
Recomposição Salarial	Reajuste de 8,00 %	A partir de Janeiro reajuste de 7,5% A partir de Setembro 9,15	Reajuste de 8,00 %	Estabelece salário mínimo	Estabelece salário mínimo

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações obtidas nas CCTs do Sintracom 2008, 2009 e 2010.

As horas extras de segunda a sexta-feira alcançada nos anos de 2008 a 2009 se deram de igual forma e seguiram as mesmas regras já estabelecidas por lei, através da CLT e da CF/88, não apresentando assim nenhuma diferenciação em relação ao preconizado. Já as horas extras aos sábados – 70% e domingos e feriados – 110% nos anos de 2008 a 2009 apresentaram o mesmo percentual em todos os anos. Em relação a jornada de trabalho não ocorreram mudanças entre o estabelecido na CCT e o que está consolidado na CF/88.

Tabela 2 – Quadro comparativo das horas extras obtidas pelos trabalhadores da construção civil leve

Cláusula	2008	2009	2010	CLT	CF88
Horas Extras de Seg a Sexta	Cláusula 7ª da CCT Adicional de 50% sobre o valor da hora normal	Cláusula 7ª da CCT Adicional de 50% sobre o valor da hora normal	Cláusula 08ª da CCT Adicional de 50% sobre o valor da hora normal	Art. 59. (obs.: percentual fixado pela CF/88, art. 7º, XVI).	XVI
Horas Extras aos Sábados	Cláusula 7ª da CCT Adicional de 70% sobre o valor da hora normal	Cláusula 7ª da CCT Adicional de 70% sobre o valor da hora normal	Cláusula 08ª da CCT Adicional de 70% sobre o valor da hora normal	Art. 59. (obs.: percentual fixado pela CF/88, art. 7º, XVI).	XVI

Horas Extras aos domingos e feriados	Cláusula 7ª da CCT Adicional de 110% sobre o valor da hora normal	Cláusula 7ª da CCT Adicional de 110% sobre o valor da hora normal	Cláusula 08ª da CCT Adicional de 110% sobre o valor da hora normal	Art. 59. (obs.: percentual fixado pela CF/88, art. 7º, XVI).	XVI
--------------------------------------	---	---	--	--	-----

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações obtidas nas CCTs do Sintracom 2008, 2009 e 2010

Em relação a redução da jornada de trabalho, foram mantidos durante os três anos de análise a mesma jornada de 44 horas semanais. A análise das cláusulas que tratam sobre os principais temas de ordem econômica demonstrou que mesmo quantitativamente não houve avanços significativos, ocorrendo em muitos casos apenas a manutenção do que já havia sido estabelecido pela lei.

Tabela 3 – Quadro comparativo da jornada de trabalho dos trabalhadores da construção civil leve

Cláusula	2008	2009	2010	CLT	CF88
Jornada de Trabalho	Cláusula 26ª da CCT Cláusula 26ª da CCT 44 horas semanais	Cláusula 26ª da CCT 44 horas semanais	Cláusula 31ª da CCT 44 horas semanais	Art. 58. 44 horas semanais	Art. 7º XIII 44 horas semanais

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações obtidas nas CCTs do Sintracom 2008, 2009 e 2010

A cesta básica, considerada como cláusula social pelos sindicatos como sociais, passa a ser constituída como econômica por ser apontada como elemento que agrega o poder aquisitivo dos trabalhadores. Isto na medida em que o benefício é recebido em dinheiro e, não obstante, como itens alimentícios, o que é considerado um menor gasto salarial em relação à alimentação.

Tabela 4 – Quadro comparativo da cesta básica dos trabalhadores da construção civil leve

Cláusula	2008	2009	2010	CLT	CF88
Cesta básica	Cláusula 52ª da CCT R\$ 30,00 para	Cláusula 52ª da CCT – R\$ 45,00	Cláusula 13ª da CCT R\$ 55,00 reais	Não Consta	Não consta

	as empresas com mais de 180 trabalhadores	reais para as empresas com mais de 165 trabalhadores	para as empresas com mais de 165 trabalhadores		
--	---	--	--	--	--

Fonte: Elaborada pela autora com base nas informações obtidas nas CCTs do Sintracom 2008, 2009 e 2010

Entre os itens mais impactantes e recorrentes nas convenções analisadas, encontra-se também elementos como a normatização do fornecimento de água potável e as instalações sanitárias, o que remete ao fato de mesmo após a consolidação de leis que regulamentam as relações trabalhistas, a categoria do setor da construção civil na Bahia necessita estabelecer estes itens nas convenções na busca pela sua concretização. Dentro deste contexto, nas empresas terceirizadas os problemas decorrentes de acesso aos direitos básicos são mais recorrentes, pois estas apresentam as condições mais precárias de trabalho.

Neste sentido, em relação as empresas terceirizadas, apesar de existir uma preocupação dos sindicatos em incluir em suas Convenções Coletivas de Trabalho, cláusulas referentes a responsabilidade solidária, ou seja, as empresas maiores e responsáveis pela obra, devem se responsabilizar para que os trabalhadores terceirizados tenham acesso aos mesmos salários e pacote de benefícios dos demais empregados, tais medidas perde força quando defrontada com o argumento da manutenção dos empregos já que “seria melhor ter “qualquer” trabalho do que nenhum, como assevera criticamente o Grupo Krisis (2003, p.13).

De acordo com estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, o maior desempenho dos últimos 24 anos do setor da construção, ocorreu em 2010, momento em que teve uma taxa de crescimento de 11,6%. O Dieese aponta que o resultado ocorreu a partir de um conjunto de fatores, como o aumento do crédito, queda nas taxas de juros, programas de investimentos públicos em infraestrutura, redução de impostos, aumento da renda dos ocupados e da massa de salários.

Em 2010, os índices de reajustes salariais foram maiores com a reposição da inflação e ganho real. “Além de apresentar a maior incidência de reajustes com aumento real nos salários, 2010 distingue-se dos demais anos analisados pelo SAS-

DIEESE também por registrar um crescimento significativo no número de negociações nas faixas mais elevadas de aumento real. (Dieese, 2011 p. 3)”.

Na análise dos reajustes salariais acumulados no triênio 2008, 2009 e 2010, realizado pelo Dieese, verifica-se que cerca de 89% das negociações do triênio resultaram em ganhos reais dos salários, aproximadamente 2% igualaram a inflação do período e 10% das negociações tiveram perdas salariais acumuladas. O Dieese ainda aponta as problemáticas referentes a rotatividade, fator bastante presente na construção civil.

Convém lembrar que a análise dos reajustes salariais acumulados nos três anos não deve ser tomada como indicador do comportamento dos salários sem antes considerar outros fatores, tais como a rotatividade da mão de obra. De fato, a rotatividade tem sido utilizada por algumas empresas como recurso para o rebaixamento salarial dos trabalhadores, reduzindo os efeitos positivos que os reajustes salariais acumulados possam surtir (DIEESE, 2011 p.6).

Durante as campanhas salariais, os sindicatos apresentam entre as reivindicações prioritárias, os reajustes salariais. O aumento de salário é um dos principais focos das discussões travadas com o patronal e esta reivindicação foi atendida, no último triênio, devido a alguns fatores demonstrados pelo Dieese:

Esse fenômeno pode ser explicado por várias razões. A principal, talvez, seja a retomada vigorosa do crescimento econômico brasileiro, observado desde meados de 2009, que superou em definitivo os efeitos da crise econômica internacional em no país. Como se sabe, a retomada se deu por força do crescimento do mercado interno, mediante uma conjunção de medidas distributivas, como o aumento do salário mínimo, a manutenção do crédito e os estímulos à produção, que sustentaram a expansão da economia nacional. Nesse contexto de crescimento econômico e redução do desemprego, somados à manutenção da inflação em baixos patamares e à, não menos importante, liberdade para a negociação coletiva, as entidades sindicais dos trabalhadores encontraram um ambiente propício para cobrar melhora da repartição nos ganhos de produtividade das empresas (DIEESE, 2011, p.14)

Apesar de existir uma preocupação dos sindicatos em incluir em suas Convenções Coletivas de Trabalho, cláusulas referentes a responsabilidade solidária, ou seja, as empresas maiores e responsáveis pela obra, devem se responsabilizar para que os trabalhadores terceirizados tenham acesso aos mesmos salários e pacote de benefícios dos demais empregados, tais medidas perde força quando defrontada com o argumento da manutenção dos empregos já que “seria melhor ter “qualquer” trabalho do que nenhum”, como assevera criticamente o Grupo Krisis (2003).

Neste sentido, a preocupação do movimento sindical no âmbito da terceirização, volta-se para a perda do emprego, redução de salários e precarização das condições de trabalho, tendo como elemento de destaque o caráter economicista:

Se para as empresas o processo de terceirização significa obter ganhos diversos, como a redução nos custos e possibilidade de concentrar investimentos nas atividades principais, para os trabalhadores, a história é diferente. Com a transferência de setores da empresa principal para empresas prestadoras de serviços, os trabalhadores vêem-se sujeitos a inúmeros riscos, como a perda do emprego, redução de salários e precarização das condições de trabalho. No Brasil, em particular, onde a negociação coletiva ocorre segundo critérios restritivos, especialmente aqueles referentes aos limites legais de organização e negociação coletiva no âmbito das categorias profissionais, a terceirização representa um sério problema aos trabalhadores (DIEESE, 2007, p. 130).

Com o avançar da pesquisa, verificou-se a importância de análise dos Jornais do Sintracom, referentes as Campanhas Salariais no período de 2008 a 2010, pois nesta ferramenta de comunicação estão as posições e principais reivindicações defendidas pela diretoria do sindicato e reafirma a posição do mesmo em relação aos aspectos analisados.

A partir da Teoria da Agenda Setting, que estabelece o poder que os meios de comunicação exercem ao influenciar os indivíduos nos temas debatidos na sociedade, incluindo os elementos que aparecem na mídia, nas preocupações sociais, a classe trabalhadora, através dos elementos priorizados pelo movimento sindical, é influenciada pelo conteúdo estabelecido pelos meios de comunicação de massa e pelas ferramentas de comunicação utilizadas pelos sindicatos.

Noblat (2002, p.104) expressa que “jornal jamais é neutro, nem mesmo quando tenta fingir que é. O ato de publicar uma notícia e de desprezar outra é tudo menos um ato neutro. Nada tem de neutro o ato de destacar uma notícia e de resumir outra em poucas linhas”. No caso dos veículos de comunicação dos sindicatos não existe neutralidade, pois são responsáveis por disseminar junto as categorias que representam a posição da direção sobre os diversos assuntos.

Com o advento dos meios de comunicação de massa, intensificou-se a propagação de produtos nos mercados em escala global e a transformação de sujeitos em consumidores, a partir de estratégias que criam uma interdependência nas relações entre acúmulo do capital e o mercado consumidor. A comunicação

vista como a força que dinamiza e excita a vida das pessoas e das sociedades, exerce papel de destaque na valorização dos elementos elencados como fundamentais na vida dos indivíduos, criando necessidades com base no mercado e legitimando aspectos outrora não priorizados socialmente. O segmento publicitário coloca em destaque o mercado, o que torna o foco dos indivíduos desmobilizados que buscam a ampliação do poder aquisitivo com a finalidade de ampliar o consumo.

O excesso de publicidade e imagens midiáticas que bombardeiam os indivíduos diariamente limita o acesso ao conhecimento a partir da superficialização do debate realizado no âmbito midiático, contribuindo com a falta de questionamento sobre as imposições do sistema capitalista.

Nesta sociedade do espetáculo busca-se a felicidade a qualquer preço e os meios de comunicação de massa criam a ideia de que é possível compra-la a partir dos produtos oferecidos pelo mercado. O esvaziamento dos indivíduos, a partir da lógica do capital e a própria inserção do movimento sindical neste contexto, isto porque sem o estabelecimento de uma crítica ao consumismo a ação emancipatória não passa de um ato contemplativo.

A partir da percepção do espetáculo, é possível compreender que a forma social da modernidade é a universalidade abstrata da forma mercadoria.

É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a presença permanente desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna (DEBORD, 2003).

Distantes de serem ingênuos, como nos apresenta Boaventura (1998), os meios de comunicação apresentam-se de forma atraente e são ferramentas ideológicas utilizadas a favor do mercado. Do ponto de vista econômico, o que se configura é a estreita relação entre os detentores do capital e a grande mídia, já que a mesma é responsável em vender os produtos no jogo em que o índice da audiência é priorizado em detrimento a qualidade dos programas apresentados. Neste sentido, os patrocinadores representam a força que define os rumos do conteúdo apresentado. No caso dos sindicatos o que é disseminado é a posição adotada pelos dirigentes da instituição muitas vezes, através das ferramentas de comunicação que tem um viés publicitário de divulgar de forma positiva as ações e

escolhas adotadas pelos sindicatos, o mundo do trabalho que chega aos trabalhadores é editado e fragmentado, já com uma visão construída (fetice de 1ª geração).

Capítulo III – Sindicatos da Construção Civil na Bahia e a necessidade do surgimento de uma nova crítica social

Neste capítulo iremos dedicar atenção ao processo de mapeamento das entrevistas (semi-estruturadas) realizadas com os representantes da organização do movimento sindical (ver apêndice 1) com o objetivo de confirmar a tese da utopia negativa presente no conceito de “reconhecimento pelo não reconhecimento” (KURZ, 2003). Deste modo, buscou-se relacionar o teor das respostas obtidas com os dados estatísticos/históricos do processo de “emancipação”, entendido na prática como inserção no processo de metabolismo do capital ao “preço” de priorizar o sindicalizado-consumidor em detrimento do sindicalizado-político.

3.1 Representação ou alteridade entre dirigentes e associados: o processo civilizatório na barbárie da construção civil

Esse subcapítulo é dedicado ao confirmar de nossas proposições-críticas por intermédio da exposição das entrevistas realizadas com representações do movimento sindical (dois dirigentes e três trabalhadores que já foram associados do Sintracom). Os dirigentes sindicais, vale a ressalva, foram escolhidos com base na influência que exercem no resultado final do acordo firmado entre as partes nas Campanhas Salariais da categoria.

Seguindo as proposições-chaves que definem “entrevistas semi-estruturadas”, nossa pretensão foi manter uma linha de questões com respeito à liberdade do entrevistador em conduzir o processo de análise independente da ordem de perguntas previamente sugeridas (ver Apêndice B). Deste modo, a flexibilidade em explorar possibilidades no decorrer das entrevistas tornou-se um apreciado diferencial que será, por conseguinte, compartilhado. Os nomes dos entrevistados foram omitidos para não comprometer o sigilo das informações elucidadas.

O percurso da minha ida a campo teve início com o agendamento com os dirigentes sindicais da executiva. Foram inúmeras as tentativas sem êxito para realização do proposto, devido a agenda de atividades dos dirigentes sindicais ocupadas em sua maioria com viagens relatadas e que os mantém ausentes durante semanas.

Entrevista 1:

Após finalmente conseguir agendar as respectivas datas e horários, a primeira entrevista ocorreu numa das salas ocupadas pelo sindicato, localizada no centro de Salvador⁸.

Durante o primeiro contato informei o objetivo da entrevista e apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e o Requerimento de Carta de Anuência para Autorização de Pesquisa de Campo (Apêndice B) para oficializar o processo. Antes da realização da entrevista assegurei que a identificação do entrevistado seria mantida em sigilo.

O primeiro entrevistado, identificado por DS1, de 51 anos, mecânico de refrigeração, está a 09 anos integrado as actividades do sindicato. Actualmente compõe o quadro de diretores da executiva do Sintracom, que são responsáveis por elaborar a pauta de reivindicações dos trabalhadores e negociar as Cláusulas das CCTs junto ao representante patronal.

O entrevistado iniciou o processo abarcando de que forma ocorre o processo de sindicalização dos trabalhadores da construção civil e, não obstante, explicou que os dirigentes realizam visitas as diversas obras e realizam assembléias com o objetivo de apresentar as propostas do sindicato e formalizar a sindicalização. O processo, ocorre através de funcionários da instituição, após prévia autorização da empresa para o circular no canteiro de obras. A abordagem, enfatizou DS1 é fundamental para uma melhor compreensão sobre a participação dos trabalhadores no sindicato e as distintas formas de realizar, apesar de não obrigatória, a sindicalização.

Durante a realização da entrevista, através das explicações do entrevistado DSI sobre o processo de sindicalização, nota-se que este ocorre através do convencimento dos trabalhadores e não pela conscientização sobre a importância de sindicalizar e, assim, possibilitar uma ação conjunta de enfrentamento dos obstáculos da categoria e permitir a transformação do seu *status quo*. Notadamente, a luta pela sindicalização muitas vezes cumpre mais uma função de aumento de

⁸ Em alguns momentos fomos interrompidos pelo telefone do entrevistado, que não foi silenciado no decorrer do processo. DS1, atendia aos chamados, sem qualquer constrangimento, para logo após retomar às questões apresentadas.

arrecadação do que o estabelecimento de uma proposta em que o envolvimento de um número significativo de trabalhadores conscientes poderia possibilitar de fato as transformações sociais.

Referente ao nosso questionar de como as pautas de reivindicações, que antecedem o processo de negociação, são elaboradas, DS1 explicou que o sindicato realiza seminários de Campanha Salarial em que convoca as instituições-chave para o processo, em especial o Dieese, que é responsável em apresentar a conjuntura econômica e política como mecanismo inclusive de justificativa dos itens que serão colocados na pauta de reivindicações, para debater a situação econômica em pauta e definirem as propostas em apreço.

No entanto, pontuou que os dirigentes também encaminham algumas das propostas que consideram estratégicas. Assim, a realização destes seminários constitui uma etapa anterior ao processo da campanha salarial e é a partir da realização deste que são elaboradas a pauta de reivindicação da categoria. Tal metodologia deixa nítida a falta de participação massiva dos trabalhadores na formulação das reivindicações, uma vez em que o sindicato é estadual e o espaço geográfico em que ocorrem tais seminários, geralmente em Salvador, limita a presença dos operários que inclusive não estão alocados em sua totalidade na capital baiana. DS1 deixa clara a falta de participação da “base”:

Elaboramos a pauta de reivindicação, daí a gente tira propostas que sejam viáveis e que os trabalhadores apresentem em discussão entre nós mesmos, em debate entre nós, nós fazemos e encaminhamos essas propostas ao setor patronal juntamente com a proposta alinhada pela direção, a direção também dá uma direção a algumas propostas que a gente acha chave. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

Levando em consideração que a mesma pauta de reivindicações deve atender a milhares de trabalhadores e a sua diversidade, questionou-se de que forma é trabalhada com a categoria a “unidade” das reivindicações, já que são diversas obras em todo estado da Bahia. O dirigente apontou de forma confusa, vale a ressalva, que devido a diversidade, o sindicato foca nos canteiros de obras de maior concentração de trabalhadores, pois acreditam que a disseminação das informações “boca a boca” funciona.

Em defesa da “unidade dos trabalhadores”, os sindicatos criam uma homogeneização da categoria de forma a não levar em consideração a grande diversidade existente nas categoriais que representam. Dentro deste contexto, avalia

DS1, o Sintracom busca realizar um processo de visitas “corpo a corpo”, ou seja, em que os dirigentes sindicais se dirigem até o canteiro de obras para ter contato mais próximo e ouvir os trabalhadores, somente nos canteiros de grande concentração de operários. A justificativa é que a disseminação das informações “boca a boca” garante que as informações cheguem a todos os trabalhadores. No entanto, o acesso aos dados que compõem a pauta de reivindicação não garante a real participação dos trabalhadores, isto porque não participaram na concepção das diretrizes e estratégias que definem a pauta em questão.

Outro aspecto a ser considerado são as escolhas dos sindicalistas em realizar assembleias e visitas em obras caracterizadas pelo porte - o número de trabalhadores nesses canteiros de obras é determinante. Destarte, em obras de menor porte os trabalhadores estão expostos a recrudescente e dupla vulnerabilidade: por parte do Estado e, também, pela associação de classe que estão “representados”.

No mesmo sindicato, a categorização em classes torna-se “algo sutil”: os de maior, valor que ocupam as grandes obras; e os de menor valor, muitas vezes alocados distantes da capital e em obras que apresentam o maior número de problemas.

Os trabalhadores representados pelo Sintracom, consoante DS1, acompanham as negociações da Campanha Salarial por intermédio dos meios de comunicação disponibilizados pelo sindicato (jornal da instituição, assembleias e mobilizações).

Por exemplo, ao analisarmos os conteúdos dos boletins (2008 a 2010), confirmamos que as informações disseminadas chegam aos trabalhadores de forma superficializadas e sistematizadas de acordo com a linha editorial traçada pelos dirigentes (uma estratégia para manter latente, a totalidade dos temas abarcados no processo negocial).

Por conseguinte, acreditamos que para amenizar os problemas recorrentes desta forma de comunicação, à luz do exposto por DS1, somente através das assembleias existiria a possibilidade de ouvir as opiniões/sugestões dos trabalhadores e, deste modo, inserí-las na pauta de negociação. No entanto, sem qualquer ufanismo, estamos conscientes que essa prática não atingiria a totalidade dos sindicalizados.

Após cada rodada de negociação, nós apresentamos aos trabalhadores através de boletim informativo e através das assembleias que nós fazemos de mobilizações para que a categoria fique atenta ao que está ocorrendo na mesa de negociação. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

A entrevista deixou evidente a concepção econômica que a instituição, entendida pelos interesses de seu corpo dirigente, tem sobre qualidade de vida e sua correlação, por exemplo, com a aquisição de cestas básicas. Para DS1, os últimos três anos contemplaram a prioridade da cláusula nas pautas de negociação, o caminho que aumenta os benefícios dos trabalhadores, principalmente nos anos em que não conseguem o reajuste salarial almejado. Entretanto, a cesta básica é destinada somente àqueles que estão alocados em obras com o número acima de 80 operários (o que demonstra mais uma vez que o foco de atuação do sindicato é nas grandes obras).

A relação entre a concessão do benefício e o número de trabalhadores nas obras está presente nas CCTs de 2008 a 2010 (Ver tabela 4) e como aludido pelo entrevistado. Também encontramos tal referência no acordo mais recente firmado entre o Sintracom e o Sinducon (CCT de 2015):

As empresas abrangidas por este instrumento Coletivo, nos canteiros de obras, canteiros centrais, frentes de trabalho ou escritórios, que individualmente contenham um efetivo a partir de 80 (oitenta) trabalhadores, deverão fornecer cesta básica mensal, no valor de R\$ 127,00 (cento e vinte e sete reais), a partir de 01 de março de 2015, aos seus trabalhadores, de acordo com as condições abaixo estabelecidas:

- I – Tenham recebido salário em valor não superior a 10 (dez) salários mínimos vigentes;
- II – Não tenham falta sem justificativa legal;
- III – Não tenham atrasos no início da jornada, cumulativos, superiores a 75 (setenta e cinco) minutos, no período de apuração do benefício. (Sintracom, 2015, disponível em <http://www.sintracom.org.br/convencoes/construcao/conv-construcao-2015-esta.pdf>)

DS1, também, enfatiza o tempo de contrato de experiência e a redução da jornada de trabalho como bandeiras a serem desfraldadas. O objetivo é reduzir os atuais 90 dias para 30 e garantir 40 horas de jornada semanais.

...também, a redução da jornada de trabalho é sempre uma bandeira de luta e essa é nacional, não é só do sindicato da construção, são de quase todas as entidades, são de quase todas as classes, mas nós estamos sempre batendo, dizendo que a redução da jornada de trabalho vai aumentar o número de empregos. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

O dirigente pontuou que, para além das cláusulas financeiras, há uma especial preocupação com as cláusulas que tratam de segurança. Deste modo, com o assessoramento de um técnico de segurança do trabalho, o sindicato promove ações sobre o tema que é inserido no escopo da Campanha Salarial. No entanto, é perceptível que tais questões não são priorizadas no debate com os trabalhadores que passam ser cada vez mais doutrinados na busca pelo aumento do poder aquisitivo que nestra estrutura e da forma que é defendido pelo movimento sindical, torna-se sinônimo de qualidade de vida.

Em relação às convenções coletivas de trabalho do período analisado (2008 a 2010), questionamos o porquê da existência de inúmeras cláusulas econômicas, que deveriam ser garantidas por lei, como o foco de atuação do sindicato. De forma confusa, o dirigente citou a cesta básica e que depois da existência desta cláusula na CCT os trabalhadores passaram a ser mais assíduos no trabalho e justificou que tal fato ocorre, pois o trabalhador só tem acesso a este benefício, nos casos em que não possuem faltas no período de trabalho. Parece-nos, considerando o não desanuviar deste questionamento, que o discurso do dirigente confunde-se com posições do patronal, isto porque há concordância nas formas de controle total da mão de obra (a entrega de cesta básica, insistimos no exemplo, está vinculada à assiduidade do trabalhador nos campos de obra).

Portanto, é proeminente destacar como se estabelece a cláusula 13^a da CCT 2010 do Sintracom:

seja a assíduo, entendendo-se como tal, a ocorrência de, no máximo, duas faltas ou dois atestados médicos por mês, ressalvadas apenas as ausências por motivo de acidente do trabalho. Serão consideradas justificadas as faltas previstas como tal na legislação trabalhista, devidamente comprovadas por documentos hábeis, sendo que estas também não interferirão na concessão da Cesta Básica prevista neste parágrafo. Os atrasos no início da jornada serão tolerados, para os efeitos deste parágrafo, até o limite cumulativo de 75 (setenta e cinco minutos) no respectivo mês. (Sintracom, 2010, disponível em http://www.sintracom.org.br/acordo2010_13.php)

Referente à questão que trata da emancipação social da classe trabalhadora e se a mesma está correlacionada com uma maior participação na distribuição dos recursos e controle dos meios de produção, a resposta se deu, mais uma vez, de forma confusa. O sindicalista tratou das metas estabelecidas pelo governo e também

sobre o fechamento de alguns “convênios” de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR. “Para que o trabalhador, além de seus ganhos, tenha também a participação do que ele construiu no final de cada obra, no final de cada ano ele receba a participação desses lucros que não há nada mais justo do que essa divisão”, destacou.

Com relação as principais conquistas do sindicato, DS1 destaca o processo de formação – um modelo para o Brasil - e explica que este processo “é a formação da convenção coletiva de trabalho em cartilha”, pois de acordo com o mesmo, possibilita que o trabalhador tenha acesso a CCT com uma linguagem mais fácil. Sem olvidar, das horas extras:

Uma das principais conquistas que nós tivemos **(sic)** ao longo desses tempos foi na verdade, porque nós já passamos a ter hora extra de vários valores e entre as cláusulas econômicas é a manutenção do recebimento da hora extra dos trabalhadores, porque aqui você sabe a hora extra é (fracionada) período da semana 50%, sábados 70%, domingos e feriados 110% então isso é um ganho para o trabalhador e ai a gente flexibiliza e o trabalhador trabalha além de seu período normal, mas também ele tenha uma remuneração que não é justa, mas que ameniza essa perda de final de semana, esse contato familiar que ele teria durante esses dias, por isso a gente não abre mão... (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

Esta posição reforça a tese da supervalorização dos aspectos econômicos e expressa, ainda, os mecanismos pelos quais os sindicatos tornaram-se responsáveis por essa espécie de “doutrinação” da classe trabalhadora.

...isso é um ganho para o trabalhador e ai a gente flexibiliza e o trabalhador trabalha além de seu período normal, mas também ele tenha uma remuneração que não é justa, mas que ameniza essa perda de final de semana, esse contato familiar que ele teria durante esses dias, por isso a gente não abre mão e essas manutenção dessas cláusulas vem de todo ano. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

À luz da teoria crítica, compreendemos o fetiche da hora-extra como um elemento simbólico para exercer o processo de alienação da classe trabalhadora, pois além de comprar a força de trabalho, as empresas também passaram a adquirir o tempo de descanso com o aval dos sindicatos.

Referente a abordagem se tais “conquistas” estariam protegidas para as gerações vindouras, uma das nossas questões-chave em relação ao devir histórico da representação de classes, DS1 explicou que:

Nossas convenções tem validade de dois anos (...) então de dois em dois anos a gente faz a renovação ou acrescenta a cláusula normal ou substitui a depender da mudança de mercado. Hoje, o Sitracom trabalha com contas, categorias. O nosso carro-chefe é atender a construção civil, a manutenção, os funcionários da CONDER, artefatos de cimento, mármore e granito, e as empresas prestadoras de serviços, as concessionárias de energia elétrica. Cada uma tem suas datas bases variadas, por exemplo, primeiro de janeiro é a construção, em maio CONDER, manutenção, cerâmica e artefatos de cimento e em setembro as prestadoras de serviços as concessionárias de energia elétrica. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

Neste contexto, insistimos na possível dualidade exposta por DS1 ao questionar se o período de dois anos de validade era comum às cláusulas sociais e às econômicas. Consoante o dirigente respondeu: “As econômicas nós temos que atualizar de ano a ano, essas tem que ser negociadas porque a gente tem que atualizar, porque todo ano o trabalhador tem perda então a gente tem que atualizar, todo ano a gente tem que atualizar”.

Não obstante, questionamos se, nos períodos de crise, corre-se o risco de retrocesso nas garantias obtidas. DS1, mais uma vez de forma de forma confusa, não conseguiu elucidar esse tópico de suma relevância no actual estágio de crise estrutural do capital e de valorização do valor (não necessariamente com substância) como sujeito automático da sociedade.

Não obstante, quando questionado sobre qual a relação do movimento sindical com o capital, a resposta foi esclarecedora:

O capital é sempre o interesse do lucro e o trabalhador vai ter sempre a luta pelos proventos, para que ele gere alimentação, para que ele gere saúde e nunca consegue, hoje o trabalhador não consegue lutar para que ele mantenha sua família com saúde, nada disso, ele só consegue lutar hoje pelos proventos alimentares, para manter sua família alimentada, hoje para o trabalhador fazer outras questões como ter um conforto em sua casa tem que fazer das tripas o coração, fazer malabarismo e usufruir do que o mercado apresenta para ele. O trabalhador mesmo com o avanço das remunerações, mesmo com o avanço do salário mínimo, mas o trabalhador continua tendo perdas e perdas irreparáveis, então o movimento sindical tem essa vertente, tem esse conhecimento e nós procuramos fazer a luta conscientizando os trabalhadores de que nem tudo que está exposto na mídia pra ele é de interesse para o trabalhador. Então ele precisa entender que ele precisa fazer a luta, que a luta não ta só ligada a campanha salarial, a luta ta ligada no campo das idéias, das idéias políticas e eles precisam entender que esse campo de idéias é aonde a gente também dá um grande avanço. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

Para compreender melhor o que o sindicato considera como processo de conscientização dos trabalhadores, perguntei qual o papel do Sintracom. Para o dirigente, este processo ocorre através da realização dos congressos, além das assembleias promovidas pelo sindicato. Foram citados cursos em que a direção explana a “forma política” e seminários de planejamento, além do relevante impacto do campeonato de futebol dos trabalhadores e o forró do peão:

...o forró do peão que já é tradição dentro da cidade de Salvador que é considerada uma das maiores festas da categoria da Bahia, e a gente hoje agrega cerca de 4 mil a 5 mil trabalhadores durante o forró do peão e no campeonato de futebol de campo nós também geramos cerca de 3 mil a 4 mil trabalhadores...então nós alinhamos isso e fazemos o social e que hoje para o trabalhador é imprescindível o momento de lazer, é quando ele tem o lazer pleno, onde ele pode ir com toda sua família, ele vai ter acesso as dependências do clube após a sua partida que é a paixão de todo brasileiro que é o futebol. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

O depoimento citado acima faz referência ao recorrente processo de alteridade entre o público e o privado. A estratégia do “pão e circo” continua a alimentar a alienação inconsciente que, desde Carlos I, demarca o cenário político que culmina na modernidade: “A liberdade e a libertação do povo consiste em ser governado por leis, pelas quais a sua vida e os seus bens possam melhor pertencer-lhe; e não participar no governo, que é coisa fora da sua competência” (ARENDR, 2006, p. 162). Isto, sem olvidar de que:

Para conter a possível revolta da massa populacional, os imperadores ampliaram a política do pão e circo iniciada por Otávio Augusto. Tratava-se de um golpe da gestão pública, no sentido de distribuir migalhas de pão e trigo para alimentar a população e promover diversos espetáculos públicos – lutas de gladiadores nas arenas – com o objetivo de entretê-los, para que ficassem alienados a real situação romana. (SOARES, 2010, p. 336).

A falta de uma política voltada para os trabalhadores desempregados também ficou evidente nesta entrevista. A responsabilidade da não existência de ações concretas para os operários que estão excluídos do mercado de trabalho foi direcionado aos próprios trabalhadores que não procuraram a instituição para auxiliá-los. O segundo argumento, também desprovido de sustentação, foi de que não seria papel do sindicato se aliar ao patronal parar gerar emprego, caso contrario existiria uma dívida por parte dos dirigentes, devido a “troca de favores”:

... no nosso entendimento nós não nos envolvemos quando o trabalhador esta desempregado, ele vai fazer como todo trabalhador brasileiro ele vai procurar o mercado de trabalho, que ele pode

trabalhar em nosso ramo ou em outro ramo qualquer, então nós não direcionamos os trabalhadores da construção e a gente subentende-se que isso termina prejudicando na hora do processo negociável de qualquer questão. (DS1, entrevista realizada em 14/07/15).

De acordo com DS1, quando questionado sobre o maior desejo do sindicato em relação aos trabalhadores, respondeu que é o contrato de experiência, item anteriormente citado. O entrevistado apontou esta questão como um das maiores reivindicações dos trabalhadores, tal fato, se deve a grande rotatividade dos trabalhadores nas obras de construção, em que as empresas se utilizam disso para contratar trabalhadores por um mês e realizar revezamento com o objetivo de não pagar os seus direitos.

O entrevistado se posicionou em relação ao questionamentos da manutenção de cláusulas econômicas que já estão garantidas por lei, através da CLT e na CF/88, afirmando que a CCT trata-se de um contrato firmado entre as partes e que através deste mecanismo obtêm-se um ganho maior em relação ao dispositivos da CLT.

Entrevista 2:

O segundo entrevistado, que denominamos DS2, tem 65 anos, está no movimento sindical há 24 anos e já compôs a comissão de negociação do Sintracom. Antes de compor o quadro de dirigentes do sindicato exercia a função de pedreiro. Essa segunda entrevista foi realizada de forma virtual, no qual as perguntas foram abordadas por e-mail. Essa foi uma estratégia de contingência, pois, tal como ocorrerá com DS1, a dificuldade em conseguir agendar uma data/horário adequado aos compromissos do dirigente em apreço foram, no mínimo, hercúleas.

As perguntas obedeceram ao mesmo roteiro utilizado na entrevista com DS1, mas neste caso sem a possibilidade de desenvolver outras questões no processo, devido ao formato da entrevista. As respostas foram sucintas em relação ao entrevistado DS1 e se limitaram apenas aos aspectos abordados no roteiro, o que demonstrou existir uma maior riqueza de detalhes neste e que atende melhor aos objetivos da realização desta pesquisa as entrevistas semi-estruturadas.

A resistência dos sindicalistas em conceder entrevistas presenciais e a preferência pelo envio por e-mail pode estar relacionada a um mecanismo de proteção sobre o que é dito, já que nas entrevistas semi-estruturadas existe uma

maior naturalidade e dinâmica em relação ao entrevistador. O documental e a própria frieza do “papel” possibilita a instituição demonstrar apenas os aspectos oficiais do desenvolvimento das suas ações e editar os conteúdos divulgados. Neste sentido, as respostas por e-mail, apesar do registro documental firmado pelo dirigente sindical, não garante que as respostas foram formuladas pelo representante da instituição, podendo inclusive ter contado com alguma das assessorias técnicas do sindicato. Apesar destas problemáticas em relação ao formato em que ocorreu a entrevista, existe o aspecto positivo de analisar se mesmo com essas diferenciações o discurso da instituição se mantém o mesmo, existindo uma indicação sobre a sua real política de atuação em relação aos trabalhadores que representa.

A forma como ocorre a sindicalização dos trabalhadores foi explicada e coincide com a resposta do primeiro entrevistado, com a indicação de que o processo envolve a ficha de sindicalização deixada a disposição na Sede do Sintracom e nos canteiros de obras. No que tange a formulação da pauta de reivindicações, a afirmativa do entrevistado está em consonância com o apurado anteriormente:

Ouve as reivindicações dos trabalhadores, faz o seminário verifica as tendências nacionais em relações de direitos e deveres. O DIEESE faz estudos em relação a situação econômica nacional, publicação no diário oficial com a data de assembleia, após a realização da assembleia, então e elaborada a minuta que é encaminha para o Sinduscon-BA- Sindicato das Indústria. (DS2, entrevista realizada em 12/11/15).

O entrevistado DS2, apesar de responder a questão por e-mail, apresentou de forma confusa a explicação sobre a unidade da categoria e a composição das reivindicações, voltando a citar a realização do seminário com o Dieese “Durante o seminário os trabalhadores da sua contribuição verbal ou escrita, então a comissão faz a aviação junto ao DIEESE e setor jurídico da entidade”.

Em relação ao acompanhamento do processo de negociação com o Sinduscom pelos trabalhadores – e de que forma expressam suas opiniões sobre a condução das reuniões que definem a CCT – DS2 pontuou que os operários elegem em assembleia a pauta e comissão de negociação que pode ser composta pela diretoria ou categoria. Neste ponto é importante destacar que ao estabelecer que a comissão pode ser formada por membros da direção do sindicato ou por alguns trabalhadores da obra, realiza-se um afastamento identitário. Os dirigentes, nesta

configuração hierárquica de representação, não identificam-se como parte da categoria, não são mais trabalhadores alocados em canteiros de obra. Além disso, acrescenta DS2, tal fator é “complicado”, pois exigiria a liberação destes trabalhadores dos canteiros de obras para as negociações.

A liberação citada é um dos recursos legais que os dirigentes sindicais utilizam para justificar a dedicação temporal necessária para o bom desempenho na representação dos trabalhadores. Não obstante, o que se percebe na prática cotidiana é distanciamento das direções sindicais frente a realidade enfrentada nas obras, o que não poder ser facilmente suprido com a realização periódica de assembleias.

Para DS2 a prioridade do sindicato é fazer uma boa campanha salarial que atenda as necessidades da categoria e depois fazer cumprir a CCT. O mesmo não deixou claro quais seriam essas necessidades, mas evidenciou que o sindicato assume um papel de mantenedor das leis. Referente ao questionamento sobre a relevância dos aspectos econômicos do sindicato (sempre em relação ao período de 2008 a 2010) e se estes são o foco do sindicato, respondeu que “as cláusulas econômicas se trata de recurso que melhoram a vida dos trabalhadores e as sociais tem prioridade e as sindicais. Para continuidade a luta”.

Em relação ao processo de emancipação, “quando o trabalhador tem direito de discutir as condições e ambiente de trabalho, questões de alimentação e lazer esta exercendo sua emancipação política no setor de trabalho”. O entrevistado também apontou quais considera as principais conquistas alcançadas pela categoria:

Alimentação em canteiros de obras, ‘fadas’ para todos empregados, plano de saúde, área de vivencia, entreterimentos, horas extras renumeradas acima da CLT, premio aposentadoria, cesta básica, café da manhã ferramentas, auxilio funeral auxilio as filhos excepcionais, convenio farmácia, auxilio creche, aviso prévio indenizado, estabilidade para gestantes acima da CLT, feriado do dia do trabalhador. (DS2, entrevista realizada em 12/11/15).

No que se concerne aos trabalhadores desempregados apontou:

Atua reivindicando junto aos governos estadual, municipal e federal, para geração de empregos. No dia 9/11/15 estávamos em São Paulo com as principais sindicais para elaboração de documentos intencional a ser entregue ao congresso nacional ao ministério do trabalho e supremo Tribunal federal do trabalho em relação a pauta que destrave o pais desta recessão. (DS2, entrevista realizada em 12/11/15).

Para o entrevistado as campanhas, seminários, divulgação nos jornais do Sintracom, sites para propagar os acontecimentos do país em relação aos trabalhadores, são os principais mecanismos para promoção do processo de formação constante da classe trabalhadora, do insurgir da consciência política. E colocou como maior desejo do sindicato em relação aos trabalhadores: “Que tenha formação, para que ele obtenha consciência política que ele possa discutir com clareza, seus direitos e possa ser compreendida sua reivindicação por ambos os lados”.

Foi elucidativa na demonstração de que o movimento sindical, sob a égide dos seus dirigentes, apresenta uma orientação dedicada ao processo de universalidade abstrata da forma mercadoria e, deste modo, como o exposto por Arendt (2006) sobre o fenômeno da desobediência civil, adota uma postura pragmática (democracia liberal de mercado), no qual os princípios e valores não destoam dos interesses de manutenção de/para estabilidade do capital.

O movimento sindical passa a não questionar a possibilidade de ocorrer uma mudança da estrutura como um todo, pois respeitam as leis, e o que passam a propor é um processo de reforma. Na leitura marxiana do “Manifesto Comunista”, que em 1848, ainda se sustenta pela formação de uma representação social distinta, única, o movimento sindical representa a possibilidade de formação de classe consciente de si mesma e, portanto, sem a necessidade de uma representação externa para realizar, na prática, o seu processo de socialização. No entanto, sob os auspícios do valor como sujeito automático da sociedade, o movimento sindical, representado especialmente por seus dirigentes ávidos por “poder”, com um marcante exemplo histórico no limiar do século XXI, no Brasil, corrobora com a tese de mercantilização de todos os aspectos da vida e, deste modo, do suplantar do sujeito pelo predicado-consumidor.

Na Modernidade, o Estado exerce papel de mediar as relações, mas o entre os elementos que aparecem como problema, está o o domínio do processo de emancipação, por um sistema no qual o que vale é o fetiche, ou seja, dominação sem sujeito, o que vem se confirmando ao longo da história. O emancipar ocorre por meio do estado, mas na modernidade e no momento que nos encontramos, quem regulamenta as atividades é o Estado que por ser público, ao mediar os elementos

da esfera privada, através do campo econômico, passa a mesclar o público e o privado, expelindo parte dos indivíduos do sistema.

O sujeito no movimento sindical passa a participar da criação de mais leis e acaba por ser introduzido a um espaço privado com o foco das preocupações em torno da sobrevivência e necessidades básicas.

Entrevistas com os trabalhadores sindicalizados:

A segunda etapa da dissertação constituiu na entrevista com os trabalhadores do setor da construção. É proeminente destacar que os trabalhadores entrevistados, devido à alta rotatividade do setor e a atuação em diferentes obras que são representadas por diversos sindicatos, a depender do perfil do empreendimento ou mesmo da função que ocupe, já passaram pela representatividade do Sintracom e/ou devem retornar a mesma em algum momento da sua vida profissional.

No total foram três entrevistados, o primeiro entrevistado tem 33 anos, é eletricitista montador, exerce a profissão a oito anos e passou dois anos sendo representado pelo Sintracom. O segundo entrevistado de 35 anos é pedreiro, tem 14 de profissão e passou um ano e meio com a representatividade do Sintracom. O terceiro entrevistado tem 39 anos, é carpinteiro há 14 anos, e já foi representado pelo Sintracom por aproximadamente quatro anos.

Além dos três entrevistados, ocorreram tentativas de realização de mais entrevistas, mas alguns trabalhadores consultados apresentaram resistência em participar da pesquisa, pois apesar de me apresentar enquanto investigadora, a minha atuação profissional em outro sindicato do setor da construção, filiado numa distinta central sindical, pode ter transmitido a ideia de uma possível disputa política. Isto porque, os processos eleitorais dos sindicatos muitas vezes são bastante acirrados, envolvendo inclusive casos de violência para “tomada de base”. Vale destacar, não é incomum ocorrerem disputas por representatividade sindical em uma mesma obra, considerando o leque distinto de opções e as vantagens competitivas relacionadas com a visibilidade do empreendimento, do valor do investimento e da arrecadação correlacionada ao número de trabalhadores.

Assim, a essência universal do Manifesto do Partido Comunista (Marx & Engels, 1848), expressa no chamado: “Proletários de todos os países uni-vos”, é rompida a partir dos interesses econômicos e individuais que são entendidos, na

nova leitura da Teoria Crítica, como o fetichismo da mercadoria em sua forma dinheiro.

A análise crítica das entrevistas confirmaram nossas proposições sobre a alteridade público/privado, pois em detrimento da conscientização política, o objetivo primordial é a “luta pela sobrevivência”.

O processo de filiação, por exemplo e consoante o exposto pelos trabalhadores entrevistados, pode ocorrer da mesma forma descrita pelos dirigentes sindicais, mas, também, são realizados de forma automática. Ou seja, a empresa ao contratar operários, o que pode ser comprovado por meio dos contracheques, já efetua o desconto sindical em folha.

Entre os aspectos apresentados pelos entrevistados sobre qual deve ser o foco do trabalho dos sindicatos, os econômicos estão em primeiro plano (e podem ser entendidos, também, como “condições básicas” – qualidade da alimentação fornecida, inclusive de água mineral, sem olvidar da presença de área de lazer nas obras). Neste tópico, mais uma vez em conformidade com o exposto no capítulo 2 desta dissertação, o destaque é a cesta básica, seguida por demandas relacionadas à conquista de salários mais dignos.

Com respeito as conquistas, é unânime a perspectiva de que “não é possível conquistar tudo”. No entanto, apontaram como tópico-chave a necessária atuação do sindicato em relação aos trabalhadores desempregados. Devido a alta rotatividade do setor, principalmente nas obras da construção civil leve em que os empregos direcionados às funções da produção são mantidos até a conclusão das obras, nos períodos de investimento no segmento, os trabalhadores são demitidos e podem ficar desempregados por curtos intervalos, o que não ocorre quando os impactos do actual estágio da crise estrutural do capital contribuem para o processo ineficiente de alocação do excedente de capital (a valorização do valor, não necessariamente com substância), o que resulta no recrudescer dos índices de desemprego do setor.

Portanto, sob o pretexto de compreender o estágio de alienação que a dependência econômica e seus distintos matizes ocasionam, a composição tripla destas entrevistas abarcadas com a representação de operários sindicalizados confirma, mais uma vez, a tese de que sem a compreensão do processo de dissociação-valor, os sindicatos não podem ser equiparados como uma alternativa

ao processo de reprodução social do capital ou, no mínimo, a instituição que actual como consciência crítica (formação e disseminação) da classe trabalhadora.

Retrospectivamente (...) o mercado e o Estado, o dinheiro e o poder, a economia e a política, o capitalismo e o socialismo não são, na verdade, alternativas, mas constituem os dois pólos de um mesmo “campo” histórico da modernidade. O mesmo vale para o capital e o trabalho (*aqui inseridos os sindicatos, grifo da autora*). Não importa quão inimigos sejam os dois pólos, eles não poderão, por sua natureza, existir exclusivamente para si enquanto existir o “campo” histórico, que os constitui na sua oposição. Esse “campo”, considerado na sua totalidade, e o moderno sistema produtor de mercadorias, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou a “economicização abstrata” do mundo (KURZ, 1997, p. 93).

3.2 Horas-extras: a dialéctica do crescimento económico na construção civil

Os Jornais do Sintracom analisados e escolhidos a partir da pauta das matérias e artigos da instituição que tratavam sobre a Campanha Salarial de 2008, corrobora com as visões apresentadas pelo entrevistado identificado como nº 1, devido o uso do sigilo de confidencialidade. Os boletins apresentam um discurso voltado para a mobilização da categoria na Campanha Salarial e convocações para participação em assembleias – destacam informações associadas as questões económicas reivindicadas pelo sindicato, como mostra o trecho da edição 419 de 2008 do Jornal do Sintracom:

Todos nós sabemos que é na luta que conquistamos a vitória. O patrão não dá nada de “mão beijada”, precisamos estar unidos e fortes. Confira abaixo alguns itens da pauta de reivindicações, que tem em seu original um total de 60 cláusulas, e vamos para a vitória! Vamos manter os direitos já conquistados e avançar na luta. A partir de 1º de janeiro de 2008, nós queremos: pisos normativos para Operário Qualificado de R\$ 798,20; Servente Prático de R\$ 485,64; e Servente Comum de R\$ 450,30. E reajuste salarial de 14% para as demais funções (2008, p 1).

O discurso voltado para a valorização do capital é recorrente nos periódicos em análise. A convocação para que os trabalhadores mobilizem-se e lutem em prol dos aspectos económicos demonstra a mercantilização dos diversos aspectos da vida.

No artigo “Crescimento económico tem que beneficiar os trabalhadores”, o propagar da alteridade crescimento económico/desenvolvimento real é inexistente:

“Os empresários estão com os cofres cheios, ganharam lucros absurdos no ano passado e em 2008 vão ganhar muito mais. Porém, tratam com descaso nossas reivindicações, as mudanças e as novas cláusulas que propomos” (SINTRACOM, nº. 422, 2007), isto porque direciona os associados da categoria a acreditar que a única alternativa é apostar na retomada do crescimento econômico para obter as conquistas sociais esperadas, ao invés de engendrar uma perspectiva dialética de que a universalidade abstrata da forma mercadoria em sua forma dinheiro é o confirmar passivo do paradoxo da modernidade (fetiche/alienação).

A raiz da economia moderna é o dinheiro, a moeda. Mas esta é uma abstração social, pois abstrai de todo conteúdo sensível e qualitativo (...) Na relação com a moeda, o trabalho aparece como puro consumo de energia humana abstrata. Fazer valer as abstrações no mundo real significa destruir a realidade (...) A moeda, portanto, também é a raiz da força destrutiva da economia moderna. (KURZ, 1997, p. 185).

Tal aspecto é nítido quando trata-se da reivindicação dos percentuais pagos em relação às jornadas extraordinárias, ou seja, as horas extras que são praticadas de forma recorrente fora do horário normal de expediente e muitas vezes aos sábados e até nos domingos e feriados. Parte do discurso dos sindicalistas é que com o aumento dos percentuais das horas extras, principalmente nos finais de semana levariam os “patrões” a não mais utiliza-las. No entanto, o que percebe-se é que os percentuais reivindicados não são alcançados em sua totalidade porque os trabalhadores são ávidos em realiza-las, abrindo assim mão do seu descanso, lazer e tempo com a família. Paradoxalmente, os trabalhadores realizam as horas extras – que de acordo com a lei devem ser extraordinárias – em busca de melhorar as próprias condições de sua vida, em total desacordo com o conceito de real desenvolvimento, mas em concordância cega aos ditames das regras da universalidade abstrata do capital. Assim, não somente as suas vidas, mas também a de seus familiares são condicionadas pelas imposições da “ditadura laboral”, que impõe uma sociedade em que os filhos passam a ter cada vez menos contato com seus pais, esposas e maridos relacionam-se menos com seus cônjuges e os trabalhadores uma vida mais individualizada em que as redes sociais estabelecidas ocorrem e são determinadas pelo ambiente de trabalho em que estão inseridos.

A realização de horas extras diminuem os postos de trabalho, que é uma das principais reivindicações dos sindicatos e também resultam no aumento das

doenças e acidentes de trabalho. Diante deste cenário, sem olvidar do exposto por DS1, qual o objetivo velado em aumentar a remuneração para as horas extras praticadas se não a confirmação do fetichismo da mercadoria em sua forma de formação do sujeito como predicado-consumidor?

Além do que, a própria arrecadação mensal do sindicato, para além do imposto sindical, está diretamente ligada ao valor do salário dos trabalhadores. Portanto, quanto maior os salários, maior a contribuição sindical.

O argumento de que este mecanismo levaria os “patrões” a diminuir a realização das horas extras não ocorre na prática, já que as empresas preferem a utilização desta prática em detrimento ao aumento dos postos de trabalho, uma vez que não almejam aumentar os seus encargos trabalhistas.

As edições 423, 424, 425, 426, 428, 429 de 2008; 456, 459, 460, 461, 462, 463 de 2009 e 491 de 2010 (ver anexo 1), discorrem sobre a necessidade da greve para alcançar os objetivos pleiteados na campanha salarial. A lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989 regulamenta o direito a greve e “dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências” (1989).

Benjamin (1986), não obstante, a partir da crítica da violência-crítica do valor, assevera que o suplantado legal que regulamenta a realização da greve a partir da obediência dos elementos dispostos na lei é uma violência aos trabalhadores que passa a condicionar as suas ações aos determinantes legais:

Em primeiro lugar, trata-se do caso da luta de classes na forma do direito garantido de greve dos operários. Hoje em dia, o operariado organizado é, pelo visto, o único sujeito jurídico - além do Estado - a quem cabe um direito ao poder. É verdade que contra tal concepção pode se objetar de que a omissão de ações, um não-agir - o que, em última instância, vem a ser a greve - não pode ser designada de forma alguma como violência. Foi provavelmente uma reflexão desse tipo que facilitou ao poder do Estado a concessão do direito de greve, quando não havia mais meios de evitá-la. Ora, tal concessão não vale de maneira ilimitada, já que não é incondicional. É verdade que a omissão de uma ação ou de um serviço, quando equivale simplesmente a um "romper as relações", pode ser um meio nãoviolento, um meio puro. E como, segundo a concepção do Estado (ou do direito), o direito de greve concede ao operariado não um direito de exercer o poder, mas de se subtrair ao poder (onde esse possa ser exercido de maneira mediatizada pelo patrão), é possível que ocorra de vez em quando um caso de greve assim, que intente manifestar apenas um "dar as costas" ou um "estranhamento" em relação ao patrão (BENJAMIN, 1986, p. 163).

Não obstante, acrescenta o filósofo alemão, ao constatar a dualidade linguística do conceito de poder, que pode ser confundido com violência:

A crítica da violência, ou seja, a crítica do poder, é a filosofia de sua história. É "filosofia" dessa história, porque somente a ideia do seu final permite um enfoque crítico, diferenciador e decisivo de suas datas temporais. Um olhar dirigido apenas para as coisas mais próximas perceberá, quando muito, um movimento dialético de altos e baixos nas configurações do poder enquanto instituinte e mantenedor do direito. A lei dessas oscilações consiste em que todo poder mantenedor do direito, no decorrer do tempo, acaba enfraquecendo indiretamente o poder instituinte do poder representado por ele, através da opressão dos antipoderes inimigos (1986, p. 174).

Assim, o Estado garante através da regulamentação que as greves não resultem uma ruptura com o poder estabelecido, como exposto na lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989:

Art. 1º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

Art. 3º Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.

Parágrafo único. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação.

Art. 4º Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembléia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.

§ 1º O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o quorum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.

§ 2º Na falta de entidade sindical, a assembléia geral dos trabalhadores interessados deliberará para os fins previstos no "caput", constituindo comissão de negociação.

Art. 5º A entidade sindical ou comissão especialmente eleita representará os interesses dos trabalhadores nas negociações ou na Justiça do Trabalho.

Ao focar sua atuação considerando os trabalhadores empregados, os sindicatos direcionam-se para os problemas que afligem a classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo se realimentam de tais problemas na busca incessante por

reivindicações que não modificam de maneira substancial a vida dos trabalhadores. Assim, a existência dos sindicatos quando trata-se dos aspectos econômicos passa a ser condicionada ao jogo estabelecido pelo capital, o que confirma a tese de que o movimento sindical, consciente ou não, corrobora com o processo “civilizatório” da modernidade.

Somente a partir de uma consciência crítica é possível localizar as contradições existentes entre os interesses dos dirigentes sindicais, ao tempo em que a partir da busca da totalidade percebe-se os elementos que foram editados e que são disseminados pelos sindicatos em prol de determinados objetivos, em sua maioria, estabelecido a partir do sistema econômico dominante.

Neste empreendimento, a teoria crítica, se faz presente e aponta o norte, para a “globalização de uma nova crítica social”, não concedendo espaços para o pensamento único, mas sobretudo buscando, à luz do desafio e da carga do tempo histórico, como sugere István Mészáros, alternativas não alienadas acerca das virtudes absolutas da gestão do moderno sistema produtor de mercadorias e, por suposto, do fetiche do capital. (CAVALCANTI & SILVA, 2011, p.140).

Assim, a partir da teoria crítica buscou-se o estabelecimento de uma visão mais ampla do movimento sindical, no qual constatamos que o processo de conscientização da classe trabalhadora, através de processos em que a educação esteja inserida, já que a mesma pode ser transformadora desde que livre dos adornos fetichistas e alienadores, poderia ser um fator de reestruturação da natureza dos sindicatos ao possibilitar a constituição de uma consciência crítica. Ao auxiliar o processo de conscientização de classe poder-se-ia superar as cadeias da alienação, sem olvidar que, neste processo, a compreensão do actual estágio da crise estrutural do capital perpassa pelo crivo da teoria do valor e dissociação-valor (fetiche do capital).

A teoria da crítica orienta, no contexto de uma profunda reestruturação da vida quotidiana, o dissipar da névoa que encobre uma outra perspectiva para além do Estado e do fetiche do capital. Propõe e incita os atores sociais a assumirem o comando de seus destinos e formas de socialização sem subterfúgios externos que se voltam contra o criador e perpetuam a sociedade do espectáculo (CAVALCANTI & SILVA, 2011, p. 150-151).

Considerações Finais

A realização deste trabalho constitui um marco e foi um desafio na minha vida acadêmica. Compreender os diversos aspectos que envolvem um objeto de estudo, principalmente quando este está presente no dia a dia, não é uma tarefa fácil, mas apresenta-se de forma prazerosa, na medida em que o conhecimento proporciona um novo olhar e o aprofundamento de questões outrora não percebidas.

Entre os aspectos compreendidos com a realização da presente pesquisa, não importa o país e o segmento de representação do sindicato, se as amarras estiverem voltadas para os aspectos econômicos, que mercantiliza todos os aspectos da vida e não podem engendrar reais mudanças que tragam qualidade de vida para a classe trabalhadora. A transformação dos sujeitos em predicados, a partir da dominação do capital, torna-se o fenômeno-chave, específico da modernidade, que marca a relação dos indivíduos com o trabalho e com a sua organização social.

Diante de um cenário construído historicamente pelas imposições do mercado e que nos leva a outra forma de barbárie com diversas formas de violência e a submissão total ao capital, somente o processo de conscientização dos sujeitos históricos, quizá para além do Estado e do Mercado, pode proporcionar uma nova crítica social. Enquanto o movimento sindical basear a sua existência no trabalho e nos problemas da classe trabalhadora, paradoxalmente, criará mecanismos para garantir a sua efêmera e dependente existência; o paradoxo que negligencia a emancipação dos trabalhadores.

Estaríamos vivendo uma era em que o trabalho reivindica, através dos ecos da história, a origem do seu significado ao se lançar como instrumento de tortura? Seria essa uma nova forma de escravidão, mais diferentemente da brutalidade erguida pelos colonizadores, apresenta-se agora com os adornos fetichistas do discurso voltado para a satisfação pessoal, compromisso com a sociedade e meio para conquistar qualidade de vida?

Assim, envolvem-se os indivíduos da forma mais cruel para a sua existência, através das concepções mentais que ludibriam homens e mulheres, tomando-lhe as suas consciências/essências. Pois vencer a crueldade da carne, utilizando agora como alegoria os escravizados que foram sequestrados no continente africano e trazidos para o Brasil, sob a égide do chicote e que tiveram seus corpos dominados,

mas ao manterem suas mentes livres, foi possível resistir, a exemplo dos diversos quilombos, criados pelos escravizados que conseguiram fugir e reiventar suas vidas. No entanto, tal resistência não apresentava-se de forma fácil, muitas mulheres abortaram seus filhos para que não nascessem escravos e assim paradoxalmente, muitas vezes, a morte era o único caminho para uma possibilidade de vida.

Neste contexto, seria a classe trabalhadora os escravizados da modernidade? Ao dominar as mentes humanas, o trabalho regido pelos ditames do mercado, mantém os corpos livres para o processo de reprodução, mas escraviza as mentes (alienação e fetichismo combinados). Como seres robotizados que materializam a felicidade no processo de TER, ou aparenter TER. No entanto, esta forma de dominação apresenta-se de forma tão cruel que mesmo os seres mais conscientes encontram-se inseridos nesta estrutura em nome também da sobrevivência. Desde operários da construção civil, perpassando por professores, jornalistas e até mesmo filósofos - que fazem do questionamento o elemento da sua existência -, entre as diversas outras categorias alocados no mundo voltado para o mercado do trabalho, em que o *Deus ex machina* é substituído pelo *Deus ex pecuniam*. Aqueles que se opõem a esta lógica são os excluídos da História, os reconhecidos pelo não reconhecimento, que buscam um outro devir histórico no qual a representação simbólica da organização social não seja o dinheiro.

Vencer a escravidão da mente é mais complexo do que romper as correntes do corpo. Neste sentido, compreender os processos e as concepções defendidas pelo movimento sindical proporcionou um caminhar que foi significativo em não encontrar respostas, mas proporcionar uma análise crítica que contribuiu para uma melhor compreensão das formas de atuação do movimento sindical e o seu distanciamento com a emancipação da classe trabalhadora. Este aspecto, cabe o dilema dialético, merece um aprofundar em investigações futuras, pois não podemos, tal como a alegoria do mito de Sísifo, contemplar uma alternativa real sem enfrentar os nossos mitos, agora que a existência profana do erro está afetada (como diria o pensador de Tréveris).

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **On revolution**. Londres: Penguin Books, 1987.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Oito exercícios sobre o pensamento político. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs). **A perda da razão social do trabalho terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Disponível em <http://www.filoczar.com.br/filosoficos/Adorno/adorno.pdf>.
- BARBOSA, Zulene. **Reestruturação produtiva e movimento sindical – reflexões para uma prática de esquerda**. Estado Nação e Transnacionalização. Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, n 7, 2001. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1208/showToc>. Acesso em 10 de junho de 2015.
- BERNARDO & PEREIRA. **Capitalismo Sindical**. São Paulo: Xamã Editora, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Crítica da Violência – crítica do poder**; Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos, seleção e apresentação de Willi Bolle, tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Souza et al., São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- BAHIA, José Aloise. **A sociedade do espetáculo**. Disponível Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-sociedade-do-espetaculo>. Acesso em 25 de janeiro de 2005.
- BOITO JR, Armando. **O Sindicalismo na Política Brasileira**. Coleção Trajetória 8, IFCH/Unicamp, 2005.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BORGES, Altamiro. Origem e papel dos sindicatos. In: CONTAG/ENFOC. **I módulo do Curso centralizado de formação política** (2006). Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf>. Acesso em 05/02/15.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.783**, de 28 de junho de 1989. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L7783.htm.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antônio Carlos da. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma aventura emancipatória. **Revista Dialética**, Volume 6, Ano 5, junho de 2015, p. 66-78.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antônio Carlos da. Crise Global: Reflexões sobre a Sociedade do Espetáculo ao Ritmo do Capital. **Portuguese Studies Review**, nº18, 2011, p. 129 – 151.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: Projeto Periferia. 2003.

- DIEESE. **Relações e Condições de Trabalho no Brasil**. São Paulo. Dieese, 2007.
- DIEESE. **Balanco das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2008**, disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2008/estPesq42Balanco1sem2.pdf>. Acesso em 05/04/15.
- DIEESE. **Balanco das Negociações dos Reajustes Salariais no Primeiro Semestre de 2009**, disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2009/estPesq47BalancoNegociacoes1sem09.pdf>. Acesso em 05/04/15.
- DIEESE. **Balanco das negociações dos reajustes salariais no 1º semestre de 2010**, disponível em <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2010/estPesq54balNeg1sem2010.pdf>. Acesso em 05/04/15.
- DIEESE. **Mesa Nacional da Construção o diálogo social tripartite – rumo a condições de trabalho decentes no setor da construção**, disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec124MesaConstrucao.pdf>. Acesso em 05/04/15.
- DRUCK, Graça. Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical. **CADERNO CRH**, Salvador, n.24/25, p.21-40, jan./dez. 1996.
- DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs). **A perda da razão social do trabalho terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DRUCK, Graça. **Globalização, Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical**. CADERNO CRH, Salvador, n.24/25, p.21-40, jan./dez. 1996.
- FERNANDES, Florestan. K. Marx. F. Engels. História. A Consciência Revolucionária da História. In: FERNANDES, F (org.). **Marx e Engels**. São Paulo: Ática, 1984.
- FILGUEIRAS, L. (1997). “A **desestruturação do mundo do trabalho e o “mal estar” desse fim de século**.” Cadernos do CEAS.
- FILHO SOARES, Sidney (2010). **Brasil, a continuidade da política do pão e circo ou é só impressão?** Revista Estudos Jurídicos UNESP, Franca, A. 14 n. 19.
- FURTADO, Celso. **“Metamorfoses do Capitalismo”**. 2002. Disponível em <http://www.redcelsofurtado.edu.mx>. Acesso em 05/09/14.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, 4ª edição
- GRUPO KRISIS. **Manifesto Contra o Trabalho**. Lisboa: Antígona, 2003.
- HARVEY, David. **Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola. 1996.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLLE, Grunert & LUTZ, Burkart. Systems transformation and labor market structure: the case of east Germany. Available in <https://escholarship.org/uc/item/4v7944q7>. Access in october 3, 1997.

JAPPÉ, Anselm. A arte de desmascarar. Disponível em <http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/arte-de-desmascarar.htm>. Acesso em 27 de setembro de 2009.

KURZ, Robert. O fim da política. Teses sobre o fim da regulação da forma da mercadoria. **Krisis**, nº 14, 1994. Disponível em . Acesso em 01/10/2014.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KURZ, Robert. **Razão sangrenta**. Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.

LOBATO, Marthius Sávio Cavalcante. **O valor constitucional para efetividade dos direitos sociais nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

MALATESTA, Enrrico, **Escritos Revolucionários**. São Paulo: Imaginário, 1989.

MARSHAL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Heloisa. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura Social e Formas de Consciência: A Determinação Social do Método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

Ministério do Trabalho e Emprego. Central Sindical. Disponível em <http://www.mte.gov.br/index.php/central-sindical>. Acesso 12/01/2015

MYNAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO. C. e DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NOBLAT, Ricardo. **A Arte de Fazer um Jornal Diário**. São Paulo: Contexto. 2002.

OCANÃ, Martínez. A Sabedoria de Integrar a Sombra. Fundação Betânia-FB. Caderno 13, 2008.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política. Editora Brasiliense, 1995.

RIBEIRO, Carla & LÉDA, Denise. O Significado Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, Ano 4, n 2, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry e col. **Pesquisa Social. Métodos e Técnicas**. São Paulo, Atlas, 2009.

SANTOS, Alex & FREITAS, Urandi & NETO, Armando & Costa, Daniel. Análise do Crescimento da Construção Civil na Bahia e no Brasil: Uma Abordagem em Dados em Painel para o Período 2002 a 2009. Publicações SEI:: 2012. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_06.pdf

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SINGER, Paul Israel. **Economia política do trabalho**: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: Hucitec, 1979.

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 423, fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal423.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 424, fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal424.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 425, fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal425.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 426, fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal426.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 428, março de 2008. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal428.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 429, março de 2008. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal429.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 456, março de 2009. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal456.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 459, março de 2009. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal459.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 460, março de 2009. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal460.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 461, março de 2009. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal461.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 462, março de 2009. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal462.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 463, março de 2009. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal463.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 491, fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal491.pdf>

SINTRACOM. **Jornal do Sintracom**. Bahia, nº 492, fevereiro de 2010. Disponível em <http://www.sintracom.org.br/jornal492.pdf>

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Economia de cassino**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz07109810.htm>. Acesso em 07 de outubro de 1998.

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa que tem como título: Movimento Sindical e o Capital: Dois Pólos do Mesmo Campo Histórico e as Reivindicações do Sindicato da Construção Civil na Bahia.

INVESTIGADOR: Sara Regina Conceição Santos.

OBJETIVO:

Observação e coleta de dados na forma de entrevista semi-estruturada e demais informações que a instituição venha fornecer.

PROCEDIMENTOS:

Realização de entrevista semi-estruturada com dirigente sindical do Sintracom.

RISCOS E BENEFÍCIOS:

Apresentação da instituição de forma acadêmica e com análise a partir da teoria crítica o que pode apresentar aspectos diferenciados da visão da instituição sobre o movimento sindical e o trabalho desenvolvido pela mesma. Pesquisa desenvolvida sobre movimento sindical o que aumenta o campo de conhecimento nesta área, o que contribuirá com a realização de futuras pesquisas.

CONFIDENCIALIDADE: As informações prestadas fundamentarão a dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Outros trabalhos científicos podem ser derivados desta investigação, mas em qualquer circunstância, sua identidade será mantida em sigilo, caso seja sua opção. **DIREITO DE RECUSAR OU DESISTIR DA PARTICIPAÇÃO:** Sua participação nesta pesquisa é voluntária, podendo recusar-se a dela participar. Se mudar de ideia a respeito da sua participação após o início da pesquisa, poderá deixá-la. Negar-se a participar ou interromper sua participação não trará nenhuma consequência.

Não obstante, será entregue para vós uma cópia deste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Em caso de dúvidas, por favor, sinta-se à vontade. Se no futuro tiver perguntas a fazer, entre em contato com o investigador pelo e-mail: saramoby@yahoo.com.br.

Salvador, ____/____/2015.

Assinatura da participante: _____ em ____ /
 ____/2015.

Assinatura do Investigador: _____ em ____ /
 ____/2015.

Apêndice B – Requerimento de Carta de Anuência para Autorização de Pesquisa de Campo



Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania

Salvador, ____ de _____ de 2015.

Requerimento de Carta de Anuência para Autorização de Pesquisa de Campo
Ilmo Senhor(a)

Solicito autorização institucional para realização da pesquisa intitulada: __ Movimento Sindical e o Capital: Dois Pólos do Mesmo Campo Histórico e as Reivindicações do Sindicato da Construção Civil na Bahia, a ser realizada no Sintracom BA, por *Sara Regina Conceição Santos, aluno(a) do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, sob a orientação da Professor Doutor Antonio Carlos da Silva*, com o seguinte objetivo: *Obter informações para a dissertação do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Ucsal. Necessita-se, portanto, observação e coleta de dados na forma de entrevista que o trabalhador venha fornecer. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que as informações coletadas durante a entrevista possam constar na dissertação do mestrado, bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.*

Ressalto que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Saliento ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contar com a colaboração e empenho desta Superintendência, agradeço antecipadamente a atenção. Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Salvador, ____/____ 2015.

 Sara Regina Conceição Santos
 Mestrando (a) em Políticas Sociais e Cidadania
 UCSal- Universidade Católica do Salvador

Concordamos com a solicitação Não concordamos com a solicitação

 Nome do Entrevistado/Representação na Instituição

Apêndice C - Roteiro Básico: Entrevistas Semi-estruturadas

- 1 – Como é realizado o processo de filiação no sindicato?
- 2 – Como são formuladas as Pautas de Reivindicações dos Trabalhadores da Construção Civil nas Campanhas Salariais da Categoria?
- 3 – De que forma é trabalhada com a categoria a unidade das reivindicações apresentadas durante as Campanhas Salariais, já que a mesma pauta deve atender a todos os trabalhadores?
- 4 – Os trabalhadores da base acompanham o processo de negociação com o sindicato patronal? Como eles são informados e opinam sobre o processo de negociação?
- 5 – Quais são as prioridades do sindicato? Coincidem com os vossos interesses?
- 6 – As Convenções Coletivas de Trabalho do período de 2008 e 2010 tem entre os principais itens as cláusulas econômicas, este é o foco de atuação do Sindicato? Porquê?
- 7 – A emancipação social da classe trabalhadora está correlacionada com uma maior participação na distribuição dos recursos e controle dos meios de produção?
- 8 – Quais foram as principais conquistas alcançadas pela categoria? Não obstante, tais conquistas estão protegidas para as gerações vindouras?
- 9 – Qual é o processo estabelecido pelo sindicato para representação dos pleitos da categoria junto ao sindicato patronal?
- 10 – De que forma o sindicato atua em relação aos trabalhadores desempregados?
- 11 – Como o sindicato promove ou auxilia no processo de formação constante da classe dos trabalhadores? (leia-se consciência política)
- 12 – Qual é o maior desejo do sindicato em relação aos trabalhadores? Esse desejo é possível de concretizar em consonância com os ditames do sistema liberal de mercado?

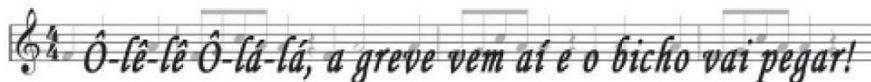
Anexo 1 – Jornais do Sintracom

Edição nº 423 de 2008, p. 1



CAMPANHA SALARIAL 2008

A greve vem aí: patrões não oferecem reajuste e categoria pode parar



Os patrões estão provocando a categoria e a greve é inevitável. Na luta pela valorização do salário a palavra de ordem nos canteiros de obras é mobilização. A assembleia realizada dia 14/02 lotou o Largo de São Bento com mais de 2 mil pessoas e os trabalhadores (as) votaram pelo Estado de Greve. A qualquer momento podemos parar por tempo indeterminado.

Os empresários da construção estão com os cofres cheios, ganharam lucros absurdos no ano passado e em 2008 vão ganhar muito mais. Porém, tratam com desdém nossas reivindicações, as mudanças e novas cláusulas que propomos.

Concordam apenas com as já existentes e as que não têm custo para as empresas. Reajuste pra eles é zero. Quanta ganância!

Os patrões estão nadando em dinheiro. Vejam como está a situação do setor da

construção: as cadernetas de poupança, principal fonte de financiamento de imóveis, tiveram captação líquida, em janeiro/2008, cinco vezes superior a janeiro/2007. E a Caixa reduziu os juros para a casa própria. O quê isso significa? Maior liberação de créditos e mais lucros para as empresas. Não estamos inventando nada, deu em todos os jornais!

Enquanto isso, a cesta básica em Salvador tem o custo mais alto do país. Pelo oitavo mês consecutivo, os preços dos alimentos aumentam e, só em janeiro, subiram 9,01%: o feijão subiu 64,48%, o tomate 24,75% e o óleo 12,33%. Em um ano apenas o feijão cariquinho aumentou 233,33%. Tá cada vez mais difícil comer. E assim é que não dá pra continuar.

Nós queremos o atendimento de nossas reivindicações: 14% de reajuste, cesta básica, fim do contrato de experiência, multa diária para atraso no pagamento de salários, refeição gratuita servida em bandeja, segurança no trabalho, além de redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas, inicialmente, e depois para 35 horas, dentre outros.

Vamos mobilizar, companheiros! A Campanha Salarial 2008 está chegando na reta final e temos que ficar alerta para, a qualquer momento, atender ao chamado do nosso Sindicato. Ou os patrões dividem esse bolo com os trabalhadores (as), ou nós vamos parar pra acertar e a casa deles vai cair. Nunca é demais lembrar: Quem luta, conquista!

Nova diretoria do SINTRACOM-BA é empossada



Composição da mesa na posse (esquerda para direita): Pascoal Carneiro, José Nivalto, Olívia Santana, Florisvaldo Bispo, Raimundo Brito (em pé), Daniel Almeida, Nilton Vasconcelos, Aladilce Souza, Arivaldo Oliveira e Lívia Gabrielli

Dia 8/02, o tradicional dube Fantoches da Euterpe, abriu suas portas para a cerimônia de posse da nova diretoria do SINTRACOM-BA, que agora é presidido por Raimundo Brito. Cerca de 600 pessoas, entre trabalhadores (as), convidados, autoridades e políticos nos prestigiaram com suas presenças. Foi uma bonita noite, que começou com a solenidade formal e terminou em festa.

Confira nas páginas 2 e 3.



A festa do SINTRACOM-BA invadiu os salões do Fantoches

Leia mais:

- * 1ª Lavagem da Visconde de Ouro Preto e Itaparica – Pág. 3
- * Redução da jornada: centrais iniciam campanha – Pág. 4
- * De janeiro até agora: quatro mortes no trabalho – Pág. 4
- * Aviso aos ex-trabalhadores da Stilo Construtora – Pág. 4

Edição nº 424 de 2008, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 424- FEVEREIRO/2008

GREVE GERAL Patrões suspendem negociação e pagam pra ver. Agora é greve!

Os trabalhadores e trabalhadoras da construção decidiram parar por tempo indeterminado. A decisão foi tomada na última assembleia do SINTRACOM-BA, realizada no dia 19/02, quando mais de dois mil operários (as) lotaram o Largo de São Bento.

Tivemos nove rodadas de negociações, a última na segunda (dia 18) e os patrões suspenderam as discussões; querem apenas renovar a convenção atual e deixar para discutir o reajuste depois. Desse jeito, os trabalhadores (as) não aceitam. Agora é a greve!

O Sindicato conclama os companheiros e as companheiras a participar das mobilizações. A hora é agora. Vamos mostrar aos empresários que os trabalhadores (as) estão unidos na luta até a vitória!



O Largo de São Bento lotado nas assembleias do SINTRACOM-BA

Paralisação começou em Alphaville e no Shopping Paralela



Adesão de 100% na paralisação de Alphaville e Shopping Paralela

Já na segunda-feira, dia 18/02, os trabalhadores (as) começaram a dar a resposta merecida à ganância dos patrões. No início da manhã, cerca de dois mil operários (as) paralisaram por duas horas os canteiros de obras de

Alphaville e do Shopping Paralela. Foi 100% de adesão.

Dia 19/02, paramos a Odebrecht e a Sertenge / Lucaia, que presta serviços à Embasa.

É isso aí, companheiros! Estamos na luta pela valorização do salário!

Vai ter que dar: queremos reajuste de 14%

Nós queremos reajuste de 14%, cesta básica, alimentação gratuita e servida em bandeirão, fim do contrato de experiência, multa diária por atraso de salário, além da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salários.

Nós não vamos abrir mão de nada. Os patrões pagaram pra ver e estão vendo que nós temos objetivo.

Vamos avançar na luta para garantir nossas conquistas!

Edição nº 425 de 2008, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 425 - FEVEREIRO/2008

GREVE GERAL

Vamos parar todos os canteiros de obras, a partir de segunda, dia 25. Não deu o do peão, nós paramos a construção!

Companheiros, chegou a hora da greve. A partir de segunda-feira, dia 25/02, por tempo indeterminado, vamos parar todos os canteiros de obras da Bahia. E vamos fazer grandes mobilizações no centro de Salvador.

Fizemos várias paralisações de alerta, com adesão de 100% dos trabalhadores e trabalhadoras, em diversos canteiros de obras. Nas assembleias, lotamos o Largo de São Bento, com mais de quatro mil trabalhadores(as). A mobilização da categoria é total. Confira as fotos neste jornal.

Os empresários da construção ganharam lucros imensos em 2007 e em 2008 vão ganhar mais ainda, com as obras do PAC e os financiamentos para casa própria. Mas, a ganância deles é tanta que não aceitam dividir uma fatia desse bolo com os trabalhadores e trabalhadoras. Só querem oferecer 4%, muito abaixo da inflação do período e a manutenção da CCT 2007, sem nenhuma mudança pra melhor. E isso os trabalhadores não aceitam.

Tivemos nove rodadas de negociações, na tentativa de achar uma saída na mesa. Mas, os próprios patrões decidiram suspender. Aguardamos a retomada das negociações com o patronal, o que não ocorreu até agora. Os empresários estão pagando pra ver e vão ver demais. Estamos na luta pela valorização do salário e vamos parar tudo.

A hora é agora, companheiros (as)! É fundamental atender ao chamado do Sindicato e participar das mobilizações. Só com a união de todos e todas vamos avançar na luta e garantir reajuste de salário e outras conquistas econômicas e sociais importantes para nossa categoria.

Confira nas fotos e na tabela, como está a mobilização da categoria. Quem luta conquista!



Assembleia lotada, em 14/02, decretou Estado de Greve



Assembleia aprova a greve, em 19/02



Alphaville parou!



MOBILIZAÇÕES

- 14/02 — Assembleia lotada no Largo de São Bento, decreta Estado de Greve
- 18/02 — Paralisação em Alphaville e Shopping Paralela
- 19/02 — Paralisação em obra da Odebrecht e na Sertenge/Embasa
- 19/02 — Assembleia lotada no Largo de São Bento, aprova a greve
- 20/02 — Paralisação no Horto Florestal (Costa Andrade/MRM, ARC e Barbosa Valente)
- 21/02 — Paralisação em várias obras no Itaigara, loteamento Vela Branca
- 22/02 — Paralisação em diversas obras do Corredor da Vitória

4

JORNAL DO
SINTRACOM-BA

A greve no interior

Paramos também em Alagoínhas, com o comando da Delegacia do SINTRACOM-BA.

Além disso, companheiros dirigentes de sindicatos de trabalhadores da construção de outros municípios, vieram para Salvador, apoiar o movimento grevista do SINTRACOM-BA, aos quais registramos nossos agradecimentos: SINTRACOM-FEIRA, SINTRACOMA (Serrinha), SIND'RIO, SINTRACOM-SAJ, SINTRACOM-ITABUNA, STICC-JUAZEIRO.



A greve em Alagoínhas



FALECIMENTO

Em meio à greve, uma notícia inesperada balbucinou: o companheiro Graciliano Ferreira Elias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Juazeiro, que estava em Salvador, trazendo apoio do interior para a greve, faleceu no hotel Imperial, onde se encontrava hospedado. Foi dormir e, na manhã do dia 29/02, foi encontrado morto, junto à cama.

O SINTRACOM-BA lamenta esta grande perda de um companheiro de luta e se solidariza com seus familiares, amigos e trabalhadores (as) associados do sindicato de Juazeiro.



Everaldo Augusto com o microfone: vereador piqueteiro

Este é de luta!

Vale a pena abrir um espaço para agradecer ao vereador de Salvador, Everaldo Augusto (PCdoB), que provou que é um lutador e mostrou de que lado está: do lado dos trabalhadores. É um vereador piqueteiro, que gosta de participar, esteve presente em todos os piquetes, passeatas e assembleias, junto com os trabalhadores.

PISOS NORMATIVOS - SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR - JANEIRO/2008

SALÁRIO REAJUSTADO PELO ÍNDICE

FUNÇÕES	MÊS R\$	ADIANT* R\$
Operário Qualificado	756,19	302,46
Serveite Prático	460,08	184,03
Serveite Comum	430,00	172,00

INTERIOR - JANEIRO/2008

FUNÇÕES	MÊS R\$	ADIANT* R\$
Operário Qualificado	613,86	245,54
Serveite Prático	426,30	170,52
Serveite Comum	419,00	167,60

Disque Denúncias

TELEFONES PABX:
(71) 3496-6238
fax: 3242-8496



Visite
nosso portal:
www.sintracom.org.br



JORNAL DO **SINTRACOM-BA**



PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 428 - MARÇO/2008

GREVE DURA

Lutamos e vencemos a intransigência patronal

Agrevide 12 dias corridos mostramos que "quem luta, conquista seus direitos". A categoria deu uma demonstração de força e seguiu unida, sem derrota de campo, até a vitória! Foram 14 rodadas de negociações, que começaram em dezembro/07. Em 14/02 decidimos declarar "Estado de Greve" e, em 19/02, decretamos a greve geral a partir do dia 25. Foi difícil, mas com firmeza, no dia 07/03, conseguimos vencer a estratégia patronal. A vitória é dos trabalhadores e trabalhadores (as) do construído!

A proposta aprovada na assembleia realizada no Campo Grande (7/03), não foi inicialmente a que nós queremos, o reajuste defendido pelo SINTRACOM-BA, que era de 9,2% para todos os trabalhadores (as). Mas, prin-



Quatro momentos da greve: Largo de Nazaré

cipalmente, não foi a proposta que os patrões queriam impor, o reajuste diferenciado de 6,5%, 7,5% e 8,5%, e sem costá-básica, nem redução do contrato de experiência.

Foi precisa a articulação do deputado federal Daniel Almeida (PCdoB) junto aos empresários, para a construção de uma proposta alternativa do mediador, o procurador do Ministério Público do Trabalho, Pedro Lino de Carvalho Junior. Fechamos o acordo com reajuste de 9% para a parte comum e 9% para os demais trabalhadores, costá-básica e uma cláusula para evitar os abusos do contrato de experiência.

Sabam mais sobre a greve e os resultados das negociações. Páginas 2, 3 e 4.



Avenida Sete de Setembro



Largo de São Bento

VIVA 19 DE MARÇO! Dia dos trabalhadores da construção

O vereador Everaldo Augusto (PCdoB), com os trabalhadores para participar de uma Sessão Especial na Câmara Municipal em 19 de março. Dê aos Trabalhadores da Construção, Montagem e Manutenção, às 9h30, para discutir a situação dos trabalhadores (as) nos canteiros de obras, assegurar o trabalho e a precarização do trabalho.



Avenida Paralela

Festival de Forró

Vem aí o 1º Festival de Bandas de Forró do SINTRACOM-BA. Aguarde mais informações na próxima edição do JORNAL DO SINTRACOM-BA.

A GREVE É NOSSA ARMA! A vitória é dos trabalhadores e trabalhadoras da construção!

Confira as fotos da greve. E leia nos textos os resultados das negociações realizadas no Ministério Público do Trabalho, que culminaram no fechamento do acordo entre trabalhadores e patrões, dia 07/03.

Cesta básica

Durante toda as negociações, os patrões não admitiam negociar nenhum valor para a cesta básica. Nossa proposta era a concessão imediata do benefício para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

O mediador propôs uma cesta básica no valor de R\$ 30, em 90 dias, e os empresários só aceitaram pagar a partir de setembro, nas obras acima de 100 trabalhadores. O benefício será pago em cartão alimentação ou "in natura" (com os produtos).

O SINTRACOM-BA lembra aos trabalhadores (as) que quando a alimentação começou a ser implantada, foi a partir de 100 trabalhadores, depois 50 e depois 20, e o desconto era de 20%. Hoje, todos recebem a alimentação e o desconto é de 5%.

Portanto, deixamos claro, a luta vai continuar, para que a cesta básica seja para todos os trabalhadores (as).

Contrato de experiência

Os departamentos jurídicos do SINTRACOM-BA e do sindicato patronal, o Sinduscom, vão elaborar texto para uma cláusula que será incluída no Acordo, visando cobrir os abusos cometidos atualmente.

O SINTRACOM-BA alerta que, se continuamente acontecendo, não podemos parar as obras que estejam utilizando o contrato de experiência de forma abusiva.

O presidente do SINTRACOM-BA, Ramundo Brito, avisa que está é uma questão de honra nosal

Bandejeão

A alimentação será servida em bandejeão, nos canteiros de obras com mais de 50 operários. Como vimos sendo servido, em quantidade, a alimentação estava provocando problemas intestinais em diversos trabalhadores (as), muitos tiveram até que buscar atendimento médico.



14/02: aprovamos o "Estado de Greve", assembleia na Praça de São Bento.



19/02: decretamos greve geral a partir do dia 25, assembleia no Lp. 5, Santo.



07/03: Ministério Público do Trabalho (Vitória), aguardando as negociações.



O começo das mobilizações, assembleia no Largo de São Paulo de 14.



Paralisação das obras no loteamento Vêta Biscoia.



Paralisação os canteiros de obras no Itaperana.



Também paramos a obra de Obôbrecht, na avenida ACM.

Importância da greve

Historicamente, a greve é um movimento consciente e importante, pois é a arma que os trabalhadores (as) têm, para obter conquistas. Interrompe a produção dos patrões e eles são obrigados a negociar com o sindicato dos trabalhadores. Os dias parados fazem parte da negociação do acordo.

Julgamento (que não aconteceu)

O julgamento da greve era a última coisa que o SINTRACOM-BA e os trabalhadores queriam. Porque o resultado não favorecer os trabalhadores(as). O percentual seria menor, como normalmente tem acontecido com outras categorias, o juiz só concede o percentual da inflação. Além disso, outros direitos já conquistados poderiam cair, como hora extra e alimentação.

Agradecimentos aos companheiros

Além da importante participação do vereador Everaldo Augusto (leia boxes abaixo), registramos o apoio dos parlamentares, deputado estadual Alvaro Gomes (PC&B), que participou de passeata na avenida Sete de Setembro, e do deputado federal, Daniel Almeida, que teve participação fundamental para a construção do acordo, no dia 07/03, no Ministério Público do Trabalho.

Agradecemos a ajuda dos militantes da CTB, das oposições sindicais, oposição dos Rodoviários, Singsobal, Sindicato, Sitizam, Sincosim, FETRACOM-BA, Sirdadadidos, Sindicato dos Bancários e Sirdibebê, dentre outros.

A diretoria ressalta também o empenho e a habilidade do advogado do SINTRACOM-BA, Dr. Jorge Lima, que soube conduzir com firmeza, nas mesas de negociações, os anseios e as reivindicações dos trabalhadores.

Pagamento dos retroativos

Os reajustes serão pagos na folha de pagamento de março. O SINTRACOM-BA faz um alerta aos companheiros (as): se alguma obra descumprir o acordo, o trabalhador (a) deve procurar, imediatamente o seu Sindicato, para que as providências jurídicas sejam tomadas.

Sobre os dias parados

A proposta dos patrões era cortar todos os dias de greve. E o SINTRACOM-BA defendia que fossem pagos todos os dias parados, porque a greve aconteceu por causa da intransigência dos patrões e não em juízo os trabalhadores seriam penalizados economicamente.

Para sair do impasse, o mediador fez a seguinte proposta: As empresas que cortaram os dias de fevereiro, terão que devolver no salário de março.

Os dias parados serão distribuídos da seguinte forma: 1/3 será pago pelos patrões; 1/3 será compensado pelos trabalhadores; e 1/3 será descontado no prazo de 60 dias, sem incidência no descanso remunerado, nas férias ou no 13º salário, ou em outras vantagens.

Atenção: as compensações não podem ser feitas mais que oito horas, no sábado, e mais que dois sábados no mês. Esta foi a forma encontrada para sair do impasse.



Alphaville parou, ninguém trabalhou.

Nem PM, nem patrões impediram, paramos a Mansão Lino Cavatini (Vitória).



No Hotel Florentina também os trabalhadores paramam.

EXPEDIENTE

SINTRACOM-BA
 Sindicato SINTRACOM-BA - CNPJ 07.812.018/0001-13 - Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Barra da Lixa - CEP 40.024-110 - Salvador - Bahia - Brasil - Tel: (71) 3446-6278 - Fax: (71) 3242-1878 e-mail: atendimento@sintracom-ba.org.br - Página na Internet: www.sintracom-ba.org.br - Câmara de Registros: Rua Conselheiro Senechal, 47-60 - Tel: (71) 3422-5249 - Alagoinhas - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Guilherme Dias, 25 - Tel: (71) 3441-3023 - Buracão - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Feira de Santana - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Ilhéus - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Itabuna - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Juazeiro - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Lajedão - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Luís Eduardo Magalhães - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Mucambo - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Nazaré - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Olivença - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Piatã - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - São Paulo do Ventura - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Santo Antônio - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - São Vicente do Sul - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Simão Dias - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Sítio do Mato - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Telêmaco - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Una - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Vitória - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Vitória da Conquista - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Wenceslau Guimarães - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278 - Xagre - Bahia - Delegacia de Registro: Rua Manoel de Castro Neto, 18 - Tel: (71) 3446-6278

Edição nº 429 de 2008, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 429 - MARÇO/2008

A greve foi dura, mas vencemos a intransigência patronal! Dirigentes do interior fortaleceram o movimento em Salvador

Nesta edição, vamos fazer um breve histórico da greve, para informar aos companheiros do interior. Em 14/02 decidimos declarar "Estado de Greve" e, em 19/02, decretamos a greve geral, a partir do dia 25.

Foram 12 dias corridos de greve, 14 reuniões de negociações e mais duas no Ministério Público do Trabalho, enfrentando a intransigência patronal, que insistia em não ceder e queriam impor reajustes diferenciados de 6,5%, 7,5% e 8,5%, sem cesta básica e não admitiam sequer falar em redução do contrato de experiência. A categoria seguiu unida e conseguiu dar uma demonstração de força do nosso movimento.

No dia 07/03, trabalhadores e trabalhadoras ficaram de plantão na porta do Ministério Público do Trabalho, no Corredor da Vitória, acompanhando a reunião entre os representantes do SINTRACOM-BA e do sindicato patronal, desde o início da manhã até o final da reunião, por volta das 14 horas. E logo após, seguiram em passeata até o Campo Grande, onde aprovaram em assembleia geral a proposta alternativa do mediador, o Procurador do Trabalho, Pedro Lino de Carvalho Júnior, de 9% para ajudante comum e 8% para os demais trabalhadores.

Não foi exatamente a que nós queríamos, o reajuste defendido pelo SINTRACOM-BA, de 9,5% para todos os trabalhadores (as). Mas garantimos também cesta básica e uma cláusula para evitar os abusos do contrato de experiência.

Diversos dirigentes de sindicatos do interior estiveram em Salvador, apoiando a greve, e são



A greve parou os canteiros de obras de Salvador durante 12 dias

testemunhas da dura luta que travamos, para avançar e conquistar nossos direitos. Dentre esses, agradecemos aos companheiros do SINTRACOMA (Serrinha), SINTRACOM-FEIRA, SINDRIO, SINTRACOM-SA, SINTRACOM-ITABUNA, e STICC-JUAZEIRO.

Em Alagoinhas, os trabalhadores (as) também entraram em greve, com o comando da Delegacia do SINTRACOM-BA.

Leia mais na Página 2.



Os trabalhadores (as) também pararam em Alagoinhas

Falecimento de companheiro

Uma notícia que abalou a todos que participavam da greve: o companheiro Graciliano Ferreira Elias, presidente do STICC-JUAZEIRO, estava em Salvador, trazendo o apoio do interior para o movimento e, inesperadamente, faleceu enquanto dormia, no hotel Imperial, onde se encontrava hospedado, no dia 29/02.

O SINTRACOM-BA lamenta esta grande perda de um companheiro de luta e se solidariza com seus familiares, amigos e trabalhadores (as) associados do STICC-JUAZEIRO.



O companheiro Graciliano

Festival de Forró

Vem aí o I Festival de Bandas de Forró do SINTRACOM-BA. Aguarde mais informações na próxima edição do JORNAL DO SINTRACOM-BA.

Aberta a Campanha Salarial das Cerâmicas e Derivados

Edição nº 456 de 2009, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 456 - MARÇO/2009

Chegou a hora da unidade **VAMOS ATINGIR O PATRONATO AONDE ELE MAIS SENTE!**

A decisão da categoria é firme e clara: Queremos nossos direitos e recuperar o poder de compra dos salários.

Você sabe que o setor de construção civil está em alta e é um dos que não enfrentam crise nenhuma. A única crise que existe no setor é contra o peão que luta contra o desemprego, arrocho salarial, tentativas de retirada de direitos trabalhistas e por aí vai.

Em todas as declarações e notícias na imprensa o patronato diz que o setor está em crescimento, quando chega na mesa de negociação eles falam chorosos de uma tal crise. Ora, quem acredita neste chororô?

O mercado da construção faturou altos lucros em 2008 e as expectativas são otimistas para 2009. Mas, os patrões demonstraram que não estão com nenhuma boa vontade para atender às nossas reivindicações. O setor continua em alta e nós queremos salários compatíveis. Por isso, vamos ter que lutar para conquistar!

Todas as nossas assembleias reafirmaram que a categoria não vai se calar e exige reajuste salarial de 19%, número que repõe a inflação do período e do aumento real de salário; reconhecimento de funções qualificadas: montador de andaime, montador de estrutura, operador de bomba, operador de ETA e rejuntador de azulejo; ampliação da cesta básica para os canteiros de obras que tenham a partir de 50 trabalhadores; aumento do vale refeição; limitação do contrato de experiência para no máximo 30 dias tendo em vista que os atuais 90 dias são



Assembleias sempre lotadas

utilizados pelos empresários para burlar a Convenção Coletiva de Trabalho e a legislação trabalhista; dentre outras reivindicações.

Para conquistar o queremos só com muita luta e unidade da categoria.

Vamos manter nosso movimento sempre forte e as mobilizações em cada área, em cada canteiro de obras, sempre participativa e firme. Patrão só respeita trabalhador mobilizado!

ASSEMBLÉIA DECISIVA

Quinta-feira com o objetivo de abrir novos canais de negociação a assembleia dos trabalhadores da construção civil, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e da Madeira no Estado da Bahia (Sintracom-BA) foi remarcada para a quinta-feira, dia 5, às 18 horas no Largo de São Bento e, segundo avaliação da diretoria, se as negociações não avançarem são fortes as possibilidades de deflagração de uma greve geral.

Acesse o site www.sintracom.org.br

Edição nº 459 de 2009, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 459 - MARÇO/2009

AGORA É GREVE

A unidade chegou: Agora é pra valer

Momento inédito no movimento sindical, os principais sindicatos da construção civil da Bahia, ligados à CTB, CUT e Força Sindical, se uniram ao comando da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Madeira (FETRACOM-BA) com um só objetivo de favorecer a luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho.

Em negociação conjunta com os sindicatos, com data base de janeiro e março, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), a categoria entendeu que, para quebrar a intransigência patronal, que insiste em oferecer reajustes insuficientes, foi necessário a união em torno de um só objetivo. O conjunto de representantes dos trabalhadores propuseram salários e reajustes unificados para as categorias da construção na Bahia.

Já foram realizadas 11 rodadas de negociações, a última aconteceu no dia 09/03, na SRTE, sem qualquer avanço.

Após a reunião com os patrões, foi realizada uma assembléia, no Largo de São Bento, com a participação de mais de cinco mil trabalhadores de Salvador e região metropolitana, considerada a mais mobilizada e participativa dos últimos tempos, dentre os movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora no Brasil.

O presidente do SINTRACOM-BA, Raimundo Brito, destacou que esta campanha salarial é a mais participativa da categoria nos últimos anos, em todo o Brasil. E pela primeira vez acontece um movimento unificado na Bahia. Ele conclamou os trabalhadores a se unirem na luta para conquistar a vitória.



Nossas Reivindicações

Esta é a hora de avançar na luta e garantir direitos. Nós reivindicamos reajuste unificado de 13% para todo o estado, com piso salarial de R\$ 494,94 para ajudante comum; de R\$ 531,10 para ajudante prático e R\$ 866,37 para operário qualificado; além de cesta básica no valor de R\$ 115 e fim do contrato de experiência, dentre outros benefícios. É sempre bom lembrar que "Quem luta, conquista!"

**Construção em alta
salário compatível**

**Chegou a hora!
Greve dia 12/03/09**

Acesse www.sintracom.org.br | www.fetracom-ba.org.br

Edição nº 460 de 2009, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 460 - MARÇO/2009

Greve Consciente

A unidade dos trabalhadores tem provado que a união faz a força e todos juntos podem reverter qualquer tipo de retaliação. Os patrões apostaram na desmobilização dos trabalhadores, tentando pressionar de todas as formas a nossa capacidade de organização, esquecendo que a data base da categoria é janeiro e que em novembro de 2008 entregamos as reivindicações. Eles tiveram cinco meses para atendê-las e não o fizeram e nem tomaram nenhuma providência para um possível acordo.

Nossa única saída foi utilizar o instrumento de pressão eficaz que é a greve, depois de 12 rodadas de negociações. As duas últimas na Superintendência Regional de Trabalho e Emprego (SRTE) e só ofereceram 10% para ajudante comum; 7,5% para ajudante prático e 6% para operário qualificado e demais trabalhadores.

As propostas patronais foram rejeitadas pela assembléia e os trabalhadores não abrem mão de suas reivindicações, que são: redução de contrato de experiência de 90 para 30 dias; melhoria na cesta básica, com redução da cota de trabalhadores, que hoje é de 180 por obra para ter direito ao benefício, além do reajuste de 13% , linear para toda a categoria.

Pelo comando da FETRA-BA as mobilizações continuam em todos



Aprovada a continuidade da greve

os municípios, abrangidos pelos 17 sindicatos filiados, além da nossa delegacia em Alagoinhas, cujos canteiros de obras aderiram ao movimento.

A greve continua e os trabalhadores aguardam de braços cruzados a retomada das negociações.

Nossas palavras de ordem

Greve... greve , parou parou. A greve continua patrão a culpa é sua. Viu patrão! Não deu o do peão

parou a construção. Patrão é que nem mandacaru. Não dá sombra e nem encosto.

Tema da nossa marcha: "Então como é que é resposta logo homem/ não quero morrer de fome/eu bato ponto todo dia o ano inteiro/ mas no meu bolso não carrego um bom dinheiro/ entrei na briga contra o patrão/não pagou meu dinheiro/ paramos a construção." A marcha de luta é de autoria do companheiro Hipólito, diretor do Sintracom.

Acesse www.sintracom.org.br | www.fetracom-ba.org.br

Edição nº 461 de 2009, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 461 - MARÇO/2009

A GREVE CONTINUA

Viu Patrão! Não deu o do peão, parou a construção

Patrões entram no desespero, começam a soltar panfleto apócrifo (sem assinatura). Chegam até a fingir que chamam o trabalhador para parceria, alegam momento de crise e tal. Mas, que parceria é essa, que na hora lucro não dividiram os lucros com os trabalhadores (as).

A melhor parceria entre o capital e o trabalho é a responsabilidade e o compromisso: da parte dos trabalhadores, é cumprir a jornada de trabalho, que por sinal na construção civil é das maiores, chegando a ser até de 14 horas diárias; e da parte do patrão, as empresas têm que cumprir com suas obrigações, pagar em dia, cumprir com a CCT e as normas de prevenção e segurança, dar condições dignas de trabalho e pagar um salário decente, compatível com os lucros imensos que eles estão ganhando no mercado da construção. Nós cumprimos a nossa parte, mas os patrões não cumprem a parte deles.

Os patrões continuam tentando desmobilizar os operários. Não caia nesse papo furado. Os trabalhadores (as) estão fazendo uma greve consciente e justa. Sabemos muito bem que a hora de lutar é esta. Temos que garantir um reajuste compatível com o desempenho das empresas e do mercado da construção nos últimos anos, inclusive com a perspectiva dos patrões de crescimento em 2009.

Patrões tem lucros extraordinários

Os empresários da construção têm mania de falar de crise, inflação, desemprego etc. Mas, o setor da construção bombou no ano passado e



Passeata na Av. Sete em repúdio a intransigência Patronal

nos anos anteriores. E nada disso foi repassado para os trabalhadores (as).

Todos nós sabemos que a construção civil é uma categoria com alta rotatividade e que os operários são disputados até pelo mercado internacional, que conhece a qualidade do trabalho desempenhado por nós.

Parem de ganância, patrões! Lembrem que nos últimos anos o setor da construção vem obtendo crescimento acima do PIB. Em 2008, o PIB cresceu 5,1% e o setor da construção cresceu 8%. No primeiro semestre de 2008, o setor cresceu 7,5% na Bahia. Todos os lançamentos são vendidos ainda na planta. Os patrões lucram muito. O setor da Construção é o que tem recebido mais investimentos do

Governo, principalmente através do PAC. Os trabalhadores suam a camisa. Agora queremos a nossa parte.

Mercado da construção em alta, nossos salários têm que ser compatíveis. Valorização do trabalho, saúde e segurança. Reajuste de 13% já! **A greve continua. E é justa! Quem luta, conquista.**

19 de março
Dia do
Trabalhador da
Construção Civil.
Pág 2

Acesse www.sintracom.org.br | www.fetracom-ba.org.br

Edição nº 463 de 2009, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 463 - MARÇO/2009

FIM DA GREVE VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Nossa luta motivou os trabalhadores do Brasil. Foi com sentimento vitorioso que decidimos retornar ao trabalho, após 13 dias de luta incansável, firme e persistente. Derrotamos a intransigência patronal, após 15 rodadas de negociação, desde novembro/2008, quando entregamos nossa pauta de reivindicações, até o último dia 25.

Enfim, os patrões perceberam que a nossa força crescia a cada negociação. Tentaram dividir o movimento, suspenderam o pagamento da quinzena, mas isso só



Grande assembleia aprova as propostas e decide pelo fim da greve

fortaleceu a nossa luta. Não teve jeito e os patrões tiveram que abrir um pouquinho a mão para resolver o impasse.

Nós sabemos que merecemos muito mais do que nos concederam. Mas, chegaram perto do que pedimos e nosso ganho foi acima da inflação, chegando até a ultrapassar os 12%.

A luta dos trabalhadores (as) da construção foi tão contagiante que se tornou um exemplo de união e capacidade de

organização para as demais categorias do Brasil.

Mais uma vez, provamos que quem luta, conquista!

Veja na tabela abaixo os valores dos salários.

Funções	Salários em 2008	Salários de 2009
Ajudante comum	R\$ 430,55	R\$ 486,39
Ajudante prático	R\$ 460,08	R\$ 516,58
Operários Qualificados	R\$ 756,19	R\$ 816,58 (a partir de janeiro/2009) R\$830,00 (a partir de setembro/2009)
Demais trabalhadores		Reajustes de 7,5%, a partir de janeiro/2009, chegando a 9,15%, em setembro/2009.

MAIS CONQUISTAS

Cesta Básica

Era de R\$ 30,00 em 2008 e tinham direito em canteiros com 180 trabalhadores;

Passa a ser de R\$ 45,00 em 2009 e têm direito em canteiros com 165 trabalhadores; será fornecida no início de março.

Multa no contrato

Conseguimos também a melhoria da cláusula de contrato de experiência: o patrão terá que pagar uma multa de cinco salários, sobre o valor do salário do trabalhador, quando for comprovado que a empresa utilizou o contrato de maneira fraudulenta.

Acesse www.sintracom.org.br | www.fetracom-ba.org.br

Edição nº 463 de 2009, p. 2

2

JORNAL DO
SINTRACOM-BA

Toda luta tem sua cota de sacrifício

Todas as lutas têm sua cota de sacrifício. A nossa foi não receber o retroativo, por conta dos dias parados. Em virtude disso, não vamos trabalhar sábados, domingos e feriados para compensar dias. Entendemos isso como uma grande vitória. Os patrões assumiram a sua parte, que é o pagamento de 40% dos dias não trabalhados e nós ficamos com os 60%.

Agora, companheiros, nossa luta vai ser para fazer as empresas cumprirem o que foi acordado. A responsabilidade agora é toda deles. Quem luta, conquista!

Valeu a unidade. A campanha foi contagiante!

Foi uma campanha realmente contagiante. E valeu muito a unidade do SINTRACOM-BA, da FETRACOM-BA e sindicatos filiados no interior e da CTB 9 Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Caminhada rumo ao termino da greve no Largo de São Bento



Presidente da CTB Adilson Araujo (1) e Everaldo Augusto (2) sempre presente em nossas lutas



Presidente Raimundo Brito apresenta propostas aos trabalhadores



Assembleia atenta as propostas apresentadas

E X P E D I E N T E

JORNAL DO
SINTRACOM-BA

Jornal do SINTRACOM-BA - Nº 463 - MARÇO/2009 - Publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia - SINTRACOM-BA - Rua Visconde do Ouro Preto, 18 - Barroquinha - CEP 40.024-110 - Salvador - Bahia - Brasil - Teles: (71) 3496-6238 - Fax: (71) 3242-8496 - e-mail: sintracom@sintracom.org.br - Página na internet: www.sintracom.org.br - Delegacia de Alagoinhas: Rua Conselheiro Saravá, nº 100 - Tel.: (75) 3422-3049 - Alagoinhas - Bahia; Delegacia de Brumadão: Rua Guilherme Dias, 275 - Tel.: (77) 3441-3025 - Brumadão - Bahia; Delegacia de Paulo Afonso: Rua Landolfo Alves, 13 - Centro - Tel.: (74) 3281-9146 - Paulo Afonso - Bahia; Delegacia de Senhor do Bonfim: Rua Operário da Leste, 337 - Centro - Senhor do Bonfim (74) 3541-3909 - Bahia; Delegacia de Ilaberaba - Rua Rio Branco, 33 - Centro Tel: (75) 3251-2843; Delegacia de Itacaré - Rua Mateus Nunes Dourado, 104 - Coopineó - CEP 44900-000 - Itacaré - Ba - (74) 3641-3767 - Delegacia do Baixo Sul: Km 6, Vila Marambaia, em Ilacaré. Delegacias de Remôncavo e Rapetingá. Presidente: Raimundo Brito; Diretor de Imprensa: Luis Cláudio Belon - Tel: (71) 3495-6242; jornalista responsável: Mery Babia (Reg. MTE 1274) - Redação: Evanes Santos - MTE 675). Fotografias: João Ubaldino (71) 9131-1223; Edição Eletrônica: TPA Comunicação; Tel: (71) 3011-6025; Impresso na Gráfica do Sindicato. Edição fechada em 26/03/2009.

Edição nº 491 de 2010, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 49 - FEVEREIRO/2010



Assembléia dia 19/02, 18:30h, no Largo de São Bento - Greve a partir de 22/02 OU DÁ O DO PEÃO OU VAMOS PARAR A CONSTRUÇÃO!

Companheiros e companheiras!
O SINTRACOM-BA convoca:
Chegou a hora de mostrar a força de nossa categoria. Sem acordo com os patrões, a greve é inevitável. Tem assembléia geral na sexta-feira, dia 19/02, às 18:30h, no Largo de São Bento. Venha, pois sua participação é fundamental. Se os patrões continuarem negando nossas reivindicações, na reunião marcada na SRTE, a greve geral por tempo indeterminado começa na segunda-feira depois do Carnaval, dia 22/02. Esta decisão foi aprovada, por unanimidade, em assembléia realizada no dia 09/02, no Clube Fantoches, lotado com mais de quatro mil trabalhadores (as).

Está todo mundo revoltado com a ganância dos patrões! Mesmo tendo um crescimento de mais de 10% no setor da construção e ganhando lucros imensos, os empresários continuam dizendo "não" para as propostas apresentadas pelo SINTRACOM-BA, nas negociações.

Isso chega a ser vergonhoso. Porque todo mundo sabe que os patrões da construção estão podendo... e muito!

Na Sondagem da Construção Civil, publicada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em dezembro/2009, a análise do setor mostra que a margem de lucro

**A Praça Castro
Alves é dos
trabalhadores
(as), dia 04/02
(foto ao lado)**

**Disposição pra
lutar: assembléia
no Clube
Fantoches, dia
09/02
(foto abaixo)**



operacional e a situação financeira estão mais que satisfatórias para a maioria das empresas, além do acesso ao crédito, que está mais fácil.

Isso mostra que os patrões têm condições de atender às nossas reivindicações. Não atendem, porque não querem mesmo. Desse jeito, só nos resta a alternativa da greve. Vamos

nos unir para mostrar que somos fortes. Ou o patrão dá o do peão, ou nós paramos a construção. E com a disposição que nossa categoria está para a luta, com certeza vamos parar geral capital e interior, e nosso movimento vai ter 100% de adesão.

Vamos nos unir. Quem luta, conquista!

Leia mais na página 2.

Acesse www.sintracom.org.br | www.fetracom-ba.org.br

Edição nº 492 de 2010, p. 1

JORNAL DO SINTRACOM-BA



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA - Nº 492 - FEVEREIRO/2010

CAMPANHA SALARIAL 2010 TEM CONQUISTA HISTÓRICA

Lutamos e garantimos 10% de reajuste, plano de saúde e aviso indenizado

Com o Largo de São Bento lotado, mais de quatro mil trabalhadores (as) da construção reunidos em assembleia geral, na noite da última sexta-feira (19), aprovaram 10% de reajuste salarial para os pisos salariais e 8% para os demais trabalhadores. Além do aumento, conquistamos plano de saúde, a partir de janeiro/2011, e aviso prévio indenizado, a partir de 1º/03/2010 (veja mais conquistas no box).

É uma conquista histórica para a categoria, ressalta o presidente do SINTRACOM-BA, Raimundo Brito: "Nenhuma outra categoria obteve um aumento com esse percentual nos últimos anos. Foi fundamental a participação maciça dos trabalhadores e trabalhadoras nas assembleias e atividades da campanha salarial. Só assim foi possível conquistar um bom reajuste salarial".

A proposta de reajuste 10% de aumento salarial foi apresentada pela mediação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), em reunião realizada no início da tarde, com a direção do SINTRACOM-BA e representantes do patronato. O reajuste salarial é retroativo a 1º de janeiro/2010, e as diferenças deverão ser pagas até o dia 20/03/2010.

A Campanha Salarial 2010 foi iniciada em novembro de 2009 e, desde então, foram realizadas diversas reuniões com os empresários sem chegar a um acordo.

Em assembleia geral realizada antes do Carnaval, os operários deram um ultimato aos patrões: caso o acordo não fosse fechado com uma boa proposta de reajuste, a categoria entraria em greve no dia 22/02. Com o acordo fechado e a garantia de conquistas históricas para a categoria,



os trabalhadores (as) decidiram cancelar a greve.

É isso aí, companheiros! Sem dúvida alguma essas conquistas foram um grande avanço em nossa luta. Mas não devemos esquecer que a luta por melhorias continua.

Quem luta, conquista!



Assembleia decisiva, dia 19/02, lota o Largo de São Bento e aprova os 10% de reajuste salarial

Mais conquistas

Além do aumento salarial, conquistamos também:

- ❖ Plano de saúde, a partir de janeiro de 2011;
- ❖ Aviso prévio indenizado, a partir de 1º de março/2010;
- ❖ Garantia do descanso semanal remunerado com 110% para as horas extras de domingos e feriados, acrescidas de 18% a título de DSR;
- ❖ Aumento da cesta básica para R\$ 70 (nenhuma falta) e R\$ 55 (até três faltas ou atestados) – em obras com até 130 trabalhadores e, a partir de janeiro 2011, com 100 trabalhadores;
- ❖ Aumento do café da manhã para três pães e um copo de 300 ml;
- ❖ Pagamento antecipado para sexta-feira, quando a data cair num fim de semana;
- ❖ Entrega de dois fardamentos, no momento do fechamento do contrato (antes era um);
- ❖ Implantação de tabela de funções e salários da Embasa;
- ❖ Inclusão na tabela das funções de Encarregado, Cabo de Turma e Apropriador;
- ❖ Equiparação dos pisos do interior com os da RMS: em cinco anos para Operários Qualificados; em dois anos para Ajudantes.

Leia mais sobre a Campanha Salarial 2010 e Tabela de Pisos com 10% - Página 2

Acesse www.sintracom.org.br | www.fetracom-ba.org.br